

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSO* EM
CIÊNCIAS SOCIAIS**

**NEGOCIANDO IDENTIDADES: UMA
ETNOGRAFIA ENTRE TRABALHADORES COM
O LIXO EM SANTA MARIA, RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Simone Lira da Silva

Santa Maria, 2010

NEGOCIANDO IDENTIDADES:

**UMA ETNOGRAFIA ENTRE TRABALHADORES COM O
LIXO EM SANTA MARIA, RS**

por:

Simone Lira da Silva

Dissertação de mestrado apresentada no curso de pós-graduação *Stricto Senso* em Ciências Sociais, linha de pesquisa Identidades Sociais e Etnicidade, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS, como requisito parcial para a obtenção do grau de.

Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Professora Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini

Santa Maria,

2010

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais

A Comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado

**NEGOCIANDO IDENTIDADES: UMA ETNOGRAFIA ENTRE
TRABALHADORES COM O LIXO EM SANTA MARIA, RS**

Elaborado por:

Simone Lira da Silva

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

Prof. Dr^a. Maria Catarina Chitolina Zanini - UFSM
(Presidente/ Orientador)

Prof . Dr^a Claudia Turra Magni - UFPEL
(Membro)

Prof. Dr. Rafael Victorino Devos (BIEV/UFRGS)
(Membro)

Santa Maria, 01 de março de 2010.

AGRADECIMENTOS

“...nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetivos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p.26). A escrita, assim como as lembranças, também nos é possibilitada pelos outros com os quais compartilhamos nossas vidas. Sendo assim, reservo este espaço para reconhecer e agradecer a todos aqueles que contribuíram para a redação final deste texto.

Agradeço, de coração, minha orientadora, professora Maria Catarina Chitolina Zanini, pelas muitas horas de leitura que dedicou ao texto desta dissertação. Ao incentivo dado para que eu continuasse o trabalho de campo mesmo nos momentos em que isso não me era tão atrativo. Pela confiança depositada em meu trabalho, esperando-o pacientemente mesmo quando eu demorava a mostrar novos resultados. Mas também, e principalmente, por ter exigido maiores aperfeiçoamentos, quando necessários.

Ao financiamento fornecido pela bolsa CAPES/REUNI, o qual possibilitou que eu me dedicasse exclusivamente à pesquisa e à escrita dessa dissertação. Estendo este agradecimento ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e ao seu coordenador, que não mediram esforços para que estas bolsas fossem direcionadas ao nosso curso.

Aos integrantes das associações de reciclagem em que realizei minha pesquisa, por terem me acolhido e permitido que acompanhasse suas rotinas de trabalho. Sem o tipo de interação possibilitada por eles, esta pesquisa jamais teria tomado os rumos que tomou.

Aos bolsistas de iniciação científica, Trícia, Natana, Rúbia, Lucinéia e Juliana por terem compartilhado comigo as angústias e tensões de se elaborar uma dissertação e também por me auxiliarem na pesquisa, principalmente na captura das imagens ou na leitura de trechos de meu texto.

Aos meus pais, pelo exemplo de humildade e de trabalho, nos quais tentei me espelhar para fazer esta dissertação.

Ao Rudemar, por sua companhia e incentivo durante estes últimos anos.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

NEGOCIANDO IDENTIDADES: UMA ETNOGRAFIA ENTRE TRABALHADORES COM O LIXO EM SANTA MARIA, RS

Autora: SIMONE LIRA DA SILVA
Orientadora: MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI
01 de março de 2010, Santa Maria

Esta dissertação tem por objetivo analisar como se processou a negociação de identidade entre os trabalhadores com o lixo da cidade de Santa Maria, RS. Para isso, procurou-se apresentar os diversos entendimentos que os trabalhadores com o lixo elaboravam sobre si e seu trabalho, bem como as relações desses indivíduos com a sociedade em geral. Também buscou-se compreender como a problemática do lixo tem sido tratada na cidade e descrever o cotidiano de trabalho, as trocas e a sociabilidade entre trabalhadores com o lixo agrupados em associações. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de análise documental dos jornais locais (*Diário de Santa Maria* e *A Razão*) e de etnografia realizada com integrantes de três associações de trabalhadores com o lixo em Santa Maria, sendo que alguns dos contatos etnográficos com a população em questão datam desde o ano de 2004. A pesquisa constatou que há uma diversidade de agentes envolvidos no trabalho com o lixo, tais como as associações, a prefeitura, as universidades, os meios de comunicação, o comércio e as pessoas em geral que doam ou simplesmente produzem o lixo. Também foi possível perceber que se identificar como trabalhador com o lixo faz parte de um processo no qual os indivíduos envolvidos negociam essa identificação em cada contexto em que se encontram. Além disso, a pesquisa salientou como as ideias amplamente divulgadas pela economia solidária e por órgãos de proteção ambiental estão presentes entre os trabalhadores com o lixo e contribuem para que estes se vejam e se projetem com uma imagem positiva de si para a sociedade.

Palavras chaves: trabalhadores com o lixo; identidade; etnografia; economia solidária.

ABSTRACT

Máster Degree Dissertation
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

NEGOTIATING IDENTITIES: AN ETHNOGRAPHY AMONG GARBAGE WORKERS IN SANTA MARIA, RS

Author: SIMONE LIRA DA SILVA
Advisor: MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI
Date end place of defense: Santa Maria, March 1, 2010

This dissertation aims to analyze how the identity negotiation of garbage workers in Santa Maria, RS, Brazil, was produced. In order to do this, we sought to present the meanings that garbage workers elaborated about themselves and their work, as well as their relationship with society in general. Also, we sought to understand how the garbage problem has been treated in the city and describe the work routine, negotiations and sociability among the garbage workers grouped in association. The research data were collected through documentary analysis on local newspapers (*Diário de Santa Maria* and *A Razão*) and by ethnography of members from three garbage worker unions of Santa Maria. Some of the ethnographic contacts with this population go back as far as 2004. The research discovered that there were a diversity of agents involved in garbage worker, such as unions, the city hall, the universities, the media, the commerce and the people in general who donate or simply produce the garbage. It was also possible to perceive that identify yourself as a garbage worker is part of a process in which individuals negotiate this identification in each context in which they are. Besides that, the research highlighted how the ideas widely spread by the solidarity economy and environmental protection agencies are present among garbage workers and how they helped the workers to be seen and projected as a positive image by themselves and the society.

Keywords: garbage workers; identity; ethnography; solidarity economy.

LISTA DE FIGURAS

Ilustração 1 – Bombona de listagem e Dona Maria separando os diferentes materiais em bombonas. Fonte acervo pessoal de Renan Nunes Paz.....	21
Ilustração 2 – Carrinho com bandeira do Brasil. Recorte da página 14 do jornal Diário de Santa Maria de 15 de junho de 2006.....	45
Ilustração 3 – Contêiners e os trabalhadores com o lixo. Recorte da capa do jornal Diário de Santa Maria do dia 24 de novembro de 2008.....	48
Ilustração 4 – Carroças no trânsito. Recortes do jornal A Razão dos dias 29 e 30 de março de 2008, p. 2 (imagens mais a esquerda) e do dia 14 de fevereiro de 2008, p. 2 (imagens mais a direita).....	51
Ilustração 5 – Calçadão e vendedores ambulantes da Praça Saldanha Marinho fotos de Rubia Machado de Oliveira e de Natana Alvina Botezini.....	54
Ilustração 6 – Trabalhadores do lixão da Caturrita. Foto da matéria publicada pelo <i>Diário de Santa Maria</i> no dia 16 e 17/06/2007, p. 14 e 15.....	56
Ilustração 7 – Preço da venda dos materiais recicláveis. Recorte do jornal Diário de Santa Maria p. 10 e 11 de 5 de março de 2009.....	64
Ilustração 8 – Mapa da divisão Urbana de Santa Maria, RS, por regiões e da abrangência dos serviços das associações em Santa Maria.....	68
Ilustração 9 – Imagens da fachada da ASMAR e da rua em frente a associação. Fonte acervo pessoal de Renan Nunes Paz	70
Ilustração 10 – Imagens da parte interna da ASMAR. Fonte acervo pessoal de Renan Nunes Paz.....	72
Ilustração 11 – fotos da parte interna da ARSELE, espaço onde se separa o lixo, espaço onde se realizam aulas de Strit Dance (de cima para baixo). Fonte acervo pessoal de Simone Lira da Silva.....	82
Ilustração 12 – Artesanatos da oficina da ARSELE. Fonte acervo pessoal de Trícia Andrade Cardoso.....	84
Ilustração 13 – Fotos da ARPS feitas e de suas trabalhadoras percorrendo as ruas do bairro de Santa Marta. Fonte acervo pessoal de Simone Lira da Silva.....	91
Ilustração 14 Fotos das trabalhadoras da ARPS percorrendo as ruas do bairro de Santa Marta.....	92
Ilustração 15 –. Esquema do campo de construção da identidade de trabalhadores com o lixo em Santa Maria – RS. Elaboração de Simone Lira da Silva.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS

AEBA	Associação de ex-bolsistas da Alemanha
ARPS	Associação de Recicladores Pôr do Sol
ARSELE	Associação de Reciclagem Seletivo Esperança
ASMAR	Associação dos Seleccionadores de Material Reciclável
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CEBs	Comunidade Eclesiais de Bases
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CTRC	Central de Tratamento de Resíduos da Caturrita
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EPS	Economia Popular Solidária
FARRGS	Federação das Associações de Reciclagem do Rio Grande do Sul
FASE	Fundação de Atendimento Sócio-Educativo
FEE:	Fundação de Economia e Estatística
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
GAP/CAL	Gabinete de Projetos do Centro de Artes e Letras
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PISC	Programa de Inclusão Social dos Catadores de Materiais recicláveis de Santa Maria
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS	Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIFRA	Universidade Franciscana de Santa Maria
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1 Repassando os caminhos de uma etnografia com trabalhadores com o lixo.....	17
1.1Apresentando os agentes desse processo interativo.....	17
1.2 Etnografia entre trabalhadores com o lixo.....	19
1.3Contextualização histórica e social.....	30
2 A coleta de lixo nos encontros proporcionados pelo mundo da cidade.....	41
2.1 Espaço Público? Para quem?.....	44
2.2 Lixão da Caturrita: uma questão ambiental e social.....	55
2.3 O mercado do lixo: quem tem direito a ele?.....	62
3 As associações: conhecendo os personagens desse mundo de trabalho.....	67
3.1 Associação de Seleccionadores de Material Reciclável (ASMAR)....	69
3.2 Associação de Reciclagem Seletivo Esperança (ARSELE).....	79
3.4 ARPS – Centro Marista – Associação de Recicladores Pôr do Sol..	88
4 Negociando identidade: a reflexividade e agency derivadas dos saberes e práticas cotidianas.....	97
4.1 Estigma: percebendo os sentidos do lixo no trabalho com ele.....	100
4.2 Os usos feitos pelos trabalhadores com o lixo dos ideais e das formas organizacionais propostas pela Economia Solidária.....	105
4.3 Trabalhar com o lixo: pensar, conhecer e agir sobre o lixo e seus sentidos.....	113
Considerações finais.....	119
Bibliografia.....	122
Documentos consultados.....	128
Sites consultados.....	130

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, busca-se compreender como pessoas que trabalham com o lixo na cidade de Santa Maria¹ negociam o uso de sua identidade diante das diferentes representações sociais que estão associadas ao lixo e ao trabalho com ele. Para tanto, são descritos os diversos entendimentos que os trabalhadores com o lixo elaboram sobre si e sobre seu trabalho, bem como são acionadas as relações desses indivíduos com a sociedade em geral. Também se buscou compreender como a problemática do lixo tem sido tratada na cidade e descrever o cotidiano de trabalho, as trocas interpessoais e a sociabilidade de trabalhadores com o lixo agrupados em associações locais de trabalhadores com o lixo.

Entendo que cada indivíduo é um ator social representando múltiplos papéis, os quais poderão ser desempenhados com mais ou menos ênfase, dependendo do que se configura mais adequado nos contextos interativos em que se encontra. Por identidade, entendem-se as construções de pertencimento altamente relacionais e contextuais, que tornam possível que todos os indivíduos sejam diferenciados e reconhecidos socialmente. Os indivíduos com quem realizei a pesquisa no período de 2004 a 2009 faziam parte de três associações que trabalhavam com o lixo em Santa Maria. São elas: Associação dos Seleccionadores de Material Reciclável (ASMAR), Associação de Reciclagem Seletivo Esperança (ARSELE) e Associação de Recicladores Pôr do Sol (ARPS). Além das associações, entrei em contato com representantes da Igreja Católica que apoiam estes grupos, bem como com outros membros da sociedade civil e da administração municipal. Também analisei a posição da empresa contratada pela Prefeitura Municipal para realizar a coleta de lixo em Santa Maria, a das Secretarias de Município de Proteção Ambiental e de Assistência Social e a posição da comunidade santa-mariense em geral, por meio de reportagens de jornais da imprensa local e de seus manifestos públicos nestes.

A proposta dessa dissertação resulta da ampliação do tema da pesquisa de minha monografia de graduação em Ciências Sociais, apresentada em agosto de 2007² na UFSM.

¹ Santa Maria está localizada na região central do Rio Grande do Sul e possui uma população de 266.209 habitantes, os quais se distribuem em uma área de 1779,6 km². Destes, 9.202 estão situados na zona rural do município e os 257.007 se concentram em seu perímetro urbano. Dados coletados no site da FEE: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Santa+Maria. Acesso em 14 de outubro de 2009.

² A monografia foi intitulada *Das quinzenas às coisinhas: pesquisa etnográfica na associação de seleccionadores de material reciclável em Santa Maria*. Para sua realização, estabeleci contato com os integrantes da ASMAR

Nesta, fiz uso do termo *Trabalhadores com o lixo* para me referir aos indivíduos de minha pesquisa. Isso porque, entre esses trabalhadores, não havia um consenso em como se identificar diante da sociedade. Alguns se consideravam catadores, outros, recicladores, selecionadores, autônomos. Além disso, a eles a sociedade atribui outras denominações, como: garimpeiros, “profetas da natureza”, carroceiros e papeleiros. O Código Brasileiro de Ocupações (CBO)³, define, nacionalmente, a categoria como “catadores de material reciclável” e informa a categoria de *recolectores of basura* como válida internacionalmente.

Estes ainda não são os únicos nomes dados aos trabalhadores com o lixo. Berthier (2007), em revisão de literatura de sobre livros que tratam da reciclagem, apresenta-nos alguns nomes pelos quais eles são classificados nos diferentes lugares em que se encontram: *packs* e *teugs* no Dakar, *wahis* e *zabbaleen* no Cairo, *gallinazos* na Colômbia, *chamberos* no Equador, *buzos* na Costa Rica, *cirujas* na Argentina e *pepenadores* ou *resoqueadores* no México (ibidem., p. 3). Assim, optei por me referir a eles como *trabalhadores com o lixo* e, a sua atividade, como *trabalho com o lixo*, sem deixar de fazer referência às outras categorias quando estas apareceram na voz dos meus informantes (SILVA, 2007, p. 32). Estas nomenclaturas, além de denominarem tais trabalhadores, apresentam suas classificações e hierarquias no mundo do trabalho e nas sociedades em que se encontram.

Quanto ao termo *Catadores de material reciclável* definido pelo CBO, ele se refere a todas as pessoas que exercem algum tipo de atividade com o lixo, seja coletando-o nas ruas, seja separando-o dentro de uma associação, ou até mesmo comprando-o e revendendo-o para as indústrias (estes são popularmente conhecidos como atravessadores)⁴. Embora a categoria *Catadores de material reciclável* seja reconhecida pelo CBO, a atividade exercida por ela não é uma atividade regulamentada politicamente, o que priva seus trabalhadores de todos os benefícios trabalhistas. Esta denominação não encontra relevância para as pessoas que trabalham com o lixo e se configura muito mais em uma tentativa da sociedade de

(Associação dos Selecionadores de Material Reciclável) durante os anos de 2006 e 2007. As visitas eram feitas inicialmente de quinze em quinze dias e, posteriormente, todas as semanas.

³ O Código Brasileiro de Ocupação (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, após estudos realizados por seus pesquisadores, reconhece a existência de ocupações, no entanto, a regulamentação das atividades só é fornecida por lei, cuja apreciação é feita no Congresso Nacional por Deputados e Senadores e depois levada a aprovação do Presidente da República (www.mtecbo.gov.br).

⁴ Atravessadores são as pessoas que compram o material já separado para revender às grandes indústrias de reciclagem. Não cheguei a fazer pesquisa com estes indivíduos, apenas conheci alguns enquanto fazia a etnografia nas associações. Embora eles possuíssem grandes galpões e caminhões para estocar e realizar o transporte dos materiais que compravam das associações e dos trabalhadores com o lixo que vendiam

homogeneizar a diversidade de indivíduos que estão nas periferias da cidade e nos trabalhos mais desvalorizados.

A tentativa de homogeneização aconteceu historicamente com a categoria de classes populares também. No entanto, Sharpe (1992, p.43-44) chama atenção para o fato de que “o povo”, mesmo há muito tempo atrás, já se configurava em um grupo muito variado, dividido por estratificação “econômica, culturais, profissionais e sexo”. A categoria de classes populares, tal como entendida aqui, além da diversidade que a compõe, leva em consideração que estas classes são parte “... de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência” (THOMPSON, 1998, p.17). No que diz respeito à nomenclatura de trabalhadores com o lixo, por mim usada neste texto, ela serve apenas como um recurso descritivo, mas não tem intenção de ocultar a diversidade de indivíduos que compõem esta classe de trabalhadores e nem suas divergências ou tensões.

Realizei observação participante nas três associações citadas anteriormente, com periodicidade semanal. Na ASMAR, a observação participante foi possível porque realizei atividades de seleção do lixo voluntariamente junto aos associados. Assim que chegava à associação, um dos trabalhadores já indicava o trabalho que devia fazer, principalmente se me aproximava de quem estava realizando uma atividade considerada mais perigosa. A execução de trabalhos nunca foi imposta pelos integrantes, mas se revelou uma importante ferramenta para que eu conhecesse o trabalho e adquirisse maior afinidade com cada um dos trabalhadores.

Minha recepção na ARSELE e na ARPS foi facilitada pelo conhecimento que os indivíduos destas já possuíam de minha pesquisa anterior. Os integrantes destas associações já conheciam o documentário⁵ “Das quinzenas às coisinhas”, que produzi junto com um colega

individualmente o que coletavam, não saberia dizer se todos faziam esta atividade de forma regularizada, com CNPJ ou autorização para exercer a atividade.

⁵ A elaboração do documentário foi proporcionada pelo projeto registrado junto ao GAP/CAL/UFSM, sob número 020653 e intitulado “Produção audiovisual com uma abordagem antropológica: experiência de vida e trabalho entre catadores de lixo, organizados em uma Associação de selecionadores de materiais recicláveis”. Era coordenado pelo professor Paulo Eugenio Kulmann (UFSM) com a participação das seguintes pessoas: professora Doutora Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM); Cristiano Sobroza Monteiro, estudante de graduação do Curso de Ciências Sociais (UFSM); Daiane Amaral dos Santos, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (2007); Francine Nunes da Silva, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (2007); Renan Nunes Paz, aluno de graduação do curso de Desenho Industrial (UFSM) e Simone Lira da Silva, aluna de graduação do curso de Ciências Sociais (UFSM). No decorrer do texto, será fornecida maior informação sobre o documentário e sua produção.

⁵ As condições específicas de como o uso da imagem foi introduzido em cada associação serão melhor detalhadas no decorrer do texto. De maneira geral, é possível adiantar que, em todos os casos, elas foram

da UFSM, Renan Nunes Paz, na ASMAR, pois tal material é exibido pelos coordenadores da associação em colégios ou em eventos dos quais participam junto a outros trabalhadores com o lixo. Assim, sentia-me bastante à vontade para entrar e fazer parte do cotidiano de trabalho deles.⁶

Ao me apresentar na ARSELE e solicitar para realizar a pesquisa com eles, fui surpreendida com as expectativas de dona Terezinha, coordenadora da associação. Ela disse que seria interessante me dirigir até lá também, pois há muito tempo estava solicitando aos estudantes que frequentavam o local que fizessem um vídeo para que pudesse usar nas reuniões como a ASMAR. Embora eu tivesse explicado que minhas condições técnicas para realizar esse tipo de produção não eram tão adequadas, e que este não era meu objetivo naquele momento, permitiram que eu entrasse com aparelhos de captura de imagem e som sem maiores problemas. Os responsáveis pela ARPS também conheciam meu trabalho e permitiram a minha presença nas atividades da associação, pediram somente que eu levasse meu trabalho final para eles verem. Equipamentos de som e imagem foram usados nessa associação desde a primeira visita.

O contato com os agentes objetos de minha pesquisa se deu em diferentes níveis de aprofundamento. Realizei continuamente visitas à ASMAR, como já efetuava desde início de 2006. Com a ARSELE, o contato foi mais recente, tendo sido estabelecida uma rotina de visita semanal desde o início de 2009. Com a ARPS, o meu contato se limitou a encontros com a assistente social da Escola e Centro Social Marista, responsável pelas atividades na referida associação, e algumas observações participantes na associação e no trabalho de coleta pelas ruas. Em todos os locais, o uso de equipamentos de captura de imagem e som foi bastante frequente e o retorno das imagens para o grupo se tornou uma importante moeda de troca.

O interesse por estudar os trabalhadores com o lixo surgiu, em grande medida, devido ao visível conflito que envolvia estes e a organização idealizada que se tinha do espaço público urbano, no qual eles também circulavam. Estes conflitos punham em evidência uma identidade que os olhos abaixados dos trabalhadores com o lixo ou sua reação de quem esperava alguma reprimenda da pesquisadora ao serem abordados pela primeira vez pareciam querer ocultar. Por outro lado, estes conflitos também eram responsáveis pelo

devolvidas para os associados, os quais escolheram quais eu poderia usar para meus trabalhos acadêmicos fora da associação.

aperfeiçoamento dos discursos que estes trabalhadores faziam sobre a importância e dignidade de seu trabalho. Essa conjuntura me instigou a querer conhecer as formas de agenciamento destes indivíduos e as suas expectativas

Cada contexto social em que os trabalhadores com o lixo estavam envolvidos possibilitava determinada maneira de expressar sua identidade. Essas maneiras de expressão iam desde a ocultação dessa identidade até um forte sentimento de estarem junto a outros indivíduos que partilhavam da mesma condição de excluídos e com os quais reivindicavam direitos na sociedade. Mas também, acredito eu, consistiam na tentativa de redefinir os sentidos historicamente atribuídos aos trabalhadores com o lixo. Além disso, essas pessoas atribuíam usos e re-significação ao espaço urbano e ao lixo, que nos forneciam um rico material para pensar os diversos estilos de vida que o meio urbano proporciona.

Velho (1992) salienta como os indivíduos podem alterar os significados e reorganizar diferentes lugares para adequá-los a suas necessidades momentâneas no universo urbano. Segundo o autor, faz parte da competência normal de um agente social se mover entre as províncias de significados, e as fronteiras entre estas províncias podem ser mais tênues do que se espera (ibidem, p. 42). O significado do lixo, assim como o dos espaços, pode se modificar e passar de sua condição impura ou intocável para a de ornamento de corpos e casas sem que o lixo precise ser submetido a um processo industrial de reciclagem. A relação estabelecida com os objetos que vêm do lixo ou por meio da troca do lixo por outro bem proporciona formas de interações incomuns, pelo menos para parte da literatura que, como Louis Wirth (1967), veem o espaço urbano como homogêneo e caracterizado por atitudes individualistas, competitivas, por frouxos laços familiares e por secularização. Oliven (1985, p. 32) já alertava para o fato de que, em países como o Brasil, o clientelismo e o paternalismo, traços atribuídos originariamente ao ambiente rural, podem conviver lado a lado com relações mais impessoais. Assim, o trabalhador com o lixo, segregado socialmente, inclusive do mercado formal de trabalho, pode perfeitamente manter laços com empresas, que não os contratam, mas “doam” o lixo que produzem.

Tentando dar conta dessas questões, no primeiro capítulo dessa dissertação, descrevo as tensões iniciais do fazer etnográfico. Almejo apresentar a metodologia utilizada, seus erros e acertos e fazer breve caracterização das associações com as quais fiz pesquisa, bem como descrever como realizei minha gradual inserção em cada uma delas e os recursos utilizados na

pesquisa: fotografia, filmagem e análise de reportagens de jornais locais. Objetiva-se, nesse capítulo, refletir e permitir ao leitor tomar conhecimento do que entendo por método etnográfico. Além disso, procura-se contextualizar a temática da dissertação dentro dos processos constitutivos da globalização e da histórica formação da massa de populações pobres, no seio da qual os trabalhadores com o lixo começam a existir.

No segundo capítulo, são apresentados dados⁷, em sua maioria, de jornais locais, que permitem tomar conhecimento do funcionamento da coleta de lixo em Santa Maria e de como a sociedade vê a organização atual do sistema de coleta desenvolvido pela prefeitura. Além de apresentar mais detalhadamente a cidade de Santa Maria, o capítulo reserva um momento para mostrar como foram usados os jornais, não só pelas informações que traziam, como também pela natureza e contexto em que foram produzidos. Busca-se apresentar os conflitos ocasionados pelo uso do espaço público que o trabalho de coletar o lixo cria no meio urbano. A cidade é apresentada como composta de diversos atores sociais que, ao contrário do que apresentam algumas literaturas, mais que um caos, proporcionam contextos férteis para criar novos significados aos lugares e coisas com as quais se relacionam, permitindo, assim, outras formas de trocas nas reações que estes atores estabelecem.

No capítulo terceiro, descrevo as associações e seus cotidianos de trabalho. A intenção é mostrar ao leitor as diferentes formas de vivenciar o associativismo, desenvolvidas pelos trabalhadores com o lixo, as quais resultam em distintas organizações de trabalho interno e de relações entre os associados. A caracterização das associações levou em consideração os aspectos que mais se destacavam ao olhar da pesquisadora em cada uma. Na ASMAR, era mais evidente a divisão do trabalho, o maior tempo de permanência dos membros dentro da associação e a constante preocupação com a divulgação de seu trabalho nos eventos sociais, nos meios de comunicação e nos colégios. A ARSELE destacava-se por sua relação com a comunidade na qual se formou e com os diversos projetos sociais que desenvolvia ou apoiava, como as aulas de *Street Dance*, de ginástica, de computação, de artesanato e de recreação infantil. Já ARPS era uma associação que possuía um forte recorte de gênero, o qual favoreceu com que a pesquisadora tivesse oportunidade de acompanhar os trabalhos de coleta do material reciclável pelas ruas da cidade, fértil momento de observação participante.

⁷ Uso o termo “dados” no sentido de informações, entendendo que, para a antropologia, eles não são simplesmente encontrados no trabalho de campo, mas informações estabelecidas pelo pesquisador nas interações possibilitadas pelo seu objeto em campo. Além disso, são apenas uma parte das características que o grupo permitiu tornar visível ao pesquisador.

Por fim, retomo alguns dos dados apresentados e reflexões teóricas para explorar as elaborações subjetivas e sociais de uma identidade de trabalhador com o lixo, entendendo que o indivíduo só toma conhecimento de seus pertencimentos na presença imediata do outro, seja em nível concreto, seja em imaginário. Neste estudo, propõe-se pensar a identidade de trabalhador com o lixo como oscilante entre as percepções sociais e cognitivas do meio em que se encontra. Entende-se que este trabalho, em nossa sociedade, carrega consigo uma marca negativa inserida pela proximidade em que se encontra do lixo, ou seja, converte-se em fonte de estigma. Este leva o indivíduo a negociar de diferentes maneiras o seu pertencimento à categoria de trabalhadores com o lixo. Para realizar estas negociações, eles contavam com o apoio ideológico da economia solidária e com o apoio prático das associações em que se encontravam.

1 REPASSANDO OS CAMINHOS DE UMA ETNOGRAFIA ENTRE TRABALHADORES COM O LIXO

Neste capítulo, objetivo apresentar ao leitor os caminhos percorridos durante o trabalho de campo para estabelecer os contatos com os informantes. Além disso, busco mostrar, brevemente, alguns dos agentes que fazem parte do campo de interação em que as identidades dos trabalhadores com o lixo se constroem, circulam e são negociadas. Também reservo esse espaço para fazer uma contextualização do lugar que ocupam estes trabalhadores em nossa sociedade, bem como um histórico de como eles e o lixo foram e são vistos pela sociedade em geral.

1.1 Apresentando os agentes desse processo interativo

Os estudos realizados com parte da população de trabalhadores com o lixo de Santa Maria tiveram início ainda durante a graduação, no ano de 2003, com o projeto de pesquisa coordenado pela professora do Departamento de Sociologia e Política da UFSM, Marisa Oliveira Natividade. Foram intensificados nos anos de 2006 e 2007, quando passei a fazer minha pesquisa de conclusão do curso de Ciências Sociais na Associação de Seleccionadores de Material Reciclável de Santa Maria (ASMAR). Nesta ocasião, ampliei o número de associações e entidades sob o olhar de minha pesquisa.

A intenção inicial era fazer entrevistas gravadas com os coordenadores de todas as associações da cidade (pelo menos das que eu tivesse conhecimento da existência), visando coletar dados sobre as mesmas. Estas entrevistas contemplariam informações, tais como: tempo de existência da associação, número de associados, modo de organização do trabalho, forma de admissão de novos associados, grau de envolvimento dos associados com a causa dos trabalhadores com o lixo, engajamento ambiental, etc. Minha experiência com o grupo, até então, mostrava que estes dados variavam de uma associação para a outra e eu necessitava conhecer essa variação. As entrevistas visavam tomar conhecimento sobre essas diferenças, mas não contavam com a possibilidade de a lógica de tempo, trabalho e linguagem dessas pessoas pudessem não se adequar a maneira como eu havia formulado a pesquisa.

Este estranhamento se deu já na primeira associação que visitei depois da ASMAR, a ARSELE, no dia 30 de janeiro de 2009. Muitas das questões elaboradas, como as relacionadas à divisão dos recursos adquiridos pela associação, por exemplo, nem sempre eram aplicáveis. Os ganhos não eram restritos apenas ao trabalho com o lixo, alguns eram originários de órgãos públicos (municipal, estadual e federal), ou de empresas privadas. Além disso, estes recursos podiam ser usados por indivíduos da comunidade que, não necessariamente, trabalhavam diretamente com o lixo na associação.

Com isso, cheguei à conclusão de que não poderia centrar a pesquisa apenas nas entrevistas e que seria melhor estabelecer a pesquisa nos moldes mais clássicos da etnografia e me dedicar a uma observação participante exaustiva de três ou quatro associações apenas. Assim, meus esforços voltaram-se para, como disse acima, a observação participante da ASMAR, da ARSELE e da ARPS. Também entrevistei personagens locais importantes, tais como a Irmã Lourdes Dill, coordenadora do *Projeto Esperança/Cooesperança*, religiosa bastante conhecida na região por seus trabalhos de apoio a iniciativas de Economia Solidária⁸.

As associações em questão constam na lista do projeto *Catando Cidadania*, de Santa Maria, o qual foi elaborado por iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura em parceria com a Secretaria de Gestão Ambiental e o *Projeto Esperança/Cooesperança*, em agosto de 2003. Participam dele trabalhadores com o lixo que realizam atividades no Coral dos Catadores, no grupo de teatro, no bloco carnavalesco e na oficina de papel⁹. Nos últimos meses de minha pesquisa, o projeto *Catando Cidadania* não tinha mais vínculo com a Prefeitura municipal e passou a contar apenas com o apoio do *Projeto Esperança/Cooesperança*.

O *Projeto Esperança/Cooesperança*, segundo sua coordenadora, desenvolve trabalhos com cooperativismo, economia solidária, agricultura familiar, junto a povos indígenas, catadores e outros grupos. Existe há 22 anos e tem se tornado uma iniciativa bastante conhecida, em especial, devido à presença dos grupos de trabalhadores nos Fóruns Sociais Mundiais¹⁰ e também nas diversas Feiras de Economia Solidária em que são mostrados os

⁸ Entendo a economia solidária como uma forma de produção que, apesar de ter definições bastante imprecisas, tem conseguido aumentar seu número de adeptos. Esta economia propõe uma vivência sustentável e em grupo, sem explorar mão de obra ou recursos naturais descontroladamente. Voltarei a falar mais detalhadamente sobre o assunto no quarto capítulo.

⁹ Na oficina de papel, são ensinados a fazer artesanato com papel e técnicas de reciclagem do papel.

¹⁰ Fórum Social Mundial é um encontro que proporciona debate democrático entre seus integrantes. Foi criado no intuito de criar alternativas ao modelo econômico neoliberal. Seu primeiro encontro foi realizado em 2001 na cidade de Porto Alegre, onde se realizou até 2003. Nos anos seguintes, ele passou a ser realizado em lugares diferentes ou simultaneamente em vários lugares ao mesmo tempo. A página oficial do evento fornece maiores detalhes: <http://www.forumsocialmundial.org.br>.

produtos produzidos por cada grupo. A religiosa ressalta que o projeto abrange toda a Região Central do Estado do Rio Grande do Sul e beneficia em torno de 250 grupos, mais ou menos 5 mil famílias, sendo que, indiretamente, chega a atingir cerca de 22.000 pessoas. Este projeto, por meio das atividades descritas acima, busca valorizar o trabalho em associação e proporcionar uma alternativa de geração de renda para estes diversos grupos, de forma a integrá-los no convívio social e nas regras econômicas vigentes.

As associações nas quais fiz pesquisa, além de participarem de projetos como o *Projeto Esperança/Cooesperança*, também possuem CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), o que contribui para que possam fazer convênios com a prefeitura ou pleitear verba em editais destinados a fomentar o trabalho em associação, o trabalho sustentável ou os trabalhos voltados para preservação do meio ambiente. O apoio conseguido mediante estes editais pode ser financiado tanto por iniciativas do governo Federal ou Estadual quanto por iniciativas privadas.

A ASMAR é uma associação que se caracteriza por ter sido a primeira a se organizar em Santa Maria, por isso possui uma maior estabilidade financeira e grupal. A ARSELE compreende, além do grupo que trabalha com a reciclagem, uma série de atividades de lazer e de assistência a outras iniciativas de trabalho de pessoas da comunidade na qual foi criada. A ARPS está sob responsabilidade do Centro Marista da Nova Santa Marta¹¹. Assim, a escolha por fazer minha pesquisa com estas associações se deu, em parte, porque estas são as mais conhecidas da cidade, em parte, para tentar contemplar a diversidade de fases, formas e propósitos que este tipo de trabalho pode assumir.

1.2. Etnografia entre trabalhadores com o lixo

O início dos contatos com cada associação foi sempre bastante formal: explicações sobre quem eu era, o que fazia no local em que trabalhavam, sobre qual o destino que daria as informações conseguidas junto a eles, sobre como pretendia fazer para conhecê-los (ir e permanecer no local junto a eles) e solicitações para tirar fotos. Os diálogos desse primeiro

¹¹ O Centro Marista Santa Marta é uma obra social que segue princípios da educação religiosa ensinada por Champagnat. Está localizado na periferia de Santa Maria – RS e atende crianças, adolescente e jovens da Escola

momento eram quase sempre provocados partindo de questões específicas que formulei a respeito das associações, como: tempo de fundação, quantidade de integrantes, horários de trabalho, e estas questões quase sempre eram seguidas de respostas objetivas. Só com minha persistência em ficar no local e, principalmente, em participar das tarefas que estavam fazendo, é que se tornou possível ter acesso às informações mais espontâneas fornecidas pelo cotidiano de trabalho deles.

Ser aceito como pesquisador, muitas vezes, implica ter de fazer parte do que idealmente nossos informantes não esperam que possamos nos submeter, não é à toa que fugir da batida da polícia em uma rinha de galo pode ter aberto tantas portas para Geertz (1989, p. 181). Malinowski (1978) já havia mostrado que, para os nativos deixarem de se sentirem tolhidos diante de nossa presença, leva tempo, é preciso que deixemos de ser um elemento perturbador que altera a rotina de suas vidas (ibidem, p. 21). Assim, optei por me introduzir voluntariamente na rotina de trabalho das associações, sempre com o consentimento e o conhecimento destas de que eu era uma estudante universitária “fazendo pesquisa”.

Na ASMAR, por exemplo, meu gradual progresso na capacidade de realizar a atividade de separar o lixo era acompanhado da crescente confiança do grupo para comigo. Iniciei separando papel ou fazendo outras atividades consideradas mais limpas por não terem resíduos orgânicos misturados. Depois, passei a ajudá-los nas mesas separando todo o lixo. Mais tarde, comecei a levar o recipiente em que separavam cada tipo de material (bombonas) para outro setor (a Gaiola), onde era estocado até ter quantidade suficiente para se fazer um fardo. Por último, passei a auxiliar no carregamento dos fardos. A preocupação dos associados em deixar para mim o trabalho mais “limpo” ou menos pesado nunca se esvaiu totalmente, mas diminuiu com o passar do tempo. Isso porque estas atividades, além de serem acompanhadas pelo espanto de verem uma aluna da universidade as realizando, também eram constantemente motivos de comentários hilários sobre o fato de acharem que eu não conseguiria. As piadinhas tornavam o ambiente bastante descontraído e propício para que eu tivesse a atenção de todos. Foi assim que recebi, do senhor que trabalha na prensa, o primeiro sorriso e a primeira frase: “não é fácil, né maninha!”, quando viu meu rosto sujo de algo que estava em um dos fardos que eu ajudava a erguer no caminhão.¹²

Marista Santa Marta, Centro Social Marista Santa Marta e Centro Marista de Inclusão Social. Foi inaugurado em 1998. <http://www.maristas.org.br>

¹² Trabalhar junto a eles foi uma iniciativa minha para conseguir interagir melhor com o grupo. Este trabalho sempre foi realizado de forma voluntária e os integrantes da associação tinham conhecimento de que eu era uma aluna do Curso de Ciências Sociais da UFSM e que iria escrever sobre como era trabalhar com o lixo. Voltarei a



Ilustração 1: Bombona de listagem (à direita) e Dona Maria separando os diferentes materiais em bombonas (à esquerda). Imagens capturadas por Renan Nunes Paz.

Na ARSELE, a atitude de ajudar os trabalhadores com o lixo em suas atividades também se demonstrou muito proveitosa, embora conseguisse conversar com as pessoas sem estar trabalhando junto a elas. No evento dos 17 anos do Feirão Colonial¹³, Dona Terezinha, presidente dessa associação, apresentou-me a um rapaz que trabalhava nos movimentos de luta pela moradia com uma aluna da Universidade Federal de Santa Maria e que realizava trabalho com eles na associação: “Ela ó, *tique, tique* na esteira com nós”, referindo-se ao fato de eu ajudar a fazer a separação dos materiais com ela na esteira. Percebo que esta atitude de ajudá-los criou uma espécie de identificação maior do grupo para comigo e diminuiu a dificuldade de interação causada por minha timidez. Seria uma verdadeira tortura ficar nos locais onde fazia a pesquisa sem sentir, de alguma maneira, que ali havia um espaço para mim. Além disso, algumas vezes, esta colaboração com o trabalho que eles realizavam era

explicar melhor esta atitude de entrada em campo no capítulo seguinte, quando estiver falando sobre a metodologia.

¹³ O *Feirão Colonial* é uma das muitas iniciativas do *Projeto Esperança/Coesperança*. É realizado todo o sábado e consiste em uma feira de produtos coloniais, fabricados ou produzidos em uma pequena escala por agricultores da região. O feirão realiza-se no Centro de Referência da Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, construído especificamente para divulgação desse trabalho. Tem por objetivo a valorização dos produtos produzidos em regime de associativismo ou cooperativismo.

vista como uma moeda de troca, uma ajuda, pois como eu não recebia pelo que separava no galpão, os valores ganhos com meu trabalho se somavam ao lucro final deles.

Talvez, a necessidade de criar um ambiente de maior intimidade, propício à troca de informação, fosse muito mais minha do que deles. Outro pesquisador poderia conhecer o grupo sem necessariamente agir dessa forma se soubesse melhor incorporar para si o personagem de pesquisador e se sentisse bem dentro dele. Por outro lado, tenho claro que só obtive as informações trazidas para essa dissertação pelo tipo de vivência estabelecido com o grupo e que deixei de ver uma série de dados que outra pessoa, com outros métodos e outras redes de contato, teria alcançado. Sobre isso, Zanini (2006) se posiciona em seu livro dizendo:

Outro elemento que o trabalho etnográfico permite, por meio das redes de informação que o convívio cria, é a possibilidade de se poder observar a complexidade das relações sociais que se estabelecem entre indivíduos e grupos. Outro antropólogo, alimentado por uma rede de dados distintas da que construí, poderia desenvolver, interpretativamente, um olhar distinto sobre os descendentes de imigrantes Italianos em Santa Maria (ZANINI, 2006, p. 27).

A minha pesquisa fez uso também de matérias publicadas pela imprensa local que faziam referência ao grupo pesquisado direta ou indiretamente. O material dos jornais locais foi imprescindível para localizar o lugar social do grupo que eu me propunha estudar. Partindo deles, encontrei dados que permitiram compreender muito das coisas que ouvia em campo e que certamente passariam despercebidas se eu não tivesse determinadas informações. Nos jornais, estavam contidas representações sobre o trabalho com o lixo que extrapolavam a esfera do indivíduo e possibilitavam localizá-lo dentro de disputas políticas e econômicas mais amplas. Por meio desses materiais, acompanhei a crescente valorização do mercado do lixo que chegou ao ponto de torná-lo cobiçado por grandes empresas do setor de prestação de serviços. Também pude visualizar a ascensão do catador como parceiro dos movimentos ecológicos por seu trabalho de coleta seletiva e de reaproveitamento do lixo. Parceria esta que beneficiava a ambos.

Como explicarei adiante, as narrativas das reportagens dos jornais não serão invocadas ao longo do texto de minha dissertação para comprovar um “real” acontecimento, datado e documentado. O que busco são as vozes e representações dos personagens envolvidos com o lixo ou que expressaram suas opiniões sobre este por motivos diversos, como empresários, donas de casa, membros de movimentos sociais, entre outros. O jornal *Diário de Santa Maria*

fez, em momentos distintos (25 e 26 de março de 2006 p. 10, e em 16 e 17 de agosto de 2008, p. 21), uma retomada histórica dos acontecimentos envolvendo o lixão da Caturrita¹⁴. Contudo, a data que traz como sendo o dia em que os catadores receberam liberação judicial para entrar novamente no referido lixão não coincide nessas duas reportagens. Outro dado tratado com bastante imprecisão era o número de trabalhadores que se encontravam nesse lixão: variava entre 160 a 180 famílias e entre 200 a 1000 pessoas. Entendo que isso pode ser compreendido pela dificuldade que o município, ou qualquer outro interessado, tem em mapear quem são os trabalhadores com o lixo e os acontecimentos que os envolvem. Pois, além destes trabalhadores estarem em constante movimento, não necessariamente se identificam como alguém que trabalha com o lixo em todas as circunstâncias.

Outro recurso que se tornou bastante importante em minha pesquisa foi o uso da imagem. Como mencionei anteriormente, paralelo ao meu trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais, editei um documentário sobre a associação onde realizava a pesquisa, a ASMAR. Este documentário foi disponibilizado para os integrantes da mesma, que passaram a usá-lo como um meio de divulgar seu trabalho nas escolas, nos encontros de catadores e em órgãos ou empresas que poderiam tornar-se doadores do lixo reciclável. Desta maneira, ele se tornou conhecido pelos demais trabalhadores com o lixo que faziam parte de outras associações e participavam dos fóruns ou reuniões de catadores.

Passei a ser vista, em cada uma das associações em que estabelecia contato, como alguém que, além de pesquisar, iria tirar fotos ou filmar. Isso permitiu com que eu entrasse com equipamentos de capturas de imagem desde as primeiras visitas, sempre com autorização. Contudo, também me trouxe algumas dificuldades no que dizia respeito a como usar esses dados. Embora já tivesse feito uso desse recurso em outras ocasiões, fiz por influência de colegas que queriam e gostavam de trabalhar com imagem, o que não era meu caso. Não me aperfeiçoei nesse trabalho, de maneira que não tinha conhecimento técnico nem teórico para trabalhar com esse tipo de dado.

Por conta disso, várias das imagens feitas não tinham uma boa qualidade, precisei de muito tempo para me adaptar e aprender a usar as câmeras (e não sei se aprendi). Além disso,

¹⁴ Usarei o termo lixão para me referir aos locais que são destinados para o fim dos resíduos urbanos na maioria das cidades brasileiras. São locais onde se depositam os lixos sem um total controle de como este será absorvido pela natureza, em alguns casos, o cuidado se resume a cobertura do lixo depositado com terra. Já “Lixão da Caturrita” é o nome popularmente conhecido em Santa Maria para designar o antigo depósito de lixo do distrito de Santo Antônio, Santa Maria – RS, onde, até início do ano de 2008, era levado o lixo coletado na cidade. Hoje este lixão encontra-se desativado e o lixo é levado para a Central de Tratamento de Resíduos da Caturrita (CTRC), da empresa Tecnoresíduos Serviços Ambientais Ltda. instalado nas proximidades desse local.

tinha muita dificuldade em conseguir saber o que fotografar, como localizar o meu foco em uma cena e também de conseguir conciliar a atenção que tinha de dar a câmera e as pessoas ou ao ambiente onde eu estava. Apesar disso, considero que este foi um recurso importante para o conhecimento do grupo, como diz Samain:

Não existem fotografias que não sejam portadoras de um conteúdo humano e, conseqüentemente, que não sejam antropológicas à sua maneira. Toda a fotografia é um olhar sobre o mundo, levado pela intencionalidade de uma pessoa, que destina sua mensagem visível a um outro olhar, procurando dar significação a este mundo (SAMAIN apud. ACHUTTI, 1997, p. 36).

Dessa forma, pode-se concordar com Novaes (2004), quando diz que a percepção propiciada pela imagem é semelhante à propiciada pela etnografia, pois temos acesso a uma outra realidade que está submersa pela familiaridade. Por meio da imagem, a sociedade pode construir um discurso sobre si e, no caso dos filmes etnográficos, em que os informantes sabem que estão sendo filmados, os discursos se constroem intencionalmente para a câmara com o que se quer projetar para fora da comunidade (ibidem, p. 12).

Para Barbosa (2006), o uso da imagem pode se dar de diferentes formas ou com diferentes objetivos. Uma delas é as narrativas visuais e audiovisuais usadas como objeto de análise, ou então como expressão final do trabalho em forma de documentário (ibidem, p. 50). Na pesquisa de Magni (1995, p. 142-143), a documentação visual era importante para a análise, uma vez que o objeto de seu estudo eram os gestos, atos e relação dos indivíduos com as coisas e lugares. O registro visual dos vestígios deixados no solo permitia acompanhar as transformações deixadas no espaço. No caso das narrativas com imagens, buscam-se os significados presentes nos grupos estudados e mostrá-los por meio de uma sequência de imagem que reproduz também os sons e a temporalidade dos indivíduos estudados. Construir uma narrativa através da imagem envolve, como demonstra Devos (2002, p.18), a captação de diferentes planos e muitos enquadramentos que depois serão usados para dar os tons adequados a cada narrativa.

A imagem também pode ser produzida como um método ou técnica adotado na pesquisa de campo. Nesse caso, as imagens não serão necessariamente usadas no trabalho final do pesquisador, mas poderão ser utilizadas como forma de devolução para o grupo do trabalho do antropólogo, como uma maneira de motivá-lo a falar ou refletir sobre si mesmo ao olharem as imagens junto com a pesquisadora ou mesmo atendendo aos pedidos do grupo

como uma maneira de estabelecer uma reciprocidade entre a pesquisadora e o grupo (BARBOSA, 2006 p. 50- 54).

Muitas vezes, as informações que obtinha estavam pautadas sobre o que os indivíduos do grupo achavam das imagens que eu fazia. Nem sempre o que eu achava interessante registrar por meio do vídeo e das fotos era o que eles entendiam ser a imagem ideal para tornar pública à sociedade. A imagem foi um recurso de diálogo com o grupo, de reflexão conjunta sobre determinados contextos e situações. Isso me levava a um outro problema: o de como usar estas imagens, pois, com elas, eu tinha uma dificuldade maior em preservar certas características do grupo que poderiam prejudicá-lo junto a seus parceiros, ou que ele foi aos poucos me revelando serem inadequadas para mostrar fora da Associação. Isso era negociado de maneiras diferentes em cada um dos grupos, até porque o “ilícito” nem sempre era a mesma coisa para todos. Com a descrição de cada uma das associações, voltarei novamente a este assunto e descreverei melhor como esta técnica foi usada tanto por mim como pelos trabalhadores.

Entendo que a pesquisa etnográfica não se define por uma técnica de investigação que se limita a uma única ferramenta metodológica para a obtenção dos dados. Assim, pude facilmente combinar a observação participante com o uso dos dados de jornal, entrevistas gravadas, fotos e filmagens tanto na coleta dos dados quanto na escrita do trabalho. Tudo o que pudesse ser útil para alcançar os significados de cada ação do grupo e descrevê-lo ao leitor foi empregado. Como relatou Geertz (1989, p.15), o que define a etnografia não são as técnicas empregadas, mas o tipo de esforço intelectual que ela representa para a realização de uma descrição densa. A descrição densa vai além de uma descrição superficial, ela pressupõe que há, de fato, uma decodificação do que o autor da ação tem intenção de fazer ao praticar determinado ato. É sobre como tento construir essa descrição densa que tratarei agora.

O caminho percorrido para se ter acesso ao grupo que se pretende estudar tem sempre seus momentos áridos. Não é à toa que Malinowski (1978, p.20) estabeleceu rígidos princípios metodológicos para o trabalho do antropólogo: o pesquisador deve possuir objetivos científicos, deve viver entre os nativos, assegurando, assim, boas condições de pesquisa e, por último, deve aplicar alguns métodos de coleta, manipulação e registro de evidências. Nesse sentido, considero o estabelecimento do contato com o grupo um momento importante para todo o decorrer da pesquisa.

No caso do contato estabelecido com os catadores com o lixo, cada novo informante sempre me remetia a uma sensação de estar começando do zero. Novamente era necessário

fornecer dados sobre quem eu era, o que estava fazendo, passar pela fase na qual as pessoas me olhavam como mais um universitário precisando fazer pesquisa e do qual eles nunca lembravam o nome ou sobre o que era seu trabalho. É também desta etapa da pesquisa a necessidade de grande esforço para fazer o grupo compreender que eu iria permanecer junto a eles, de que traria meu trabalho a eles (neste meio, esta tem sido uma importante moeda de troca). Só depois de passar por tudo isso, comecei a ser convidada a participar de reuniões ou de outras atividades desenvolvidas pelo grupo.

Depois da inserção, começa a negociação sobre o que se poderá incluir no texto etnográfico. Esta negociação nem sempre é feita em um diálogo com o grupo de trabalhadores com o lixo, muitas vezes, trata-se de reflexões realizadas na intimidade de nossa casa. Assim como os trabalhadores com o lixo classificam cada um dos materiais que chega até eles, também precisei classificar os dados que obtive na pesquisa. Algumas das informações mais importantes sobre o grupo só são reveladas quando as pessoas que integravam esse grupo passam a ter sentimentos de confiança e de intimidade para com o pesquisador, sentimentos estes que tais pessoas só tem, usualmente, por pessoas muito próximas em suas redes de relações. Estes posicionamentos impuseram-me a responsabilidade de separar o que foi dito para a pesquisadora, portanto publicável, e o que foi dito em confidência como para uma “amiga”, portanto eticamente não publicável. Muito do que não foi dito à amiga, a pesquisadora teve oportunidade de ver ou ouvir em campo, mas este contato estreito permitiu perceber que a divulgação dos dados poderia trazer conflitos posteriormente.

Becker (1977, p.137), ao abordar sobre o que publicar como resultados de uma pesquisa, alerta que, nas Ciências Sociais, o pesquisador frequentemente se deparará com limitações originadas de problemas éticos. Estas limitações podem ser tanto considerações prejudiciais ao grupo ao serem publicadas quanto questões que consideramos ser nocivas, mas não necessariamente o são. De qualquer forma, o pesquisador estará obrigado a pensar sobre a relevância de publicar estes dados ou não. O autor conclui que não há uma receita pronta e fácil para resolver este problema. Estas decisões são de ordem individual, quando o pesquisador, em negociação travada entre a sua moral e a do grupo, luta por manter condições de relatório o mais livre possível (ibidem, p.156).

A escrita desse texto não foi diferente, de forma que esse jogo, entre o dito e o não dito, entre o que pode ser mostrado e o que deve ser ocultado, está presente em cada frase e deve ser levado em consideração pelo leitor para pensar o conteúdo exposto. Muito do que era falado em tom de intimidade, não necessariamente requeria sigilo, ao contrário, foi dito por

que sabiam que poderia ser publicado. Este algo que o grupo quer ver publicado nem sempre tem relação com os objetivos do pesquisador. Expectativa que pode frustrar ambas as partes, já que o pesquisador nem sempre tem conhecimento do que o grupo tem intenção de divulgar e, quando tem, nem sempre considera adequado tornar as informações parte escrita de seu trabalho. Por isso, considero que a etnografia deve ser pensada como: “...uma construção sobre o outro, por intermédio de nós mesmos e do que o outro permite dele conhecer. É um exercício reflexivo acima de tudo. Nunca um retrato definitivo, é, antes, uma possibilidade...” (ZANINI, 2006, p.27).

Por conta desse jogo, acontecimentos ocorridos em minha presença eram citados por eles como dignos de serem relatados em meu trabalho e a entrevista de uma das informantes foi corrigida a pedido dela. Além disso, ainda havia a discussão a respeito da utilização do nome verdadeiro e sobre a manutenção ou não da fala original dos entrevistados. No texto da monografia, apresentei os integrantes da ASMAR pelos seus próprios nomes e sem fazer correções de suas falas porque essa era a vontade deles; farei da mesma forma na presente dissertação.

Como justifiquei em minha monografia de graduação, volto a ressaltar que não estou simplesmente jogando a responsabilidade para o grupo quando deixei que os integrantes escolhessem como desejavam ser apresentados. Concordo com Claudia Fonseca (2005) quando esta diz que colocamos em nossos textos muitas falas e interpretações que nossos nativos não gostariam de assumir a autoria (ibidem, p. 05). No entanto, ocultar o nativo não resolve o problema ético. Muitas vezes, os grupos que estudamos são tão pequenos que eles identificariam uns aos outros na escrita. Assim, a atitude de ocultar acaba sendo muito mais uma tentativa de isentar o pesquisador de possíveis cobranças dos nativos sobre o que foi transformado em escrita.

A correção da fala foi feita apenas na entrevista da Irmã Lourdes porque esta solicitou algumas alterações no texto que entreguei a ela por escrito para retirar alguns vícios da linguagem oral e o aproximar da linguagem escrita formal. Nas associações, não levei as entrevistas transcritas de volta, apenas oportunistei a eles que pudessem se ouvirem e se verem para que então dissessem qual conteúdo aprovariam para ser utilizado em minha dissertação. Como para estes indivíduos a linguagem escrita não era tão familiar, poderiam a diferenciar muito pouco da linguagem oral. Pôr em evidência a possibilidade de correção deixá-los-ia constrangidos. Além disso, entendo que o formato como escrevemos é apenas uma entre tantas linguagens, aceita e exigida para algumas circunstâncias a que eu, enquanto acadêmica,

devo submeter-me, mas não posso exigir que os indivíduos com quem elaboro a pesquisa se submetam a ela. Fazer isso seria um desrespeito que depreciaria suas formas de expressão que não são, em minha compreensão, nem mais nem menos corretas ou ricas que outras formalmente assim classificadas.

Sempre esteve presente na pesquisa, a intensa apreensão de como se portar diante do outro, isso ocorria tanto de minha parte como da parte dos indivíduos pesquisados. Na verdade, as preocupações e decisões tomadas acima não são frutos do “nada”, elas são resultados das interações face a face¹⁵ proporcionadas pelo trabalho de campo. Toda a reflexão sobre a construção do processo de pesquisa tem a intenção de tirar parte do peso da autoridade etnográfica. Depois de Clifford (2002) ter lançado sobre os antropólogos o fantasma da autoridade etnográfica (ibidem, p.21), os trabalhos acadêmicos são forçados a se preocupar com os recursos retóricos utilizados em seus textos e a problematizar a relação observador/observado. Para o referido autor, a etnografia se constitui em um poderoso gênero científico e literário, no qual muito da escrita é produzido no campo, mas a sua elaboração final é feita em outro lugar. Essa escrita sempre estaria permeada pela autoridade do etnógrafo que, na tentativa de impor uma coerência ao processo textual sem controle, inevitavelmente, teria que fazer escolhas estratégicas. A autoridade continuaria existindo, seja no modo experiencial, interpretativa, dialógica ou polifônica de escrita (ibidem, p. 58).

Contemporaneamente, alguns autores tentam inovar nas formas de pesquisa e na apresentação dos dados etnográficos. Buscam fazer de seus textos uma polifonia, trazendo a voz do informante para dialogar com suas interpretações sobre este informante e com a bibliografia utilizada. Lançam mão de inúmeros recursos de imagens, de narrativas e mesmo de formas textuais. Lóic Waquant (2002), por exemplo, pratica uma escrita em primeira pessoa como se narrasse uma história da qual ele faz parte e que, de fato, faz parte. Achutti (1997) impressiona pelo uso de diferentes formas visuais de formatação do texto, que ajudam na narrativa, sendo que uma parte do seu livro é constituída exclusivamente por fotos sem nenhum tipo de comentário.

Contudo, considero que isso nem sempre resolve os dilemas pelos quais o etnógrafo passa na árdua tarefa de fazer uma etnografia. Seja qual for a opção adotada pelo pesquisador, seu texto será sempre uma construção sobre o outro. Em meu trabalho, procurei amenizar esta autoridade etnográfica tentando trazer toda a rede de relações e de disputa de poderes na qual

¹⁵ Goffmann (2007) considera a interação face a face como influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros quando em presença física imediata (Ibidem, p.23).

os trabalhadores com o lixo estão inseridos. Isso se fará pelo entendimento do que chamarei de campo de interação dos diferentes agentes que o grupo que pretendo descrever possui. O campo é entendido “ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que visam transformar este campo de forças” (BOURDIEU, 1983, p. 44).

Ao utilizar o conceito de campo, busco mostrar as lutas travadas por cada um desses agentes (Igreja Católica, trabalhadores de Associações de Seleccionadores, trabalhadores com o lixo que coletam nas ruas, Prefeitura, universidades, empresas responsáveis pela limpeza urbana e demais pessoas que, porventura, estejam envolvidas no processo). Procuro entender que tipo de forças possuem ou são submetidos estes agentes a partir das posições em que cada um se encontra nas disputas específicas deste campo. A dinâmica desses agentes é derivada de uma constante negociação de bens no interior deste “mercado”.

Utilizo-me do conceito de campo como uma ferramenta epistemológica de análise dos dados coletados durante a pesquisa, pois, para além da observação, a etnografia também precisa realizar o estranhamento das informações no processo da escrita, nesse momento, o conceito de campo é extremamente útil para pensar o outro. Como Oliveira (1996) define, se o olhar e o ouvir constituem a percepção no momento da pesquisa empírica, o escrever passa a ser uma parte indissociável de nosso pensamento sobre o outro, pois é no momento da escrita que nosso pensamento encontra soluções que não apareceriam fora do exercício da escrita. (ibidem, p. 28-29). É só no momento de distanciamento físico do campo, na escrita dos diários, ou na escrita da dissertação que consigo realmente perceber as hierarquias dadas por aquele cotidiano de trabalho aparentemente tão homogêneo.

Entendo que o conceito de campo de Bourdieu (1983) permite que se consiga descrever as relações de poder e as pressões nas quais o grupo está inserido tanto em nível micro quanto em macro. No nível micro, encontro as interações face a face, os significados dados ao trabalho no cotidiano. No nível macro, encontro toda uma gama de relações que extrapolam o domínio das políticas locais e até mesmo das políticas nacionais. Elas dizem respeito às relações de poder proporcionadas por uma sociedade com alto grau de comunicação e de mobilidade que faz com que as ações dos sujeitos de meu estudo estejam influenciadas por questões de importância mundial. Nesse sentido, na sequência, pretendo descrever o lugar dos trabalhadores com o lixo em nossa sociedade. Como as relações de seu cotidiano, que descreverei no decorrer da dissertação, assumem condições específicas no contexto social da modernidade, sem, contudo, serem exclusividade desta modernidade.

1.3 Contextualização Histórica e Social

Os catadores, carroceiros, selecionadores, recicladores, garimpeiros ou o que aqui chamarei por trabalhadores com o lixo constituem um grupo bastante comum no meio urbano contemporâneo, principalmente nos grandes centros. São os “modernos nômades”, como se refere Cristovam Buarque (1997) em relação aos catadores de lixo de Brasília. Produzidos pela modernidade, vivem do que a modernidade joga fora. Para Natalino(2003, p. 24), os carrinheiros são frutos de nossa sociedade de consumo, na qual criam novos significados para o espaço urbano, partindo de suas rotinas de trabalho.

As pessoas que trabalham com o lixo assumem lugares e condições com características peculiares na sociedade capitalista e industrializada. O lixo se transforma em um produto comercializável e, o mais importante, em um interesse que passa pela vida local e cotidiana e ultrapassa as fronteiras nacionais para entrar no feixe de preocupações mundiais. As decisões tomadas em relação ao lixo não são apenas locais, mas se encontram em constante movimento entre o local e o global. Isso se deve, em grande medida, às características da modernidade descritas pela teoria de Giddens. A primeira é a de que a modernidade está voltada para o futuro e baseada nos cálculos de risco (GIDDENS 2007, p. 106). A segunda é a de que algumas características básicas da modernidade são particularmente globalizantes e as transformações locais tanto são afetadas pelas relações em escala mundial quanto o contrário (GIDDENS, 1991, p. 69).

Com relação à primeira afirmação, entendo que os trabalhadores com o lixo têm a seu favor o cálculo de riscos produzidos pelo estilo de vida moderno, como as problemáticas ambientais causadas pelo grande crescimento industrial. Demajorovic (2001, p.51) considera que os riscos aceleram a conscientização da modernidade e fazem surgir grupos ou atores sociais que exigem mudanças no processo produtivo. Como o cálculo de risco, neste caso, aponta para a necessidade de mudanças que levem a diminuição ou reaproveitamento dos resíduos que são jogados na natureza, discursos proferidos por ambientalistas sobre a reciclagem tem uma repercussão considerável na vida social. Isso, juntamente com interesses caros para a sociedade, como limpeza urbana, por exemplo, propicia aos trabalhadores com o lixo um importante argumento para valorizar seu trabalho e o produto produzido por ele: material reciclável selecionado.

Em uma das visitas que fiz a ASMAR em julho de 2007, recebi da coordenadora da associação um convite para participar do lançamento da Campanha de Coleta Seletiva do Lixo, que foi elaborada em parceria com um projeto do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, o Programa de Inclusão Social dos Catadores de Materiais recicláveis de Santa Maria (PISC). O Material da campanha, além de informar como as pessoas deveriam separar o seu lixo e como poderiam participar da coleta seletiva, também trazia argumentos como:

A reciclagem é uma boa alternativa para economizar energia, poupar recursos naturais e trazer de volta ao ciclo produtivo o que jogamos fora. Além de ser uma contribuição para o meio ambiente, a separação contribui para geração de empregos e criação de uma consciência ecológica (Folder Separando o LIXO transformando VIDAS, produzido pelo PISC e pela ASMAR).

Com o apoio das Caritas¹⁶ Regional e do *Projeto Esperança/Cooesperança* de Santa Maria, foi produzido um CD chamado *Catadores Reciclando Vidas e Consciências*, o qual possui vários hinos e músicas com letras cantadas e escritas por artistas regionais conhecidos ou pelos próprios trabalhadores com o lixo. As letras fazem uma apologia ao trabalhador com o lixo e a sua nobre tarefa de limpar e proteger o meio ambiente. Algumas letras são voltadas apenas à preservação ambiental, como é o caso da música “Água Sangue do mundo”¹⁷. Em outras se faz um apelo à sociedade para que valorize o trabalho com o lixo, como pode ser evidenciado no trecho: “Toma consciência parceiro/ da nossa atividade/ que livra você do lixo/ embeleza a sua cidade”, da música *Eu sou Catador*, escrita e cantada por Jôni André, compositor e músico local.

Este apelo para que as pessoas valorizassem a separação do lixo, porque assim estariam contribuindo para que se tivesse uma cidade mais limpa, também era bastante usado pelos integrantes das associações, principalmente, quando estavam dando entrevistas mais formais. Seu Zé (como é chamado), entrevistado para o vídeo da *Das quinzenas às Coisinhas*, dizia que:

¹⁶ A Caritas é uma organização da Igreja Católica, ligada a CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil) que está presente em diversos países. A Primeira Caritas surgiu na Alemanha em 1897 e seu nome foi inspirado na afirmação de São Paulo: *Caritas christus urget nos* (2 Cor 5, 14), que quer dizer o amor de Cristo nos impulsiona.

¹⁷ Letra e música de Antonio Gringo.

Poderia “melhorá” bastante pra nós aqui, principalmente, “si” a população se conscientizassem mais pra separar mais material. Não precisava até nem, nem “sê” assim como a gente recolhe, podia largar na lixeira normal, mas largar separado. Sujava menos a cidade e era bem melhor (Seu Zé, motorista do caminhão da ASMAR).

Os recursos que valorizem este tipo de trabalho e, por consequência, o produto dele são sempre bem vindos. Principalmente porque o grupo depende da venda dos materiais coletados nas ruas e, quase sempre, encontra-se em situações de fragilidade econômica e marginalidade social. Sendo assim, os indivíduos que integram esse grupo recorrem, nos contextos em que isso lhe é permitido, à argumentação de que são importantes agentes de defesa do meio ambiente também, pois desempenham atividades de limpeza, seleção e conservação dos espaços públicos.

Outro recurso importante usado pelos trabalhadores como o lixo é a associação com a rede de economia solidária¹⁸. Embora haja divergências entre os grupos sobre o que seja trabalhar em regime de economia solidária, ela tem representado uma importante forma de geração de renda para trabalhadores que se encontram fora do mercado formal de trabalho ou que nunca conseguiram, de fato, fazer parte dele. Fazer parte dessa rede permite aos trabalhadores com o lixo ter acesso a crédito e a incentivos conseguidos pela confiabilidade que a proposta da economia solidária já conseguiu junto à sociedade.

Resumindo, a sociedade ocidental, na sua obsessão pelo futuro, prevê sua estagnação diante dos riscos que a industrialização da modernidade possibilita (GIDDENS 2007, p. 106). Entre eles, está uma catástrofe ecológica e a exclusão de uma maioria faminta sem acesso ao mercado. As propostas que visam tanto a preservação do meio ambiente quanto a criação de outras formas de geração de renda são tentativas de resposta a estes riscos e por isso conseguem ocupar um espaço significativo na sociedade para seus propósitos e para os interesses de quem se associa a estas ideias.

No que tange a segunda consideração de Giddens (1991, p. 69), trazida por mim neste texto, situo o trabalho com o lixo dentro de relações de âmbito mundial. Não podemos esquecer que a reciclagem só é possível devido aos pesados investimentos em setores científicos que alimentam a indústria com os conhecimentos necessários para a execução dessa atividade. As novas descobertas nessa área e as indústrias que fazem a reciclagem podem estar em qualquer lugar do planeta. Isso é um reflexo das alterações nas relações dadas

pelo que Giddens (1991, p. 36) denomina de desencaixe. Tempo, espaço e bens não precisam mais estar sempre juntos. A modernidade criou sistemas abstratos como a moeda e os “peritos” (pessoas especializadas em realizar determinadas ações, libertando o indivíduo das obrigações de ter de fazer todo o processo), que permitem que mantenhamos contato e realizemos todas as transações comerciais sem conhecer o outro com quem se está fazendo negócio.

Um exemplo de como este processo de globalização atinge os trabalhadores com o lixo é a oscilação do dólar (moeda pela qual o material reciclado é avaliado). O valor pago pelo produto coletado pelos trabalhadores com o lixo oscila com o mercado internacional. Não foi raro ouvir, em minha pesquisa, reclamações dos trabalhadores devido à desvalorização do dólar. Uma queda nessa moeda faz com que os preços de cada material despenquem em proporção semelhante a essa queda. Com isso, o próprio cotidiano de trabalho é alterado: produtos que antes eram selecionados para serem vendidos, diante de uma grande desvalorização, não mais serão coletados, pois o tempo gasto nessa seleção poderia render mais dinheiro se fosse utilizado para a captação de materiais mais valiosos.

De outro modo, Giddens (1991, p. 70) considera que os acontecimentos locais também têm influência no cenário global. As interações face a face¹⁹ levam às relações e associações de onde muitas vezes se originam os Movimentos Sociais. É no cotidiano que as construções sociais usadas pelos atores para se representarem e representarem os outros são estabelecidas e são por meio delas que as estratégias de ação são formuladas.

Por exemplo, os trabalhadores com o lixo, quando estão diante de pessoas para as quais seu trabalho assume um sentido negativo e a revelação de sua identidade pode dificultar seu interesse imediato (namorar, fazer amigos, sentir-se respeitado pelos familiares), tornando-os alvo de algum preconceito, podem ocultar esta informação. Porém, quando se denominar como trabalhador com o lixo auferir algum benefício, seja junto à Secretaria de Assistência Social Municipal ou a de Meio Ambiente, seja junto às pessoas que transitam nas ruas (que podem doar-lhes lixo), então ser trabalhador com o lixo pode vir acompanhado da palavra orgulho.

Estas são negociações legítimas, tendo em vista que estes trabalhadores transitam por uma série de contextos sociais e que, para cada um destes contextos, é preciso construir uma

¹⁸ A relação estabelecida com a Economia Solidária será melhor trabalhada no Capítulo três dessa dissertação.

¹⁹ Por interação face a face, assim como Goffman (2007, p. 23), compreende-se a interação resultante de uma influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros quando em presença física imediata.

elaboração ou definição de si para os outros ali presentes. Faz parte de estratégias de sobrevivência comuns a estas pessoas. A importância desse dado é que ele evidencia o outro para quem o trabalhador com o lixo é diferente e os conflitos gerados desse encontro.

Os conflitos levam a duas principais ações dos trabalhadores com o lixo: a primeira é a ocultação da identidade em questão, e a segunda é a necessidade de se agrupar entre iguais. Estar entre outros trabalhadores com o lixo ajuda o indivíduo a descobrir seu papel na sociedade e se constitui em um momento propício para direcionar forças em prol de um interesse em comum. Como exemplo, cito o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)²⁰ e sua influência nas decisões tomadas pelo poder público. Mesmo que o movimento em si não detenha o poder de decisão, a organização de passeatas, protestos, a divulgação de valores relacionados ao meio ambiente e a economia solidária, muitas vezes, obriga os governantes a atender alguns dos interesses desse movimento, sob pena de se indispor com outros setores da sociedade.

Entendo que a contextualização do grupo deve se amparar também nas históricas significações atribuídas a categoria pobre. Antes mesmo de serem identificados como trabalhadores com o lixo, estas pessoas são vistas como pobres e, portanto, têm acionado sobre si todas as representações acumuladas ao longo do tempo sobre os miseráveis da sociedade. Meu objetivo é fazer uma breve revisão sobre a condição da população pobre urbana de todos os tempos e lembrar algumas representações que surgiram no decorrer da história e que permeiam as significações atribuídas ao indivíduo pobre e as suas táticas de sobrevivência nos dias atuais. Stoffels (*apud* MAGNI, 2006, p. 15), situa o surgimento dos mendigos no início da Grécia Antiga. Este era o destino dos miseráveis que não foram escravizados ou que fugiram da escravidão. Também com a decadência do Império Romano originam-se novos contingentes de “vagabundos e bandidos no ocidente” (MOLLAT *apud* MAGNI, 2006, p. 16).

Durante a Idade Média, segundo Magni (2006, p. 16), a Igreja Católica teve um papel importante sobre a representação social do pobre. Este era visto como sagrado e necessário, pois ao dar esmolas extinguiu-se o pecado. A humildade e a peregrinação chegaram a ser estimuladas pela Igreja Católica (*ibidem*). Com o passar do tempo, em especial a partir do

²⁰ Segundo dados do site http://www.mnrcr.org.br/box_1/sua-historia “O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. No congresso, foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis”.

século XV, a generalização da pauperização cria distinções entre os pobres a quem se devia ajudar (aleijados, doentes, velhos, viúvas e órfãos) e os demais. Desse período, data o início de severas críticas à pobreza voluntária e passa-se a associá-la à vadiagem e à prática do delito (ibidem, p. 17).²¹

Pela revisão de literatura feita por Snow e Anderson (1998) sobre o surgimento dos desabrigados²² dos Estados Unidos, os moradores de rua já existiam mesmo nas cidades pré-industriais da Europa e a mendicância, a prostituição e o roubo eram as principais formas de sobrevivência desses indivíduos. Naquela época, tais indivíduos tiveram o estigma que recaía sobre eles amenizado devido a forte presença de duas filosofias: a de tradições populares que valorizavam a hospitalidade aos andarilhos e a dos ideais Franciscanos de desapego aos bens materiais.

Os autores mostram que, a partir do século XIV, forças sociais e religiosas denegriram a imagem da pobreza, afinal, a ordem Franciscana adquiriu grande fortuna e não tinha mais moral para pregar a pobreza, e os humanistas da Renascença passaram a valorizar todas as atividades que levavam ao sucesso mundano. Com a Peste Negra, em 1348, houve uma perda considerável de mão de obra e as autoridades criaram leis contra a vadiagem que obrigavam as pessoas a trabalhar por salários baixíssimos. Este tipo de ações foram fomentadas também pela doutrina de Lutero e, por volta de 1500, os pobres eram literalmente caçados para serem mortos, tornarem-se contingente militar ou então para serem enviados para as colônias da América.

Nos levantamentos bibliográficos de Snow e Anderson (1998), o pobre enviado da Grã-bretanha para as colônias da América chegava a seu destino sem o direito de se estabelecer em um único lugar, sendo forçado a viver de trabalhos temporários nos lugares onde o interesse colonizador se fazia mais presente. Surgiu, assim, um pobre errante e itinerante. O fluxo desses indivíduos era mais intenso nas cidades litorâneas, repletas de marinheiros e migrantes. Foram nelas que se criaram os primeiros abrigos para os pobres.

²¹ Sobre o desenvolvimento das camadas pobres urbanas e de como passaram a ser vistas pelo restante da sociedade, ver Beier (1985), Mollat (1986) e Fonseca (1986).

²² Devido à diversidade de indivíduos em situação de desabrigo, Snow e Anderson (1998) definiram o desabrigo por três dimensões que devem ser analisadas separadamente. Estas dimensões são: residencial (possuir ou não um abrigo fixo); a ausência do apoio da família (família sempre foi um conceito sociológico básico, através das noções de família temos acesso a tradicionais noções de lar) e o grau de valor e dignidade atribuído a cada situação de desabrigo (dignidade e valor não são atributos individuais, mas tem a ver com o tipo de papel social que cada um ocupa em sociedade, esse ponto ajuda a entender por que cada categoria de desabrigado tem mais ou menos consideração da sociedade em geral).

Surgiram também bairros com pensões e cafés baratos, onde os andarilhos ficavam no inverno, tempo em que não tinham trabalho fora da cidade.

Na metade da década de 1930, “morre” a era dos andarilhos. Isso se deu devido à mecanização do campo, à definição da fronteira ocidental dos Estados Unidos e à substituição das ferrovias, que forneciam trabalho e transporte barato (pela rodovia). Paralelo a isso, o número de pobres era engrossado por mulheres e crianças que iam para a rua no período de depressão. Com isso, os bairros marginais, antes abrigo de andarilhos que tinham uma situação bem melhor que os atuais pobres, tornaram-se refúgio de velhos e deficientes. Na década de 1960, houve um declínio dessa população, o que levou à destruição de muitos desses bairros. Contudo, após os anos 80, os o desabrigados voltaram a crescer vertiginosamente e passaram a ocupar as ruas de todos os grandes centros urbanos.

Como podemos ver, pelo exemplo americano, a trajetória de formação de um contingente de pobres passou por diferentes graus de intensidade e foi agregando sobre si as mais diversas representações, que vão desde a compaixão, até a repulsa e o desprezo total. Podemos dizer que tais representações convivem mutuamente nos dias atuais. Como veremos no decorrer do trabalho, o pobre, seja ele o morador de rua, seja o índio que vende artesanato nos centros urbanos, seja o trabalhador com o lixo, ainda desperta certa compaixão cristã. Ele ainda consegue usufruir da caridade de uma parcela da população. Contudo, concomitante a isso, ele também é visto como um vagabundo desprezível ou como um criminoso a quem se deve temer. Seja por um ou por outro motivo, estes indivíduos são persuadidos ou, em alguns casos, forçados a se desvincularem desse tipo de vida.

Os programas de assistência social, por exemplo, tem sido acompanhados de uma série de projetos educacionais que visam mudar o comportamento e a forma de pensar desses indivíduos. Já as políticas de repressão à violência e à desordem pública acionam meios de afastá-los do convívio dos demais cidadãos ou então de regulamentá-los dentro de trabalhos formais em associações ou espaços sob controle da prefeitura, como é o caso dos vendedores ambulantes do centro da cidade (os camelôs)²³. Estas iniciativas fazem parte de um processo de disciplinamento dos corpos, em que a distribuição espacial está em primeiro lugar

²³ Na cidade de Santa Maria, está sendo reformado um prédio onde os camelôs deverão passar a vender suas mercadorias. Essa medida implica, entre outras coisas, o registro de todos estes trabalhadores, a fiscalização das mercadorias e a cobrança de impostos. Contudo, também os deixará longe dos olhos de seus clientes. Afinal, entendo que o local onde se estabeleceram há tanto tempo implica uma estratégia de venda. Os indivíduos, inevitavelmente, são obrigados a passar pela rua onde estão localizados estes camelôs e, nessa passagem, podem se tornar consumidores. Coisa que não acontecerá no novo destino, já que só se dirigirão para lá quem realmente estiver interessado em fazer uma compra.

(FOUCAULT, 2008, p.121). Para Foucault (2008), a organização do espaço escolar criou, entre outras coisas, hierarquias que permitiram que os indivíduos submetidos a esse espaço se distinguíssem e fossem distinguidos pelo valor de cada um, pelo avanço nos estudos, pelo seu temperamento ou mesmo pelo tamanho da fortuna do pai (ibidem, p. 126).

Entendo que estas hierarquias também são criadas por uma série de medidas para disciplinar os pobres, as quais se iniciam, segundo Magni (2006), a partir do século XIV. Em toda a Europa ocidental, surgem severas tentativas de conter a vagabundagem. Paralelo a isso, cria-se uma ampla estrutura de assistência social (ibidem, p. 18 e 20). Na segunda metade do século XVIII, houve certo abandono da assistência social de teor moral, e a preocupação passou a se centrar em questões de saúde. Profissionais como médicos, sanitaristas, juristas, arquitetos, entre outros, dedicaram-se à tarefa de saneamento do espaço público.

Foi, em parte, com base nessas preocupações que, na metade do século XX, Sobrinho (1951) escreve, no livro *Transforme o lixo em dinheiro*, sobre as várias fórmulas para transformar restos de vegetais e outras coisas que, até aquele momento, segundo o autor, tinham sido consideradas como lixo, em produtos bons para o consumo. Esta era a quarta edição de seu livro, denotando a popularidade que estas ideias assumiram. Na década de oitenta, a preocupação social com a questão do lixo se torna mais presente. Em 1989, a AEBA/RS²⁴, em seu seminário anual sobre a questão do lixo, publica um livro intitulado “Lixo como Instrumento de Resgate Social”. Este livro reúne artigos de várias áreas do conhecimento que tinham como tema o catador e as problemáticas de sua relação com a sociedade, as questões ambientais e a estigmatização dessas pessoas (SEMINÁRIO TEUTO-BRASILEIRO, 1989, p.7). Desde então, muitos têm sido os trabalhos acadêmicos preocupados com esta temática: Burszty e Araujo (1997), Cabral (2001), Burszty (2003), Natalino (2003), Martins (2004), Feitosa (2005), Martins (2005) e Michelotti (2006). Isso para citar apenas alguns autores que trabalham com este grupo em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. No entanto, este tipo de produção é possível de ser encontrada em autores formados por todas as universidades do país.

Alguns dos autores citados acima fizeram etnografia frequentando os galpões de seleção dos materiais que eram destinados à reciclagem. Os dados oriundos de suas

²⁴ A Associação de ex-bolsistas da Alemanha – AEBA – é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter cultural, fundada em 27 de maio de 1964, com sede em Porto Alegre, sendo a mais antiga das Américas e do Terceiro Mundo. Tem como objetivo básico congregar profissionais universitários que, através das várias entidades de intercâmbio cultural existente no Brasil e na Alemanha, realizam cursos de

etnografias permitem visualizar um mundo de significados bastante distintos e que são formados no cotidiano de trabalho. O lixo não mais é algo do qual se deve se afastar, mas um objeto valioso tanto monetariamente quanto utilitariamente. Muitos dos materiais encontrados pelos sujeitos das pesquisas citadas passavam a ser cobiçados por poderem vestir os corpos dos trabalhadores, enfeitá-los, no caso das jóias (bijuterias), decorarem o galpão e a casa de cada associado ou ainda servir de brinquedo para seus filhos.

Na busca por estas reformulações de sentido, nas quais transitam as identidades assumidas por trabalhadores com o lixo em seu cotidiano de trabalho, foi empreendida a pesquisa dessa dissertação. Foram observados trabalhadores com o lixo de três associações em Santa Maria – RS e também utilizados diários de campo, entrevistas, filmagens, fotos de pesquisas anteriores, além de reportagens de jornais locais. Na sequência deste capítulo, descreverei o universo pesquisado e como foi realizada a pesquisa.

Os trabalhadores com o lixo com os quais convivi tinham um poder aquisitivo bastante baixo, o que fazia com que tivessem de vender seus materiais por preços abaixo do mercado. Mesmo quem se encontrava em uma associação tinha uma capacidade de estocar o material e de esperar pelo dinheiro da venda limitada. Isso fazia com que não tivessem poder de barganha para negociar o preço do produto com os atravessadores.

Esta situação ainda era agravada pelo preconceito do qual são protagonistas. Nem todas as pessoas com quem estes trabalhadores se encontravam em seu cotidiano de trabalho prontificavam-se a separar o lixo e a entregá-lo para um estranho, frequentemente confundido com um potencial “ladrão” ou “vagabundo”. Além disso, recentemente, a cidade teve sua coleta de lixo alterada, foram implantados contêineres e aberta uma usina de triagem, reciclagem e compostagem do lixo, que dificultaram ou impediram o acesso ao trabalho com o lixo para muitas pessoas. A primeira medida fez com que parte da população, que já separava o lixo, deixasse de fazer a separação e também dificultou o acesso a ele para estes trabalhadores, já que passaram a ser obrigados a entrar nos contêineres ou a criar instrumentos que permitissem puxar as sacolas para fora. Com a instalação da usina, muitas pessoas que

aperfeiçoamento na Alemanha e, ao retornarem ao Brasil, são convidados a participar da associação(...) (1989, p.7). Esta promove regularmente eventos, entre eles, um seminário-aula, do qual o referido livro é resultado.

buscavam o lixo dentro do lixão da Caturrita perderam seu local de trabalho. De uma maneira ou outra, estas pessoas estão sempre na iminência de alguém os impedir de realizar seu trabalho ou de circular por um determinado lugar.

Sendo assim, embora o trabalho com o lixo seja apresentado na dissertação como uma alternativa de renda e seu cotidiano descrito como um trabalho criativo que se impõe e transforma os limites impostos pela cidade, ele também pode ser um trabalho capitalista e estar exposto às pressões desse modo de produção. Segundo Bosi (2009), é possível uma relação entre o trabalho informal e o processo de acumulação de capital relacionado ao setor de Reciclagem no Brasil. O autor se indaga sobre quais seriam “as articulações existentes entre o trabalho dos catadores e o capital envolvido no empresariamento da reciclagem, de modo a revelar como são realizadas e reproduzidas historicamente as condições do trabalho dos catadores” (ibidem, p. 102).

Para Bosi (2009, p. 103), a ampliação do setor de reciclagem só foi possível com o aumento da população de catadores que tornaram este negócio lucrativo. Isso porque o trajeto dos recicláveis até as indústrias recicladoras é relativamente complexo, pois estas estão localizadas em grandes centros e compram em grandes quantidades, o que exclui os pequenos depósitos de sucata de transações diretas com estas empresas. Dependentes de uma cadeia produtiva complexa e estruturada, os catadores têm seu trabalho usufruído a preços baixíssimos (ibidem, p.110). O autor mostra que a organização dessa modalidade de trabalho obedece a uma lógica que tem sido historicamente determinada por compradores e por recicladoras que se apropriam indiretamente do trabalho dos catadores, de maneira que estes realizam seu trabalho em contextos de permanentes pressões exercidas por diversos sujeitos sociais, como os atravessadores, os lojistas, as recicladoras, além da própria concorrência enfrentada devido ao “excesso” de trabalhadores envolvidos na cata de recicláveis.

No decorrer da dissertação, aparecerão comentários sobre três principais formas de trabalhar com o lixo em Santa Maria: a) o trabalho realizado dentro de uma associação de selecionadores de material reciclável; b) o trabalho autônomo, que consiste em coletar o lixo das ruas com um carrinho ou carroça, em fazer a seleção em sua própria casa e revender o material em pequenas quantias para atravessadores; e c) o trabalho dentro do aterro sanitário, que consiste na disputa entre trabalhadores com o lixo pelo material despejado pelos caminhões da empresa contratada pela Prefeitura para fazer o serviço de limpeza da cidade. Esta última alternativa, no momento, não existe em Santa Maria devido à inutilização do

Lixão da Caturrita no início do ano de 2008. Os trabalhadores com o lixo que frequentavam este lixão eram chamados pela imprensa local de garimpeiros.

Embora tenha encontrado estas três formas de trabalho, minha pesquisa se deteve, principalmente, aos indivíduos do primeiro grupo. Na sequência, descrevo algumas características da coleta do lixo urbano na cidade de Santa Maria e como a presença de trabalhadores com o lixo nas ruas é vista pela sociedade em geral. Além disso, tento problematizar a preocupação ambiental de impedir pessoas de terem acesso aos aterros sanitários como situações derivadas da organização da vida urbana.

2 A COLETA DE LIXO NOS ENCONTROS PROPORCIONADOS PELO MUNDO DA CIDADE

Segundo o site da prefeitura de Santa Maria, 80% da população ativa da cidade se ocupam de funções urbanas terciárias, com destaque para o comércio, para os serviços públicos, incluindo os da Universidade Federal de Santa Maria e os militares²⁵. O presente capítulo se propõe a descrever algumas das interações cotidianas travadas em torno da coleta de lixo neste meio urbano no qual se concentram aproximadamente 95% da população do município.

A intenção inicial era trazer dados sobre quais eram, no momento de minha pesquisa, as empresas que faziam coleta de lixo na cidade, sobre como essa coleta era feita, quais eram as responsabilidades destas empresas com este serviço, bem como trazer informações sobre os deveres que tiveram de assumir junto ao poder público. Para isso, havia pensado em analisar os editais de licitações e os documentos de contrato realizados com estas empresas, além de entrevistar os responsáveis pela secretaria de município (que é responsável por esta contratação) e os donos ou responsáveis pelas empresas que estavam no mercado no momento. Porém, ao olhar mais atentamente para o arquivo de reportagens publicadas pela imprensa local (material que mantenho desde 2005) percebi que a limpeza urbana abrangia muito além dos interesses e deveres do contratante (prefeitura) e dos contratados (empresas de prestação de serviço). Como existiam, paralelamente a estes contratos, outras pessoas que recolhiam o lixo informalmente, as decisões tomadas com relação à limpeza urbana obrigavam o poder público a tentar “dar um lugar” aos trabalhadores com o lixo. Conceder este espaço não significa, necessariamente, incluí-lo ou aceitá-lo na realização da coleta dos materiais recicláveis. Também estavam envolvidas nessa temática todas as pessoas que produzem lixo e, portanto, tinham interesse que a prestação do serviço de coleta fosse realizada eficientemente.

Nas reportagens, entrevistas e imagens dos jornais locais, eu encontrava todos estes agentes, por isso, considerei que poderia usar os jornais pensando-os como um documento por meio do qual era possível tomar conhecimento dos discursos existentes a respeito de qual era a melhor forma de dar destino correto ao lixo. É nessa perspectiva que Cunha (2005) analisa

²⁵ http://www.santamaria.rs.gov.br/?secao=perfil_economia

os arquivos de registros etnográficos produzidos pela antropologia das populações afro-americanas nos Estados Unidos. Para a autora, o arquivo deve ser pensado não só nas informações que traz, como também na natureza e contexto em que foi produzido (Ibidem, p. 8). As publicações dos jornais não são apresentadas aqui como meios de ter acesso à “realidade”, mas, assim como para Schwarcz (1987, p. 15), o jornal deverá ser pensado como um produto social, ou seja, “resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas”. O que procuro nele são as representações sobre os trabalhadores com o lixo, reproduzidas pelas vozes a quem o jornal concedeu direito de falar.

Os jornais locais que utilizei nessa pesquisa são: *A Razão* e *Diário de Santa Maria*. *A Razão* é um jornal regional com sede na cidade de Santa Maria. Segundo dados do site deste jornal²⁶, ele foi fundado por Clarimundo Flores no dia 9 de outubro de 1934 e sua circulação atinge hoje mais de 40 municípios da região central, fronteira oeste do Estado, além de cidades importantes como a capital Porto Alegre. Atualmente, o jornal é propriedade da Empresa Jornalística *De Grandi Ltda*. Seus leitores encontram-se distribuídos prioritariamente nas classes sociais A e B. Já o *Jornal Diário de Santa Maria* foi lançado em 2002, pertence à rede de jornais do grupo RBS e abrange 35 municípios da região central. A rede de jornais do grupo RBS é composta de oito títulos distribuídos no RS e em SC²⁷. Segundo dados obtidos junto a sua redação, o jornal possui uma tiragem média, durante a semana, de 1700 exemplares e atinge em torno de 2450 exemplares nos finais de semana.

Estas representações são produzidas na sociedade e tomadas como fato dado no cotidiano como uma realidade para cada um dos agentes do meio social. Para Berger e Luckmann (1985, p. 52), “a realidade social da vida cotidiana é, portanto, apresentada num contínuo de tipificações que se vão tornando progressivamente anônimas a medida que se distanciam do aqui e agora”. Assim, as categorias sociais e os símbolos usados para classificar ou representar o lixo e os trabalhadores com o lixo permitem que os outros presentes nessa relação sejam apreendidos e, além disso, fornecem-nos modelos de como devemos lidar com eles na interação face a face. São dessas tipificações, a meu ver, que temos as noções de quando o lixo é tido como algo ruim (se não está no “lixo”), noções sobre o que é sujo e o que é limpo e noções de quem pode ter acesso a determinados lugares sem sofrer qualquer tipo de discriminação.

²⁶ Informações disponíveis em: <http://www.arazao.com.br/sobre/expediente/>. Acesso em: 29 jan. 2010.

²⁷ Informações disponíveis em: <http://www.rbs.com.br/midias/index.php?pagina=jornal> . Acesso em 29 jan. 2010

Bourdieu (2001, p. 11) alerta para que as relações de força dadas pelos sistemas simbólicos não sejam reduzidas a relações de comunicação, como por vezes faz o interacionismo. Os sistemas simbólicos são tanto instrumentos estruturados quanto estruturantes de comunicação e conhecimento, portanto cumprem uma função política de imposição e legitimação da dominação, em que cada classe tenta impor uma definição de mundo conforme seus interesses (ibidem). É preciso estar atento para o fato de que os sistemas simbólicos do campo de disputa pelo lixo não são somente meios utilizados pelos agentes para se comunicarem ou expressarem suas opiniões, são também uma maneira de estabelecerem hierarquias e legitimidade de dominação sobre determinados lugares, tempo, objetos e trabalhos.

Para pensar sobre estas questões, tomei como objeto de análise, basicamente, reportagens sobre limpeza urbana, contratação de prestadoras de serviço, associações de catadores de material reciclável, bem como sobre projetos de assistência aos Catadores de lixo desenvolvidos pelas universidades da cidade, pelo poder público e pela Igreja Católica, publicadas pela imprensa local. Mais do que expor como se dava o funcionamento da coleta de lixo e de como as decisões eram tomadas pelos órgãos responsáveis pelo andamento desse trabalho, esta descrição busca compreender como os agentes envolvidos nestas questões negociavam o direito ou o dever de realizar a coleta de lixo e de como o poder torna-se fluido entre os agentes envolvidos. Por que a questão do trabalho com o lixo era uma questão social relevante para estar estampada com frequência quase que diária nos jornais? Quais eram as imagens e representações que permeavam o imaginário desses textos e fotos trazidos pelo jornal? Enfim, esta produção periódica escrita me possibilitava conhecer agentes que se tornavam públicos por meio de suas preocupações com o lixo na cidade.

A disputa pela coleta dos materiais recicláveis põe em evidência também uma das características do mundo da cidade: local de encontro dos mais diferentes indivíduos e de diferentes interesses. Dessa forma, minha intenção passou a ser pensar a busca por material reciclável como um aspecto do contexto urbano em permanente conflito com a organização idealizada que se tem do espaço público urbano. Tento mostrar tanto as implicações disto nas distribuições das pessoas que trabalhavam com o lixo quanto o grau de envolvimento que cada uma tinha com o seu grupo diante da variedade de identidades que o meio urbano lhe permitia assumirem. Assim como Park (1967), entendo que há necessidade de investigar os diversos estilos de vida que o meio urbano proporciona e de praticar uma observação cuidadosa das distribuições espaciais que a cidade, sutilmente, faz dos grupos humanos.

O interesse por estudar esse grupo deve-se ao fato de que a presença dos trabalhadores com o lixo nas ruas está constantemente em conflito com a organização idealizada que se tem do espaço público urbano. Segundo Pesavento (1996), o imaginário urbano é povoado de homens e mulheres bem vestidos, no entanto, é também o lugar de outros personagens que compõem o cenário urbano (ibidem, p. 64), entre eles, incluem os trabalhadores com o lixo. Park (1967) já chamava atenção para a necessidade de investigação desses diversos estilos de vida que o meio urbano proporciona e para a observação cuidadosa das distribuições espaciais que a cidade, sutilmente, fazia dos diferentes grupos humanos. A cidade, enfim, é o mundo dos conflitos e das tensões. Além disso, o ambiente congestionado pela alta movimentação dos indivíduos causa atrito e irritação (WIRTH, 1967), o que faz com que a presença dos trabalhadores com o lixo e suas carroças, nas ruas das cidades, sofra constantes contestações. Muitas pessoas, em Santa Maria, concordam com medidas (e até exigem-nas) que proíbam que tais trabalhadores tenham acesso às lixeiras. Foi implantado, no centro da cidade, em 2005, o projeto “Humanização do Centro”, que descreverei mais adiante.

A leitura do material de jornal que arqueei me levou a considerar que as maiores disputas se deram em torno de três eixos principais. O primeiro deles implica o direito ao uso do espaço público: poderiam as carroças de catadores dividirem espaço com carros nas ruas ou com pedestres nas calçadas do centro de Santa Maria? O segundo envolve os diversos projetos de fechamento do lixão da Caturrita e de retirada dos trabalhadores com o lixo que lá realizavam suas tarefas. Por último, a dificuldade de se chegar a um acordo sobre a quem cabia o direito (ou o dever) de organizar e realizar a tarefa de recolhimento do lixo. Na sequência, mostrarei como funcionava o trabalho de recolhimento do lixo em Santa Maria através desses três eixos. Lembro que eles não são divisões ordenadas pela importância que assumem, mas existem apenas para facilitar a exposição da problemática.

2.1 Espaço público? Para quem?

A cidade que descrevo aqui não pode ser vista através de teorias que a tornem despida de seus atores sociais. Magnani (2002) tece crítica a construções teóricas que veem as dinâmicas da cidade como resultante de um capitalismo desenfreado, como explicação última e total (ibidem, p. 14). Os moradores, “em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade,

estilos de vida, deslocamentos, conflitos, quando aparecem”, são uma parte passiva, sujeitos a toda a influência externa (ibidem. p.15). Um dos objetivos dessa dissertação é refletir sobre elementos não visíveis do processo político de constituição da cidade. Entendo, assim como Magnani (2002), que estes indivíduos não evidenciam apenas uma fragmentação, mas também possibilitam sistemas de trocas impensáveis.

A presença de migrantes, visitantes, moradores temporários e de minorias; de segmentos diferenciados com relação à orientação sexual, identificação étnica ou regional, preferências culturais e crenças; de grupos articulados em torno de opções políticas e estratégias de ação contestatórias ou propositivas e de segmentos marcados pela exclusão – toda essa diversidade leva a pensar não na fragmentação de um multiculturalismo atomizado, mas na possibilidade de sistemas de trocas de outra escala, com parceiros até então impensáveis, permitindo arranjos, iniciativas e experiências de diferentes matizes (Magnani, 2002, p. 15-16).



Ilustração 2: Carrinho com bandeira do Brasil. Recorte da página 14 do jornal *Diário de Santa Maria* de 15 de junho de 2006.

Os trabalhadores com o lixo também contribuem com a formação do cenário urbano, fazem uso do espaço público das ruas. No cotidiano da cidade, é comum ver a imagem de alguém puxando um carrinho feito de armação de madeira, arames ou ferro sobre duas rodas. São pequenos meios de transporte de carga que impressionam pela variedade de objetos que constituem a sua decoração: CDs, Cartazes, espelhos, bandeiras de times de futebol, ou então, telefone para contato. Também utilizam carrocinhas puxadas a cavalo, algumas com cabine fechada para seu condutor.

Segundo Pesavento (1996), a rua vem se transformando sob o impacto do capitalismo e se povoa de atores que por ela transitam, o povo, a multidão, o burguês e o proletário, “numa *mélange* caótica” (ibidem, p. 9).

A rua é também meio de vida, onde cangueiros, biscateiros e vendedores ambulantes transitam diariamente, entrecruzando-se com carroceiros, amas-secas, motoristas, mortoneiros e *free-lancers* de toda a ordem. Nesse sentido a rua é do povo, onde se misturam operários, professores, caixeiros de loja, bancários, negociantes, e porque não dizer, vagabundos, desocupados e larápios” (PESAVENTO, 1996, p. 64).

Assim como a autora, a sociedade tende a considerar o meio urbano como em um caos, além de atribuir aos indivíduos que usam este espaço, para fins não idealizados inicialmente, a responsabilidade por tal caos. Dessa forma, desconsideram que o espaço assume ordenações e significados específicos para cada grupo que transita por ele. Ao se fazer isso, cada grupo vê, no uso e ações do outro, que não condizem com a sua ordenação de mundo, uma desordem. Não se consegue visualizar a diversidade, mas um caos que deve ser banido através do afastamento dos seus agentes ocasionadores, no caso, os trabalhadores com o lixo.

Podemos encontrar alguma explicação para isso em estudos como o de Eckert (2002), que evidenciam que os seguimentos médios urbanos temem ser roubados, assaltados ou agredidos e vítimas ou não desses perigos reais, adotam estratégia de proteção e reivindicam junto às autoridades civis uma ordem. Ao fazerem isso atribuem às causas da violência urbana a figura genérica do “pobre bandido” (ibidem, p. 2). Como já foi dito anteriormente, os trabalhadores com o lixo compartilham da identidade de pobre e de todas as representações que são atribuídas a esta, de forma que não é motivo de surpresa ver medidas que buscam o seu afastamento dos lugares por onde transitam as outras pessoas.

A entrada de carroças de trabalhadores com o lixo chegou a ser proibida, em vários momentos, dentro do campus da universidade (UFSM) através de medidas tomadas pela prefeitura e pelo comitê ambiental da instituição. O presidente do comitê, em entrevista concedida a mim em 2005, dizia que era constantemente pressionado pelos professores e pelos funcionários para que proibisse a entrada dos trabalhadores com o lixo, pois eles “sujavam” o campus ao deixarem o lixo espalhado fora da lixeira.

Devido a meu constante contato com o meio universitário, tive oportunidade, durante a pesquisa, de tomar conhecimento de algumas opiniões sobre os trabalhadores com o lixo proferidas por universitários ou mesmo por professores e funcionários da universidade. Muitos se referiam a eles ressaltando aspectos socialmente condenáveis como à sujeira em que muitas vezes se encontravam os trabalhadores com o lixo. Ou então reprimiam a atitude de levarem crianças para os acompanhar no trabalho e de se alimentarem e darem alimento aos filhos “com a mesma mão que juntavam o lixo” (aluna do 6º semestre do curso de biologia, diário de campo de 14/08/2004).

Com a implantação do sistema de coleta de lixo com contêineres na cidade de Santa Maria, opiniões semelhantes aparecem nas falas de diferentes agentes. Os relatos possuem um misto de pena e repulsa a cada nova maneira que essas pessoas encontravam para ter acesso ao material com o qual se sustentam: entram nos novos recipientes instalados, criam instrumentos que permitem puxar o lixo para fora, ou então, colocam crianças dentro dos contêineres para que elas joguem os materiais para fora. Também, deparei-me com várias situações de proibição à circulação dos trabalhadores com o lixo. Entre elas, a tentativa de impedir a circulação de catadores pelo centro da cidade com a retirada dos depósitos de lixos e as constantes proibições da entrada de pessoas no Lixão da Caturrita, o que culminou no fechamento definitivo do mesmo em 2008 (SILVA, 2007).

Com relação às medidas tomadas para dificultar a circulação dos trabalhadores com o lixo no centro da cidade, destaco o projeto “Humanização do Centro”. Esta iniciativa implantou, desde 2005, um carrinho elétrico da empresa PRT Prestação de Serviços Ltda ²⁸, com horário e itinerário pré-determinado para passar pela Praça Saldanha Marinho e pelo

²⁸ Empresa prestadora de serviços em Santa Maria, responsável pela coleta de lixo durante todo o período da pesquisa. Foi fundada em 1993 e tem atuado através de parceiros públicos e privados, presta serviços em diversos municípios, tais como Santa Maria, São Borja, Porto Alegre, Pelotas, São Gabriel, Cruz Alta, Bom Jesus da Lapa, Luiz Eduardo Magalhães/BA. Os serviços prestados pela empresa incluem: coleta de todos os tipos de resíduos: domiciliares, industriais, comerciais e de serviços da saúde; Tratamento de resíduos de Serviços da Saúde; Aterro de resíduos especiais; Transporte de Resíduos até a Disposição Final; Limpeza de Vias Públicas; Unidades de Triagem e Compostagem e Manutenção de Pavimentação de Vias Urbanas.

Calçadão²⁹, ambos locais de grande fluxo de pessoas em Santa Maria. Com isso, os moradores e comerciantes do lugar poderiam se organizar e retirar o lixo de suas residências e estabelecimentos nesses horários pré-determinados e, dessa forma, impedir que ele ficasse exposto aos olhos públicos e à cobiça dos catadores. Mais recentemente, foram instalados contêineres que impedem que os trabalhadores com o lixo vejam o tipo de lixo que tem dentro ou o retirem com facilidade. Também, há uma proposta de instalação de contêineres fechados exclusivos para o material reciclável, os quais só poderão ser abertos por associações que tiverem a chave.

Os contêineres são grandes recipientes (devem de ter em torno de um metro e meio de altura) com uma tampa em formato de “V” virado, que abre um dos lados após ter a alavanca de pé pressionada. Devido à altura e ao pouco espaço de abertura fornecido pela tampa, é quase impossível que o trabalhador com o lixo veja claramente o que tem de material lá dentro. Para poder realizar sua atividade, ele não tem alternativa se não retirar todas as sacolas com algum tipo de ferramenta em forma de gancho, ou então, entrar no contêiner. Isso é feito tanto por pessoas adultas quanto, não raras vezes, por crianças que acompanham os adultos na tarefa.



Ilustração 3: Contêineres e os trabalhadores com o lixo. Recorte da capa do jornal *Diário de Santa Maria* do dia 24 de novembro de 2008

Dados disponíveis em: <http://www.prt.com.br/home.jsp>. Acesso em: 02 fev. 2010.

²⁹ O calçadão é uma rua fechada para a entrada de carros, uma espécie de praça no centro da cidade de Santa Maria com diversos pontos comerciais e de encontro.

A exclusão dos trabalhadores com o lixo do centro da cidade é evidente também em outras circunstâncias. Em algumas ocasiões, houve, por parte da prefeitura, iniciativas de tentar organizar esses trabalhadores em associações. O poder público tem acordo com as associações para destinar a elas o lixo oriundo da coleta seletiva realizada pela empresa contratada. Embora apoiadas pela representação de que dentro de uma associação estes indivíduos estariam sobre um regime de trabalho mais digno, as medidas da prefeitura, ao meu entender, podem ser um dos meios de manter esses trabalhadores distantes dos grandes centros e devidamente controlados por um regime de trabalho, pois o local destinado às associações é a periferia da cidade. A única que goza de localização em um bairro, digamos, mais nobre é a ASMAR, mas já sofreu tentativas de fechamento e interdições promovidas por moradores vizinhos.

Esta representação de que o trabalho com o lixo pode assumir forma mais digna dentro de uma associação também é compartilhada e reproduzida pela sociedade. Em matéria especial do jornal “*Diário de Santa Maria*” dos dias 30 de junho e 1º de julho de 2007, o senhor Rogério Silveira, de 38 anos, que trabalha puxando carrinho nas ruas desde os 10 anos, é questionado pelo jornalista sobre o porquê de não querer trabalhar em uma associação. Quem trabalha com o lixo nas ruas nem sempre quer fazer parte de uma associação, e a resposta de seu Rogério é ilustrativa disso: “Nanananão! Associação é só para uns trabalharem para os outros não fazerem nada. Pelo menos para mim não serve”. Embora, para quem olhe de fora, esta atitude possa parecer irracional, pois quase sempre a associação fornece melhores rendimentos financeiros, os trabalhadores com o lixo valorizam sua independência. Para muitos, é difícil aceitar trabalhar em um lugar em que outras pessoas também irão ganhar com seu esforço, pois sentem que podem ser lesados, que irão trabalhar mais. Além disso, na associação, eles teriam de justificar toda a vez que se aumentassem e teriam de se enquadrar nas regras de convivência para permanecerem no grupo.

Claudia Fonseca (2004) considera a atitude de criar um discurso contra os empregos mais estáveis em favor de sua condição atual de trabalho autônomo como um vínculo ao orgulho pessoal (ibidem, p. 19). Os indivíduos sabem que dificilmente terão seu perfil aceito em trabalhos de maior prestígio social (atendente de loja, secretário, motorista, garçom etc.) e que, quando aceitos, serão explorados e humilhados pelos patrões, assim denigrem os empregos denegridores (ibidem, p. 20). No caso que citei acima, o trabalhador não se referia a um emprego com um patrão de classe superior a sua, mas a uma ordem de trabalho estabelecida por pessoas que trabalham como ele, com o lixo. Poderia este indivíduo estar

evitando se sentir desprezado, quando tenta menosprezar o trabalho dentro de uma associação? Em Santa Maria, existem poucas associações, logo não poderiam suportar todos os trabalhadores que estão nesse ramo. Embora os padrões de escolha dos integrantes de cada associação não sejam os mesmos exigidos em outros setores (idade, escolaridade, aparência, etc), é evidente que existem outras formas de escolher seus novos integrantes. Quase sempre eles chegam pela rede de sociabilidade dos que já estão lá dentro e devem estar dispostos a se submeterem ao regime de trabalho estabelecido pelos integrantes mais velhos, pelo menos até adquirirem um *status* que dê a eles uma posição equivalente a dos outros. Sendo assim, uma das hipóteses de o Sr. Rogério ter reagido daquela forma que expressou em sua resposta é que ele, talvez, estivesse fora dessa rede de contato, ou então, não queria se submeter a uma rotina criada por outros, a qual ele estaria submetido até que tivesse voz ativa no grupo.

O esforço de enquadrar o Sr. Rogério e tantos outros que, como ele, andam pelas ruas da cidade coletando material reciclável, deve-se a visibilidade que adquirem na sociedade pela perturbação que causam aos outros indivíduos usuários do espaço público urbano. Esta visibilidade é, na verdade, separada, por uma linha tênue, do total anonimato em que estão inseridos. Muitas pessoas passam por eles sem jamais vê-los, e quando se tornam visíveis, não raro, estão envolvidos em algum acidente ou em alguma divergência com quem encontram quando circulam pelas ruas. Os acidentes com carroças no trânsito sempre trazem a discussão a respeito de se as vias também devem ser permitidas para este tipo de veículo. A falta de uma legislação que regulamente a circulação e o estacionamento proporciona, muitas vezes, que elas sejam vistas como irregulares pelos demais usuários das ruas. Diariamente, acontecem vários acidentes envolvendo os mais diversos tipos de automóveis nas ruas da cidade, mas, exceto quando estes causam grandes perdas humanas ou materiais, eles não são noticiados. Porém, a carroça que arranhou um carro no meio da rua e a que foi estacionada em cima da calçada para que o trabalhador arrumasse sua carga de lixo ganharam um local de destaque na página do jornal e as observações “por pouco não ocorre algo mais grave” ou “Estacionar assim não pode” (ver ilustração 4).

Entendo que essas disputas de espaço são reflexos do que Oliven (1984) já havia detectado com seus estudos, em Porto Alegre, ou seja, a suposta homogeneização que ocorre nas cidades brasileiras não atinge todas as camadas sociais como afirmam algumas teorias (ibidem, p.60). Nos estudos realizados pelo autor, esta homogeneização acontece, mas apenas no que diz respeito a aspectos sujeitos às influências ideológicas. Na esfera pessoal, as ações dos indivíduos revelam uma nítida clivagem entre os grupos (ibidem, p. 97).



Ilustração 4: Carroças no trânsito. Recortes do jornal *A Razão* dos dias 29 e 30 de março de 2008, p. 2 (imagens mais a esquerda) e do dia 14 de fevereiro de 2008, p. 2 (imagens mais a direita).

O problema social de destinação final do lixo gera um discurso homogêneo em favor da reciclagem, da coleta seletiva e da importância do trabalho de quem coleta os materiais nas ruas. A coordenação da ASMAR é frequentemente convidada por escolas do meio urbano da cidade de Santa Maria para dar palestras sobre a importância de separar o lixo e de como fazer isso. Contudo, o lixo que vem dessas entidades como doação para a associação sempre está bastante “sujo”, misturado com produtos orgânicos, que apodrecem após alguns dias, dificultando o trabalho de quem terá de fazer a seleção.

Esta noção de sujo, como se pode perceber aqui, é bastante relativa. O lixo que poderia ser visto como sinônimo de sujeira, na verdade, está classificado em diferentes graus de proximidade com esta, a ponto de deixar de ser lixo e se tornar outro produto, recuperando seu valor de uso. Mary Douglas (1976) explica esta noção relacional dizendo que:

A sujeira é essencialmente a desordem. Não há sujeira absoluta: ela existe aos olhos de quem vê. Se evitamos a sujeira não é por covardia, medo, nem receio ou terror divino. Tão pouco nossas idéias sobre doença explicam a gama de nosso comportamento no limpar ou evitar a sujeira. A sujeira ofende a ordem. Eliminá-la não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente. (DOUGLAS, 1976, p. 12)

Assim, quando o lixo é classificado, ele assume uma ordenação que faz com que deixe de ser apenas sujeira. Outro lugar é dado a ele junto à sociedade ou, pelo menos, às pessoas que estão fazendo o trabalho de separação dos materiais. No entanto, todo o material ao qual não se consegue dar uma nova utilidade, que não consegue ser absorvido pela ordem, continua sendo lixo, sujeira. Por isso, Douglas (1976 p.50) considera que a sujeira implica uma relação ordenada e na contravenção dessa ordem. Para que as pessoas possam tomar conhecimento do sujo, é necessário que haja uma norma estabelecida e reconhecida por todos sobre o lugar de cada coisa e, quando algo infringir esta norma, neste momento, este algo se tornará sujeira.

Determinadas empresas que doam seus materiais recicláveis para as associações, muitas vezes, também os enviam “sujos”. Algumas delas tiram fotos com os membros das associações, imagens estas que servirão para promover o nome das empresas. O discurso sobre a preocupação ambiental, como vimos, tornou-se um valor apropriado por diferentes agentes sociais, inclusive pelas associações de trabalhadores com o lixo, que vinculam seu trabalho a este fim (o da preocupação ambiental), mas, no dia a dia de cada um, isso nem sempre é aplicável. No fazer cotidiano, é muito mais fácil aceitar o programa de coleta de lixo dos contêineres, que não dá o trabalho de separar o lixo em casa; assim como é preferível fazer o trabalho de coletar o lixo na rua ou de separá-lo na associação, visando apenas ao material que tem um maior valor comercial, sem se importar com o destino final do que sobra. Socialmente, seja o trabalhador com o lixo, seja a empresa, ou seja o simples produtor de lixo doméstico, todos irão adotar o discurso da importância da reciclagem para a preservação ambiental. Contudo, a prática desse discurso não terá um tratamento homogêneo quando estiver na esfera pessoal; o grau de envolvimento com o valor da reciclagem será muito diverso.

É possível encontrarmos tanto pessoas que levam ao extremo a ideia de cuidado com meio ambiente quanto pessoas que não tomam nenhuma medida para isso. De um lado, pessoas que separam o lixo em casa, que têm sistemas de fornecimento de energia alternativo e que só utilizam produtos reutilizáveis, desde a sacola de supermercado até o copo de café;

de outro lado, não é difícil encontrarmos quem não só não tome nenhum dos cuidados anteriores, como também se irrite profundamente em ver carroças de trabalhadores com o lixo nas ruas, por considerar que estes atrapalham o trânsito.

A diversidade de interesses e os conflitos das convivências de diferentes grupos no meio urbano implicam, em última instância, a disputa pelo uso do Espaço Público Urbano. Como destaca Faure (2001, p. 96), o espaço é uma dimensão da vida dos homens e dos grupos os quais são criados e sustentados por ele, devido a isso, o espaço se torna uma fonte de conflito e sofrimento.³⁰ A partir do exposto acima, como pensar o que entendemos por espaço público? Existem determinados grupos que não poderiam fazer uso das ruas e praças? Afinal, o que é considerado como espaço público urbano na cidade? Quais as representações existentes em Santa Maria acerca dos trabalhadores com o lixo?

Pensar sobre estas questões fizeram-me considerar que o termo o “espaço Público”, em Santa Maria, parecia ser usado como sinônimo de local de lazer, agradável para estar, passar ou olhar. O problema era que, com o tempo, estes espaços passaram a ser usados para outros fins, como é o caso das praças públicas. Inicialmente, elas foram criadas como um espaço de descontração, de lazer e hoje são ocupadas por mendigos e trabalhadores com o lixo e são vistas, pela população, como um espaço público que se perde. Quem até então fazia uso delas, sente-se lesado e acusa a administração de ser a responsável por deixar que os espaços públicos desapareçam. Os discursos a respeito de ruas e praças “feias”, que várias vezes anotei em meus diários, parecem não entender os sujeitos que a “enfeiam” como parte do todo para quem esses espaços foram criados.

Se, como descrevemos no início, a cidade é repleta de atores sociais com seus moradores participando de diferentes redes, de conflitos e de meios de troca, o espaço público entendido aqui não terá centralidade em um único grupo. Ele será entendido através da ideia de tempos superpostos (ROCHA e ECKERT, 2005), que permite compreender o fenômeno de destruição como processo de construção perpétua do teatro da vida urbana (ibidem, p. 29). Embora as autoras tenham criado esta ideia para trabalhar com a busca por uma memória, mesmo com as constantes mudanças sofridas pelos espaços físicos da cidade, uso-a aqui para indicar que o espaço público muda de função a cada instante. A imagem que se cria de um determinado lugar pode perfeitamente não suportar a presença de alguns indivíduos nele, o que não significa que estes indivíduos não venham a se apropriar dele e a criar novas

³⁰ Para o autor: “l’espace est bien une dimension de la vie des hommes et des groupes, à la fois crée et subiepar eux, donc objet de conflits et source de souffrances” (FAURE, 2001, p. 96).

significações. Dessa forma, podemos entender a presença dos trabalhadores com o lixo no Calçadão e na Praça Saldanha Marinho como um atentado ao imaginário criado sobre esses locais. Embora possuam um grande fluxo de diferentes tipos de comércios formais e informais (camelôs, artesãos), os cafés e as lojas formalmente estabelecidos no local estão direcionados ao público mais intelectualizado e com capacidade aquisitiva mais elevada. Quando os trabalhadores com o lixo circulam e se apropriam desse espaço, acabam sobrepondo a ele outro aspecto físico, outro ritmo e o adequando ao seu cotidiano de trabalho. Isso faz com que sejam muito mal vistos pelo restante da população, para quem o espaço do Calçadão e da Praça Saldanha Marinho foi criado.



Ilustração 5. Calçadão (acima). Foto de Rubia Machado de Oliveira e vendedores ambulantes da praça Saldanha Marinho (abaixo). Fotos de Natana Alvina Botezini.

Assim como os trabalhadores com o lixo, outros grupos estão sujeitos a algum tipo de resistência a sua presença nesse espaço. Iung (2007) estudou um grupo de artesãos e artistas de rua identificados com certo ideal *Hippie* dos anos sessenta (também identificam seu modo de vida como alternativo ou como maluco). Segundo a autora, o grupo era, para quem passava no local, motivo de estranheza e de medo; para os policiais, era uma possibilidade iminente de

confusão e, para os fiscais da prefeitura, constituía em uma modificação ilegal do espaço, pois não pagavam impostos (ibidem, p. 41-42). Amaral (2007, p.42) também identifica uma situação muito semelhante: a do grupo de Kaingang que vende seus artesanatos e ervas na passarela que liga a Praça Saldanha Marinho ao Calçadão.

Este conflito entre os agentes que circulam pela cidade também é visto por Magni (1995). A autora analisa situações semelhantes quando problematiza o uso que moradores de rua fazem de determinados espaços da cidade de Porto Alegre. Esses indivíduos investem aos locais onde estabelecem suas moradas provisórias significados distintos dos que foram planejados para esses locais. Os espaços são territorializados e revestidos de uma subjetividade domiciliar. Este comportamento, segundo a autora, revolta os agentes municipais, os quais, na tentativa de preservar o que estão entendendo por espaço público, utilizam-se de diferentes estratégias para retirar os moradores de rua (ibidem, p. 146).

O uso de espaços para fins outros que não os fins para os quais foram criados implica resistência por parte da sociedade em geral. Por conta disso, a presença do trabalhador com o lixo dentro dos aterros sanitários, locais originalmente criados para o aterro do lixo que deveria ser afastado do contato com pessoas, também é motivo de uma série de iniciativas tomadas para impedir que estes trabalhadores permaneçam no local. Neste caso, as empresas ou prefeituras também sofrem coerção por parte das autoridades competentes, se não conseguem impedir que os trabalhadores com o lixo permaneçam nos lixões. Vejamos, na sequência, como ocorreram as disputas pelo espaço do lixão da Caturrita durante o período que este permaneceu em atividade em Santa Maria.

2.2 Lixão da Caturrita: uma questão ambiental e social

O destino final do lixo, na grande maioria das cidades, são os locais denominados de “lixões”. Santa Maria também fez uso desse recurso para dar fim ao seu lixo, e a política de uso desse espaço criou, em diversos momentos, conflitos com os setores da sociedade diretamente envolvidos (Fundação Estadual de Proteção Ambiental, empresas prestadoras de serviço, prefeitura, trabalhadores com o lixo). O lixo recolhido pela empresa responsável pela coleta em Santa Maria era levado ao Lixão da Caturrita. Muitos indivíduos disputavam, dia e

noite, os materiais recicláveis que chegavam dos caminhões para ganhar, em média cinquenta reais por semana, segundo dados do jornal “A Razão”, de 5 e 6 de janeiro de 2008, p. 10.



Ilustração 6: Trabalhadores do lixão da Caturrita. Foto da matéria publicada pelo Diário de Santa Maria no dia 16 e 17/06/2007, p. 14 e 15.

A presença desses trabalhadores com o lixo, ou “garimpeiros”, como são chamados pela imprensa local, foi sempre objeto de grandes disputas judiciais. Entre elas, estão a liberação do Lixão da Caturrita para o trabalho de quem buscava por materiais recicláveis e a procura por um novo local para o aterro, já que, na ocasião, este não se encontrava dentro das normas ambientais estipuladas pela FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental). Todas as negociações envolvendo este assunto foram acompanhadas pela imprensa local, merecendo, inclusive, resumo para recordar os leitores de todas as etapas dessas movimentações. Destaco, aqui, a reportagem apresentada pelo *Diário de Santa Maria*, 16 e 17 de agosto de 2008, denominada *A novela do Lixão da Caturrita*.

Segundo esta, o lixo de Santa Maria era levado para o lixão desde 1982 até março de 2008. Em 1995, a prefeitura assinou um termo de ajustamento de conduta com a Justiça que obrigava a primeira a dar tratamento ao chorume³¹ e a recuperar os estragos ambientais causados nas proximidades. Segundo a reportagem, em setembro de 2002, a prefeitura conseguiu adiamento dos prazos para este ajustamento. A empresa responsável pela coleta de lixo em Santa Maria foi escolhida, por licitação, em 1998 e teve seu contrato renovado após ganhar nova licitação em 2002, quando se comprometeu a fazer uma usina para separar os materiais recicláveis e a criar um sistema de drenagem e impermeabilização do aterro.

Antes desse desfecho, muitas foram as tentativas de fechamento do lixão ou, pelo menos, de restrição à entrada de pessoas que trabalhavam recolhendo materiais no local. Estas tentativas estavam apoiadas em argumentos ambientais e de saúde pública. A FEPAM considerava que o lixão não tinha estrutura para abrigar a quantidade de lixo recebido diariamente e que os trabalhadores com o lixo corriam riscos ficando no local. Contudo, estas tentativas de tirá-los ou de proibi-los de entrar no local sempre esbarraram na questão social de que estas pessoas passariam fome se não pudessem trabalhar ali. Em abril de 2005, a FEPAM ingressou com uma ação judicial contra a prefeitura solicitando a interdição do lixão. No dia 16 de maio de 2005, 180 famílias foram expulsas do lixão e proibidas, pela Brigada Militar, de retornar ao local. A prefeitura e o *Projeto Esperança/Coesperança* fundaram o Horto Municipal³² na tentativa de dar ocupação e renda para as famílias que saíram do lixão. Porém, a produção de alimentos não atendia toda a população que dele dependia, e a justiça, entendendo que a prefeitura não garantiu a sobrevivência desses indivíduos, liberou a entrada no Lixão no dia 17 de junho do mesmo ano.

O prazo para a construção de um novo aterro venceu em 2006, mas só em março de 2008 o lixo da cidade passou a ter um novo destino. Em 2008, a empresa PRT venceu a licitação para a coleta e destinação do lixo; a partir de então, cerca de 150 toneladas de lixo

³¹ “Chorume é uma substância líquida resultante do processo de putrefação (apodrecimento) de matérias orgânicas. Este líquido é muito encontrado em lixões e aterros sanitários. É viscoso e possui um cheiro muito forte e desagradável (odor de coisa podre)”. Disponível em http://www.suapesquisa.com/o_que_e/chorume.htm, acessado em 11/05/2009. “Chorume era inicialmente apenas a substância gordurosa expelida pelo tecido adiposo da banha de um animal. Posteriormente, o significado da palavra foi ampliado e passou a significar o líquido poluente, de cor escura e odor nauseante, originado de processos biológicos, químicos e físicos da decomposição de resíduos orgânicos. Esses processos, somados com a ação da água das chuvas, se encarregam de lixiviar compostos orgânicos presentes nos aterros sanitários para o meio ambiente). Disponível em <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-reciclagem/chorume.php>, acessado em 11/05/2009

³² O Horto municipal foi um terreno destinado ao plantio de horticulturas por famílias que frequentavam o antigo Lixão da Caturrita. Esta iniciativa da prefeitura entendia que os indivíduos conseguiriam produzir seu

produzidos por dia pelos moradores de Santa Maria são levados para a Central de Tratamento de Resíduos da Caturrita (CTRC), da empresa Tecnoresíduos Serviços Ambientais Ltda. Nesta empresa, o lixo é pesado e depois empurrado com uma retroescavadeira até uma esteira. O material que pode ser vendido é separado por seus funcionários e o restante vai para o aterro, onde é compactado, aterrado e recoberto com uma camada de grama. Também são feitos drenos no aterro para a saída do chorume, que posteriormente é tratado em pequenos lagos.

Quando o Lixão da Caturrita foi fechado, havia em torno de 250 pessoas trabalhando no local. Parte destes indivíduos foi contratada pela empresa Tecnoresíduos, mas outros não conseguiram se candidatar às vagas devido à falta de documentos. A reportagem citada acima traz também os depoimentos de alguns dos antigos trabalhadores do Lixão da Caturrita. As opiniões sobre esta situação do Lixão na época se dividiam mesmo entre os trabalhadores com o lixo. Para Deivson, 19 anos, que trabalhava no lixão desde os 9 anos e passou a ser funcionário da Tecnoresíduos, embora ganhasse mais antes, agora tinha a vantagem de uma renda fixa e de direitos trabalhistas, no caso de ficar doente, por exemplo. Já quem não conseguiu se engajar (ou não quis, acrescento eu) em uma associação lamenta o pouco material que ainda era possível encontrar no lixão logo após o seu fechamento. Andréia, ao mostrar o material que ainda conseguiu no antigo lixão, diz ao jornalista: “Tem sorte quem consegue encontrar algum material que preste”. Esta reclamação não é só dela, a presidente da ARSELE reclama que a quantidade de lixo que chega até eles diminuiu. Segundo ela, algumas empresas fizeram acordo com a Tecnoresíduos para entregar o seu material reciclável, isso diminuiu em 80% o material que ia para a associação.

O senhor Geraldo, de 47 anos, que há 18 trabalha com o lixo, explica que “quase metade do pessoal que trabalhava no Lixão foi contratado pela empresa. O problema é que lá eles recebem só um salário, enquanto antes dava para tirar bem mais vendendo o material reciclável recolhido. Pelo que comentaram, já tem gente desistindo de trabalhar lá” (Entrevista publicada no Jornal *A Razão*, 02/4/2008). Luciana, de 36 anos, também demonstrava preocupação quando, em 24 e 25 de dezembro de 2007, foi questionada pelo jornal *Diário de Santa Maria* sobre o fechamento do lixão programado para o ano seguinte: “do que eu cato aqui, dependem quatro pessoas”, diz Luciana, que esperava, na época, ser contratada pela empresa responsável pelo novo aterro sanitário.

próprio alimento nesse local, não mais precisando realizar o trabalho com o lixo dentro do referido Lixão. A produção alcançada dentro do local não conseguiu atender a demanda por alimentos de todas estas famílias.

Os lixões ou aterros sanitários são os destinos encontrados pelas aglomerações urbanas para o fim do lixo, mas também podem ser pensados como um lugar de encontros e disputas entre os diversos agentes do mundo urbano. Eles são o abrigo e o ganha-pão de uma parcela de trabalhadores, são também alvos de constantes preocupações por parte das prefeituras e dos órgãos responsáveis pela proteção ambiental. Qualquer ação que implique reestruturação do sistema de coleta e destinação do lixo afeta a vida de praticamente todas as pessoas, por conta disso, tal fato torna-se importante e noticiado com frequência pelos jornais.

Não foram só os trabalhadores com o lixo que tiveram suas vidas alteradas com a implantação do novo aterro e da nova coleta de lixo com contêineres. A maior prova disso é a quantidade de indivíduos santa-marienses que se pronunciaram, através da imprensa local, sobre a instalação dos contêineres. Nem sempre estes pronunciamentos eram cordiais, e, algumas vezes, levantaram discussões e trocas de ironias entre os leitores que se utilizaram dos jornais para exporem suas opiniões por dias seguidos. No dia 8/12/08, a geógrafa Elaine F. dos Santos utilizou-se do *Espaço do Leitor*, p. 2, do jornal *A Razão*, para responder a uma crítica feita a um texto que havia sido publicado dias antes: “é lamentável que algumas pessoas não se deram conta de que “tonéis verde” é um termo irônico para designar os contêineres de lixo”. Esta resposta também foi publicada na página 4 do jornal *Diário de Santa Maria*, espaço destinado a cartas do leitor, no exemplar dos dias 20 e 21 de dezembro de 2008. Isso estimula a contra-argumentação de outra leitora:

O novo sistema de recolhimento implantado pela PRT pode ser a solução para os lixos que estão depositados nas calçadas, perto dos postes e das lixeiras que transbordam. Mas agora os contêineres são alvos de pichação, vandalismos e críticas, como a de uma leitora que se referiu a ele como “tonéis verde” que deixam a estética da cidade feia. [...] A situação melhorou muito depois dos “tonéis verdes”, pois a cidade parece estar limpa e organizada. (Juscineide dos Santos, estudante de Jornalismo, Jornal *Diário de Santa Maria*, em Opinião, de 9/12/2008, p. 4).

Algumas das opiniões estavam claramente vinculadas à formação ou à atuação profissional de cada autor. Na construção de seus argumentos, as representações sobre o lixo e sobre qual destino correto a ser dado a ele estavam diretamente vinculadas ao meio de onde o autor partia para falar:

Este é um dos mais avançados sistemas de coleta de resíduos do mundo. A comunidade aprovou, mas quando há um problema, é este que aparece mais. Veja bem, dos quase 400 pontos da nova coleta, apenas 10 estão com problemas. (Engenheiro Ambiental da PRT, Felipe Lausch, fonte: *Jornal A Razão*, em Geral, de 08/01/2009, p. 6).

Era certo que o engenheiro responsável pela implantação desse sistema representaria positivamente o fruto de seu trabalho nas páginas da imprensa local. Diferente da opinião de quem via, nos contêineres, uma adversidade a mais no seu cotidiano de trabalho:

A cidade vai ficar mais limpa, mas para a gente, que trabalha com reciclagem piorou. Acho que vou fazer um gancho para conseguir pegar as sacolinhas de dentro do contêiner (Adriana Padilha, Catadora, fonte: *Jornal Diário de Santa Maria*, em Opinião, de 24/11/2008 p. 8 e 9).

Em algumas situações, a visualização positiva dos contêineres tinha uma ordem bastante pragmática. Se o acúmulo de lixo ao ar livre atrai moscas, baratas e ratos, os contêineres fechados evitariam a proliferação, pelo menos aparentemente, desses animais. Dona Otacília, pensionista, considera os contêineres “...uma coisa maravilhosa. Acho que até vai ter menos moscas nesse verão. Minha sugestão é que todo mundo tenha capricho, não deixe tudo espalhado pelo chão” (Fonte: *Jornal Diário de Santa Maria*, em Opinião, de 24/11/2008, p. 8 e 9). O que importa, nesses casos, é que o lixo não estaria “aparecendo”.

Em outros casos, os argumentos são de ordem ambiental e social, como no caso da carta de um acadêmico de jornalismo:

[...] quem pensou nisso o fez errado. Na verdade não deveria de existir tal, mas sim uma melhoria na coleta seletiva do lixo seria ideal [...]. Os catadores têm de se sujarem dentro dos contêineres para selecionarem o que devem ou não pegar. (Acadêmico de jornalismo, fonte: *Jornal A Razão*, em *Espaço do Leitor*, de 7/01/2009, p.2).

Também é o caso da opinião da mestra e especialista em Educação Ambiental. Neste caso, no entanto, parece visível que a formação acadêmica dela tem influência sobre suas opiniões, assim como nos casos do Engenheiro Ambiental da PRT e da trabalhadora com o lixo, citados anteriormente:

Fico a indagar se o idealizador da brilhante idéia teve, em algum momento, de promover previamente um trabalho de educação ambiental com a população, ou simplesmente optou por satisfazer seus próprios interesses? Outra indagação presente preocupa ainda mais: como fica aquela parcela da população que já possui o hábito de separar os resíduos orgânicos e inorgânicos, e agora regride nesse processo, vendo-se obrigado a colocá-los misturados nos contêineres? (Magali Quadros Flores, Mestre e Especialista em Educação Ambiental, Fonte: Jornal *Diário de Santa Maria*, em Opinião, de 15/12/2008, p.4).

Algumas constatações são óbvias, por exemplo, as de que determinadas formações ou vínculos profissionais têm uma opinião atrelada a elas, como é o caso do engenheiro criador do sistema de coleta em questão e da especialista em educação ambiental. O primeiro certamente defenderia seu trabalho, e a segunda não poderia deixar de se preocupar com a coleta seletiva, que há anos vem sofrendo ações e discussões para sua implantação na cidade de Santa Maria. Os demais exemplos nos permitem pensar, entre outras coisas, o que as pessoas consideram como limpo e o que consideram como o destino mais correto para o lixo? Para quem o lixo é algo incômodo, que está fora do lugar, espalhado pelo chão, pelas calçadas ou transbordando das lixeiras, o contêiner é uma opção vinculada à ideia de limpeza, pois abriga todo o lixo dos olhos dos transeuntes. Além disso, o contêiner pode evitar que os “catadores” espalhem sujeira pelo chão, como enfatiza a atendente de Loja *Gedite*, que considera os contêineres como solução para o acúmulo de lixo em frente à loja onde trabalha no centro de Santa Maria:

Trabalho há dez anos aqui e sempre teve acúmulo de lixo do outro lado da rua em frente à loja. Alguns catadores vêm e deixam toda a sujeira espalhada pelo chão (Gedite, atendente de loja, fonte: Jornal *A Razão*, em Geral, de 21/10/2008, p. 6).

Fica implícita, nesse vai-e-vem de dados, a disputa pelo direito ou pelo dever de coletar o lixo. Há de lembrar que, como mostram dados trazidos pelo jornal *A Razão* de 5/6/2008, Santa Maria produz 150 toneladas de lixo por dia e, pela última licitação, para coleta e armazenamento de lixo, o Município desembolsa, por mês, cerca de R\$355 mil para a atual prestadora, a empresa PRT. Este valor é calculado sobre o peso dos materiais coletados e sobre a quilometragem realizada pela empresa para fazer a coleta, por isso, quanto menos lixo ela conseguir, menos estará ganhando da prefeitura. Assim, não é à toa que muitas das

medidas tomadas pela empresa pareçam dificultar o trabalho dos trabalhadores com o lixo. Cada vez mais será necessário repensar o destino que se dará ao lixo. Alterações no sistema de coleta de lixo mexem com a vida de toda a população, principalmente daqueles que fazem sua vida através do lixo. Fahmi (2005) relata o impacto que teve a privatização do manejo de resíduos sólidos para os “*Zabaleen* coletores de lixo”³³ do Cairo, enfatizando que os grandes interesses econômicos não podem impedir de se pensar em alternativas de cooperação entre indústrias, coletores de lixo e autoridades.

A disputa pelo lixo, ou pelo o que estas pessoas a muito já descobriram se tratar de material com valor comercial, por ser reciclável, não se dá apenas pelo valor monetário que este assume e com o qual se pode comprar os mais diversos bens materiais. Outras coisas fazem parte das trocas que o lixo proporciona, entre elas, estão os sentimentos e as posições que se pode alcançar quando se trabalha com o lixo. As trocas são dadas pelo bem-estar de fazer parte de um grupo, de poder adquirir poder dentro desse grupo, pela oportunidade de ser ouvido em determinadas instâncias da sociedade quando fala em nome do grupo, de conseguir características valorizadas pela sociedade, como a de profeta da ecologia. São destas trocas que tratarei na sequência.

2.3 O mercado do lixo: quem tem direito a ele?

A responsabilidade de retirar o lixo das ruas é das prefeituras de cada município³⁴. Dados do jornal *A Razão*, de 16 de fevereiro de 2007, p. 05, fixavam a produção do lixo em Santa Maria em 5.030,17 toneladas ao mês. Em Santa Maria, como em muitas outras cidades,

³³ No Cairo, há cerca de 100 anos a coleta do lixo é feita por um grupo de migrantes do oásis Dakhla no deserto egípcio ocidental. Os *Wahiya*, como são conhecidos, trabalham sob contrato e recebem para fazer esse serviço. Já os *Zabaleen*, sem-terra trabalhadores rurais, que tinham ido para Cairo entre os anos de 1930 e 1940, passaram a realizar a tarefa de coletar o lixo sem ter participação nos honorários pagos pelos residentes. Eles vivem em assentamentos na periferia do Cairo vendendo o material reciclável que conseguem coletar e criando porcos com os restos de alimentos que encontram no lixo. Constantemente os *Zabaleen* são alvos de políticas higienistas que têm como principal alvo suas criações de porcos. Nesta disputa, estão em jogo também questões religiosas: Cairo é um local de maioria islâmica, não consomem a carne suína como fazem os *Zabaleen*, em sua maioria cristãos (FAHMI, 2005).

³⁴ Entende-se que a limpeza urbana é um assunto de interesse local e, segundo o inciso I do Art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local. O inciso V desse mesmo artigo regulamenta que o município pode “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou premissa, os serviços locais de interesses locais”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acessado em 12/05/2009.

o serviço de coleta é terceirizado, e as licitações são sempre alvos de grande concorrência, assim, nota-se que o lixo tornou-se um negócio bastante lucrativo. Na mesma reportagem citada acima, podemos ter uma ideia do quanto a prefeitura local gastava com a coleta de lixo, principalmente se levarmos em conta que, neste período, ainda não se pagava pelo tratamento adequado dos resíduos. A empresa responsável pela coleta de lixo na cidade recebia R\$ 17,56 por tonelada, mais R\$ 6,58 por cada um dos 1.435 quilômetros percorridos para a execução do serviço.

Atualmente, os valores pagos são maiores. Segundo o jornal *A Razão*, de 2 de abril de 2008, p. 7, a prefeitura paga à Tecnoresíduos Serviços Ambientais Ltda, empresa contratada para receber o lixo e fazer a sua destinação final, R\$ 45,10 por tonelada de lixo. Além desse valor, são pagos à empresa responsável pelo transporte do lixo até a Tecnoresíduos mais R\$ 60,00 reais por tonelada. Na última licitação, a concorrência para a vaga aberta no edital que concederia o direito de prestar o serviço de recolhimento do lixo na cidade foi bastante acirrada.

Participavam da concorrência, segundo o jornal *A Razão*, de 2 de abril de 2008, p. 06, a empresa Prestadora de Serviços de Limpeza (PRT), do sul do país, a empresa Vega, de São Paulo, e a empresa Delta, do Rio de Janeiro. A empresa Vega chegou a ser retirada da concorrência por não ter feito a visita técnica à cidade como os requisitos para a licitação exigiam, mas, segundo o jornal *Diário de Santa Maria*, de 29 e 30 de março de 2008, p. 02, a comissão coordenadora da licitação aceitou recurso da empresa paulista.

A forma adotada pela prefeitura para dar destino final ao lixo foi contestada em vários momentos pela população, principalmente, por quem trabalhava com o lixo e também por quem era solidário às dificuldades encontradas por estes trabalhadores para terem acesso ao material reciclável, do qual dependiam para sobreviver. Além da insatisfação com a implantação dos contêineres, questionava-se se a contratação das empresas para realizar a coleta seria a melhor alternativa. No jornal *Diário de Santa Maria* dos dias 16 e 17 de agosto de 2008, p. 21, a página destinada as eleições ocupa-se inteiramente de retomar as medidas que foram adotadas em relação a coleta do lixo em Santa Maria desde 1982. Por fim a matéria questiona o porquê não foi incentivada, entre a população, a separação do lixo e a sua doação para “catadores” que não cobriam nada para recolhê-lo e ainda teriam sua renda garantida.

Os valores que um trabalhador com o lixo consegue auferir com a venda do material que seleciona variam muito. Depende da forma como trabalha, ou seja, se trabalha em associação ou se de forma autônoma. Também varia conforme a infra-estrutura que possui para realizar o trabalho (prensa, espaço físico para guardar o material e veículo que utiliza para o recolhimento do lixo), o tempo que disponibiliza para percorrer as ruas em busca de material e também conforme o valor do dólar, moeda sobre a qual é calculada a cotação de cada material.

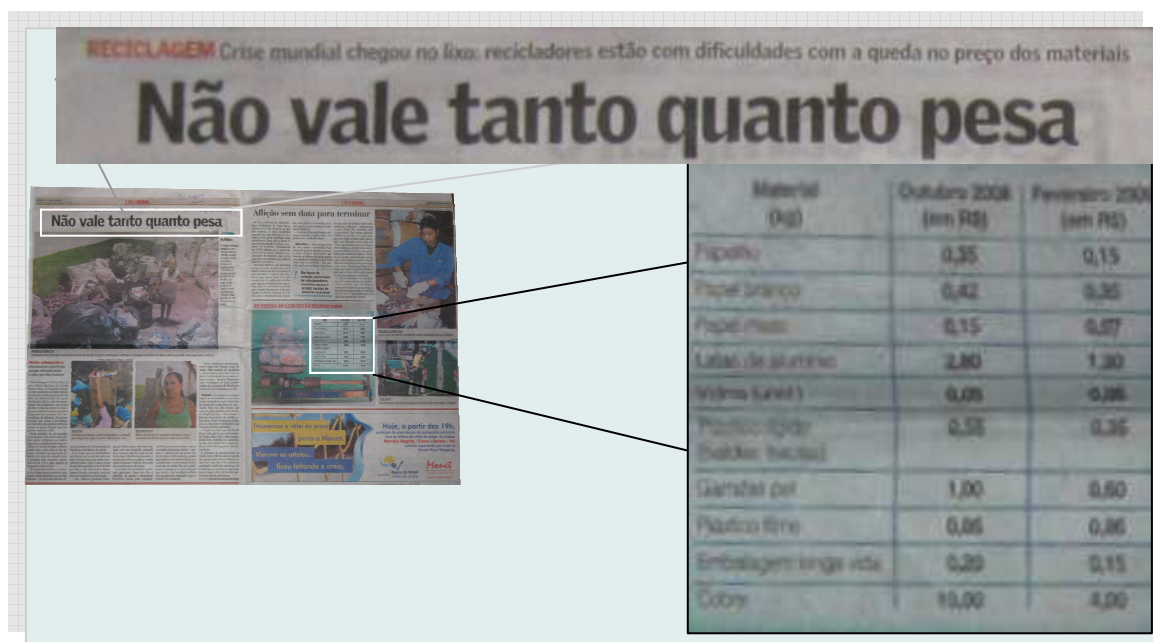


Ilustração 7: Preço da venda dos materiais recicláveis. Recorte do jornal *Diário de Santa Maria* p. 10 e 11 de 5 de março de 2009

De uma maneira geral, quem trabalha nas ruas, sem vínculo com associação, faz não só o trabalho de coletar o lixo, mas também pequenos “bicos” (forma como chamam os trabalhos que conseguem por pequenos períodos nas mais diversas atividades, como a de carpinteiro, de encanador, de auxiliar de pedreiro, diarista, etc). Isso reduz a quantidade de material que consegue e, conseqüentemente, o valor recebido com a venda. Quem trabalha na rua também não possui prensa nem um local grande para estocar o material, dessa forma, precisam vender em pequenas quantidades para alguém que presse o material e que, certamente, lhe pagará bem menos do que o valor de mercado. Assim, conseguem, em média, de R\$ 30,00 a R\$50,00 por semana.

Segundo o depoimento do senhor José Geraldo, ex-trabalhador com o lixo do antigo lixão, quem trabalhava com ele lá e hoje foi contratado pela empresa Tecnoresíduos Serviços Ambientais conseguia “tirar” mais do que recebe como assalariado (jornal *A Razão*, 2 de abril de 2008, p. 7). Porém, dentro de uma associação, dedicando-se exclusivamente ao trabalho com o lixo, esse valor pode aumentar. Na ASMAR, por exemplo, houve épocas em que cada integrante conseguia “tirar” entre R\$ 250,00 e R\$ 300,00 por quinzena, ou seja, quase R\$ 600,00 por mês. A ASMAR chegou a ser alvo de assaltantes no dia 01 de dezembro de 2007. A página policial do Jornal *A Razão*, de 3/12/2008, p.14, noticia que um bandido chegou logo após um dos filhos do proprietário da Recipel (empresa para a qual a ASMAR, neste período, estava vendendo os fardos de material selecionado) comparecer para realizar o pagamento da venda da última quinzena, R\$ 5,478,50 (5 mil, 478 reais e cinquenta centavos).

Para além dessa vinculação, a clássica ideia que temos do que seja mercado e do que seja um bem dentro do mercado, proponho pensar estes termos com um sentido mais abrangente. Para tanto, podemos entender o lixo e as relações proporcionadas por ele como bens simbólicos. Bourdieu (1974, p.102) define bens simbólicos como possuidores de uma realidade em que o seu valor cultural e mercantil subsiste independentemente.

Assim, determinados bens podem ser extremamente valorizados culturalmente por um grupo social sem que o sejam pelo processo capitalista. Alguns objetos encontrados entre os materiais selecionados são vistos, pelos selecionadores, como objetos valiosos que utilizarão em suas casas e em seus corpos. No entanto, estes materiais estão ali porque perderam o valor que possuíam para seus antigos donos.

Entendo que há um consumo dentro das redes estabelecidas entre os trabalhadores com o lixo e a comunidade em geral, mas consumo de que? Douglas e Isherwood (2006, p. 102) definem o consumo como um uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei, é uma área do comportamento cercada por regras e, nem o comércio, nem a força se aplicam nessa relação, ou seja, os autores trazem à tona a importância das relações definidas pelo consumo. Nessa lógica, os bens têm usos importantes, além de dar abrigo e alimento, eles estabelecem e mantêm relações sociais (ibidem, p. 105).

O que se troca entre os trabalhadores com o lixo não é apenas matéria palpável, são também favores, conhecimento, serviços e gentilezas de todos os tipos. Assim como no *potlach* das sociedades descritas por Mauss (2003), as trocas são feitas de forma voluntária, embora sejam rigorosamente obrigatórias. Isso porque este tipo de troca (assim como no *potlach*) carrega consigo o elemento da honra, do prestígio, que conferem riqueza a quem a

recebe, e o elemento da obrigação de retribuir a dádiva sob pena de perder a autoridade ou riqueza social que lhe foi dada (ibidem, p. 195). Se uma associação recebe verba através de projetos vinculados à Igreja Católica, à prefeitura ou a Universidades, lhe será exigida, sem que isso esteja devidamente prescrito em contrato, a sua participação em outras atividades desenvolvidas por estas entidades: reuniões, encontros festivos e trabalhos voluntários na organização de eventos promovidos por estes agentes. Ter recebido a verba pode já ter sido uma forma de reconhecimento pela presença dessas associações em outras circunstâncias.

Segundo Mauss (2003), no *Potlach*, a obrigação de receber não é menos coercitiva, pois rejeitar uma dádiva é demonstrar que teme ter de retribuir. “É confessar-se vencido de antemão, ou proclamar-se vencedor e invencível” (ibidem, p. 247-248). Muitas vezes, o pesquisador pode ter que aceitar determinadas dádivas oferecidas pelo grupo. Entre os trabalhadores com o lixo, fui presenteada com objetos que foram encontrados no lixo (canetas, porta CDs, suporte para *mouse*) ou com convites para almoçar ou tomar chimarrão. Não aceitar implicava correr o risco de passar a ser vista pelo grupo como alguém que se considerava superior, que desvalorizava suas condições. Vera deixou isso bem claro no dia em que disse que eu era “gente igual à gente”, ao referir-se ao fato de eu selecionar com eles e fazer minhas refeições no local. Ser igual certamente me permitiu acesso a informações que eu não teria na condição dos que não são iguais. Mesmo sendo a observação participante a metodologia que estabeleci previamente para a pesquisa, não se pode ignorar que este elogio me obrigava a continuar fazendo a pesquisa dessa forma, sob pena de perder o *status* de igual.

Até este momento, descrevi os trabalhadores com o lixo, no que diz respeito às interações ocasionadas pela cidade, como um único agente. É verdade que, em alguns momentos, já deixei claro que considero o grupo em questão bastante heterogêneo. No próximo capítulo, tentarei explorar e exemplificar mais esta heterogeneidade, as diferentes formas associativas, os valores que permeiam cada situação em que o trabalho com o lixo se realiza, as hierarquias criadas dentro dos galpões de seleção ou entre as autoridades eleitas para representarem o grupo fora do local de trabalho.

3 AS ASSOCIAÇÕES: CONHECENDO AS PERSONAGENS DESSE MUNDO DE TRABALHO

Os dados deste capítulo foram coletados junto a associações de trabalhadores com o lixo de Santa Maria. Nessa dissertação trarei estes personagens que compõem este mundo, suas falas, seus modos de ser, suas gestualidades e seus “trejeitos”. Além disso, trarei outros aspectos do cotidiano da vida e do trabalho que permitam mostrar a riqueza e a diversidade de identidades que os indivíduos assumem no dia-a-dia de trabalho. Entendo que são nas formas de fazer cotidianas que estes indivíduos exercem o seu poder de dar combinações ou utilizações específicas para as coisas e lugares que foram, inicialmente, organizados pelas técnicas de produção sócio-cultural.

Entendo, assim como De Certeau (1994), que é por meio das práticas cotidianas de cada grupo que conseguimos visualizar como eles definem sua maneira de consumir, ou os meios para burlar os sistemas de segurança. As artes do fazer são formas de consumo utilitários e combinatórios, as quais imprimem uma maneira de pensar e agir em sociedade (ibidem, p.42). Com isso, o autor atribui aos grupos, em princípio destituídos de poder, uma grande força para não se conformarem ou estarem totalmente submersos na ordem hegemônica.

A ordem efetiva das coisas é justamente aquilo que as táticas ‘populares’ desviam para fins próprios sem a ilusão que mude proximamente. Enquanto explorada por um poder dominante, ou simplesmente negada por um discurso ideológico, aqui a ordem é apresentada por uma arte. Na instituição a servir se insinuam assim um estilo de trocas sociais, um estilo de invenções técnicas e um estilo de resistência moral, isto é, uma economia do *dom* (de generosidade como revanche) uma estética de ‘golpes’ (de operações de artista) e uma ética da *tenacidade* (mil maneiras de negar a ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou de fatalidade). A cultura ‘popular’ seria isso, e não um corpo considerado estranho, estraçalhado a fim de ser exposto, tratado e citado por um sistema que reproduz, com objetos, a situação que impõe aos vivos (DE CERTEAU, 1994, p. 88-89).

No presente capítulo, os indivíduos de minha pesquisa se fazem presentes (em carne e osso) no texto. Entendo que a apresentação desse mundo de trabalho com o lixo deve conseguir tornar visível o constante movimento de seu cotidiano de trabalho: movimentam-se quanto ao local onde moram, quanto ao local de trabalho, e quanto a sua situação financeira

conseguida com o trabalho. Além disso, é através desse cotidiano que se é possível perceber como estes indivíduos reagem ou dialogam com o regime de trabalho em associação, ou mesmo, com as formas de organização urbana da cidade que, muitas vezes, direcionam seu itinerário de trabalho.

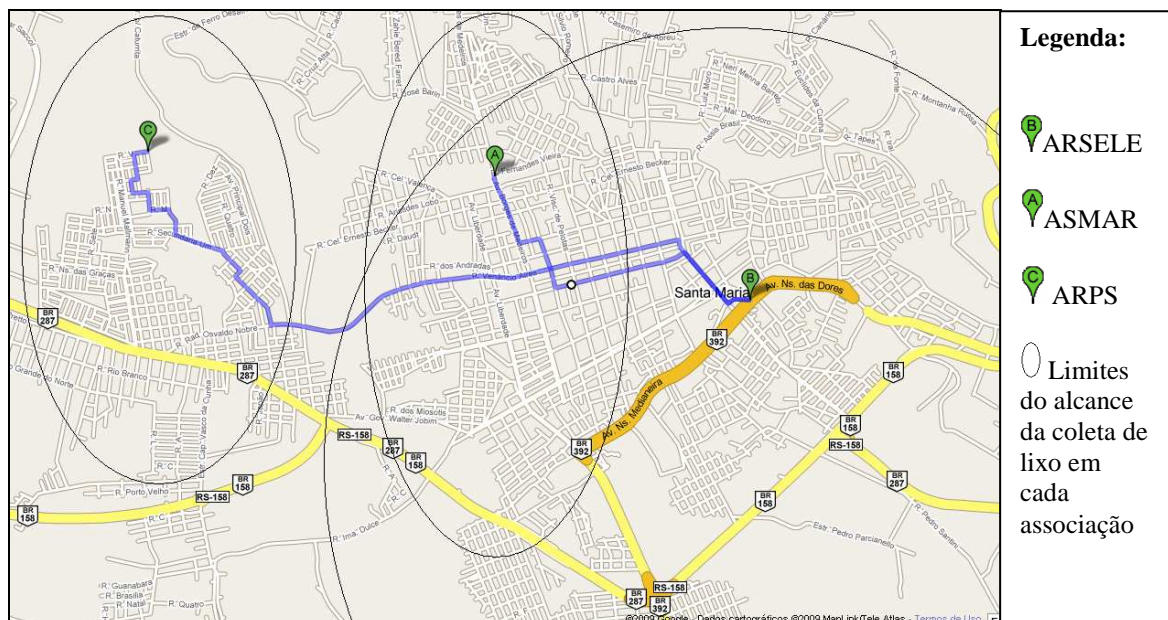


Ilustração 8. Mapa da divisão Urbana de Santa Maria, RS, por regiões. Desenho de Edson de Souza, 2005. Disponível em: http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/mapa_divisao_urbana.pdf e de abrangência dos serviços das associações em Santa Maria. Fonte: Google mapas: <http://maps.google.com.br/maps?client=firefox-a&rls=org.mozilla:pt-BR:official&hl=pt-BR&tab=wl>. Acessado em: 13/10/2009

No cotidiano de trabalho, cada uma das associações circula pela cidade e estabelece um contato diferenciado com ela. A ARPS está localizada na região oeste de Santa Maria e o raio de abrangência da coleta que realiza se limita a pontos localizados dentro dessa região. Isso porque a referida região é bastante extensa, se comparada às demais regiões do meio urbano, e possui, em alguns pontos, um relevo constituído por inclinações acentuadas, o que torna o trabalho de puxar o carrinho, realizado pelas associadas da ARPS, uma tarefa bastante árdua em alguns trechos. A maior parte dessa região é constituída por casas, possuindo poucos prédios ou condomínios, o que faz com que não se tenha uma concentração de lixo maior em um único ponto. Por conta disso, as associadas têm que percorrer as ruas do bairro analisando cada uma das pequenas lixeiras que estão dispostas na frente de cada casa.

Já a ARSELE está localizada nos limites das regiões Norte, Centro-Oeste e Centro, o que permite que consiga transitar por estas três regiões com os seus carrinhos. A área percorrida por esta associação tem quase o mesmo tamanho que a área percorrida pela ARPS. No entanto, a ARSELE tem a seu favor o fato de que encontra, em seu trajeto, alguns pontos com grande concentração de lixo. Esta concentração deve-se à centralização de moradias em um único prédio e à concentração de comércios. Contudo, desde o início de 2008, sua localização privilegiada acabou sendo bastante prejudicada pela implantação dos contêineres mencionados anteriormente.

Quanto à ASMAR, localizada na região Centro-Leste, esta consegue realizar a coleta de lixo em uma área bem maior que as demais. Como a associação tem um caminhão para fazer a tarefa de buscar o material reciclável nas ruas e nos pontos fixos com os quais estabeleceu parceria, consegue ter um deslocamento maior e mais rápido. A única Região da cidade que esta associação raramente vai buscar materiais é a Região Oeste. Nas demais, o caminhão passa com horários e dias fixos todas as semanas, atendendo clientes previamente agendados e também recolhendo nas lixeiras de mais fácil acesso que encontram pelo caminho. As demais atividades de cada uma das associações serão descritas na seqüência.

3.1 Associação de Seleccionadores de Material Reciclável (ASMAR)

A ASMAR existe desde 1990, foi criada após uma iniciativa da CEBs (Comunidade Eclesiais de Bases) em encontro realizado na paróquia nossa Senhora Medianeira. Nessa

ocasião, foi organizada a reciclagem dos materiais produzidos pelos participantes do evento. Quando o evento terminou, muitas pessoas continuaram a levar materiais para o local. A Irmã Lourdes conseguiu o galpão dos Irmãos Maristas, onde a Senhora Margarete Vidal fundou a associação e foi coordenadora até o ano de 2007. Ela começou trabalhando com um grupo de adolescentes da Pastoral da Juventude da Igreja Católica. Após algum tempo, devido a pouca adesão aos horários de trabalho, chegou a um acordo com a Irmã Lourdes para que só ficassem na associação pessoas que estivessem “dispostas a cumprir horário” e que quisessem, de fato, “lucrar” com a atividade. A partir daí, como me relatou a senhora Margarete, a maioria dos integrantes passou a ser pessoas mais velhas, com “família para sustentar”.

A ASMAR, embora localizada em bairro de classe média alta da cidade, está situada no fim de uma rua sem saída, numa espécie de beco que se direciona para uma área sem construção nem loteamento. Esta área pertence aos Irmãos Maristas³⁵ e é nela que está construído o galpão onde a ASMAR desenvolve seus trabalhos. As residências próximas são todas de classe média alta com grades ou muros altos sobre os quais estão instalados fios de corrente elétrica para impedir qualquer tentativa de invasão.



Ilustração 9: Imagens da fachada da ASMAR. Foto: Renan Nunes Paz

³⁵ Irmãos Maristas é uma congregação religiosa fundada pelo sacerdote francês Marcelino Champagnat (1789-1840), em 1817. É constituída por mais de 4.300 irmãos espalhados em 76 países dos cinco continentes, que se

Na rua em que se localiza a ASMAR, situa-se também um colégio infantil, o “Objetivo” (Colégio particular frequentado por crianças da classe média alta de Santa Maria), um prédio antigo de apenas um andar que abriga uma serralheria e a casa do senhor que cuida da propriedade dos Irmãos Maristas. Antes mesmo de chegar à associação, já é possível escutar o barulho da prensa misturado com o som do rádio e das conversas das mulheres que separam o lixo nas mesas.

A Associação tem sua fachada pintada com o seu nome e com o logotipo de seus apoiadores. À direita da entrada, localiza-se a porta do banheiro e, à esquerda, a cozinha e o vestiário dos trabalhadores. Os dois cômodos são uma espécie de “puxado” do galpão. O primeiro, feito de alvenaria e, o segundo, de madeira. Nas proximidades do banheiro, está o balcão onde é feito o desmonte de peças eletrônicas para a retirada do que pode ser reciclado. O outro lado do galpão é um espaço destinado ao estoque dos fardos, que serão vendidos.

Faz parte também do galpão uma construção de madeira que forma um segundo andar na metade dos fundos. Ali eram guardados outros materiais que seriam prensados e uma série de objetos de maior porte que os selecionadores separavam para levar para casa, como, por exemplo, colchões, ou então, os objetos que separavam para uso no galpão, como recipientes que serviriam de bombonas para separar o lixo.

Os equipamentos da Associação se limitavam a duas prensas, sendo que, geralmente, apenas uma funcionava, a um picador de papel industrial e a um caminhão. Os materiais selecionados eram todos coletados pela associação com seu próprio caminhão. Pelo acordo feito com os Irmãos Maristas, a ASMAR não poderia comprar material de terceiros, podia selecionar apenas o que era doado à associação ou conseguido nas ruas. Contudo, muitas pessoas ligavam para a associação interessadas em vender o lixo que produziam, ao saberem que a ASMAR não comprava os materiais, alguns se dispunham a doar o material, outros desistiam da ideia de levarem o lixo para a reciclagem na ASMAR.

Depois de chegar até a associação, o lixo era posto em cima de duas mesas no centro do galpão, onde as mulheres separavam, em bombonas, os materiais que poderiam ser vendidos. Depois que as bombonas estavam cheias, eram despejadas em divisórias que estavam na parte dos fundos do galpão, isto é, nas “gaiolas”, nas quais permaneciam até que houvesse quantidade de material suficiente para ser prensado. A cada quinze dias, os fardos

prensados eram vendidos para os atravessadores que levavam esse material até a indústria que faria a reciclagem.



Ilustração 10: Imagens da parte interna da ASMAR. Fonte: acervo pessoal de Renan Nunes Paz

Os membros das associações discutiam a possibilidade de mudar de comprador sempre que sabiam que alguém estava oferecendo preço melhor pela maioria dos produtos vendidos. Isso não ocorria com muita frequência porque só era vantajoso trocar de comprador se este oferecesse um preço melhor pela maioria dos materiais. Usualmente, para que os atravessadores comprassem um único produto por preços melhores que os do mercado, a associação tinha que fornecer uma carga completa, mas isso era difícil de conseguirem, pois dispunham de pouco espaço para armazenamento de grandes quantidades de materiais. Na ASMAR, que é a associação que tem maior produção de material selecionado, isso era feito em alguns casos específicos. As garrafas de vidro, por exemplo, eram vendidas uma ou duas vezes ao ano para um comprador que levava somente vidros. Materiais como o cobre, o ferro, o alumínio e outros metais eram vendidos para atravessadores diferentes uma ou duas vezes ao mês, mas, nesse caso, ele recebia o material em pequenas quantidades.

Havia um forte estímulo por parte dos associados para todas as iniciativas que pudessem vir a aumentar seus lucros. Isso se devia, principalmente, ao fato de que a Associação não possuía nenhum órgão ou empresa que a patrocinasse financeiramente. Seus parceiros se limitavam a doar o lixo que produziam, a divulgar a atividade da ASMAR ou a

fornecer algum curso para os associados. Ela precisava que os ganhos com a reciclagem fossem suficientes para cobrir as despesas com a manutenção da associação. Despesas estas que incluíam água, luz, alimentação e conserto das prensas, do picador de papel e do caminhão.

Todas as quinzenas a gente tem ... mil reais de conta para pagar. É pneu pro caminhão, é conserto do caminhão lá na oficina do Bosó. Então, isso aí é... tem que sempre ter dinheiro pra pagar nas quinzenas. A gente comprou pneu, três prestações de duzentos reais, temos mais uma, ele pagô duas, temos mais uma. Pagamos mais cem reais de um espelho que seu Zé quebrou na rua, de um taxi. Diz ele que seria por causa do baú que tá frôxo, sabe? Então, ele balança. Então, foi isso aí, cem reais. Deu oitocentos e pouco as contas dessa quinzena (entrevista com dona Maria, em junho de 2006, enquanto preparava o almoço da associação).

Na busca por uma renda suficiente para cobrir os gastos, mesmo que, inicialmente contra a vontade de alguns associados, inovações ensinadas nos cursos de capacitação, aos quais tiveram acesso, acabavam sendo apropriadas no cotidiano de trabalho, principalmente, depois que percebiam que elas podiam melhorar seus ganhos. Segundo eles, a maneira de trabalhar em pé, separando o lixo em cima de mesas, foi uma medida ensinada por cursos dados por empresas que compravam o lixo deles. No início, o pessoal não queria deixar as cadeiras, mas depois, percebendo que o trabalho rendia mais em pé, adotaram o formato. Por conta disso, a adesão a cursos de aperfeiçoamento, na ASMAR, é maior que em outras associações. Estes cursos traziam conhecimentos sobre o modo como os materiais deviam ser separados, sobre a manutenção do local de trabalho mais “organizado”. Além disso, eram dados cursos de eletrônica para que conseguissem desmontar os eletrodomésticos coletados no lixo ou mesmo consertá-los, quando possível. Os cursos eram concedidos pelas empresas que compravam o produto para a reciclagem, pelas entidades que prestavam algum tipo de assistência social, como a igreja, ou mesmo a prefeitura, e também pelas universidades estabelecidas na cidade.

Considero que este investimento no aperfeiçoamento do trabalho causa mudanças no sentido conferido ao trabalhar com o lixo. É claro que o fator econômico é um forte motivo para repensar e investir na atividade, mas também é verdade que isso proporciona um sentimento de valorização de cada trabalhador e também do próprio lixo. É agregado ao trabalho o valor atribuído ao conhecimento, ao qual, mesmo quem não participava dos cursos, acabava tendo acesso através dos colegas que frequentaram às aulas e reproduziam este saber

para legitimizar seu trabalho, tentando diminuir o constrangimento de exercerem atividades com o lixo.

Além disso, alguns dos associados tinham conhecimento das discussões empreendidas em nível nacional sobre o seu trabalho. Já tinham participado de fóruns e outros eventos promovidos para se discutir a condição de quem trabalha com o lixo. Vera contou-me que participou de um desses fóruns em Caxias do Sul, RS. Dizia ter percebido que os catadores (referia-se tanto a carrinheiros como a cooperativados) tinham diferentes apoios dependendo da região onde trabalhavam. Os catadores de uma cidade turística de Santa Catarina (da qual ela não lembrava o nome), presentes no fórum, reclamaram de que não podiam andar na rua e, quando insistiam, corriam o risco de serem presos ou de terem de pagar multas. Já em outros lugares, as cooperativas recebiam apoio da Prefeitura Municipal e tinham até três turnos de trabalho, o que proporcionava emprego para muita gente.

Na ASMAR, trabalhavam entre doze e quinze pessoas. A coordenadora, senhora Margarete, costumava dizer, quando perguntada sobre o número de associados, que eram entre doze a quinze famílias. Isso não significava que todos os membros destas famílias trabalhavam ali, na verdade, apenas um era integrante da associação, raras vezes, tinha mais de uma pessoa da mesma família trabalhando no local. A maioria deles entrou na associação por ter algum vínculo com algum dos integrantes.

Seu Zé era motorista aposentado de uma empresa de ônibus de Santa Maria. Ficou sabendo, por meio de um amigo em comum com Margarete, que a associação estava sem motorista. Foi por intermédio dela que começou a trabalhar no local há seis anos. Seu Luiz, senhor que trabalhava na prensa, entrou na associação por intermédio de Márcia, ela era sua filha e trabalhava na associação desde que esta foi fundada. Ele substituiria, por alguns dias, o rapaz que trabalhava na prensa, mas, como este não voltou para o trabalho, seu Luiz continuou na vaga. A Márcia chegou a sair, por dois anos, para trabalhar em uma empresa de produtos alimentícios que fazia doações de material reciclável ao local.

Histórias parecidas se repetiam com outros associados, mesmo os que foram “deixar nome” chegaram ali indicados por alguém. Durante o período que permaneci no local, muitos parentes da coordenadora Margarete passaram por lá, ficavam um ou dois meses e saíam quando conseguiam algo melhor. Margarete estava no local desde a fundação e se empenhava para dar continuidade aos trabalhos, mesmo quando estava trabalhando na Secretaria de Proteção Ambiental da prefeitura Municipal de Santa Maria. Neste período, ela chegou a iniciar um curso de Economia na UNIFRA (Universidade Franciscana de Santa Maria), o

qual, posteriormente, veio a trancar. Sua ideia era tentar transferência para o curso de Assistência Social. Dizia que não queria largar nunca o trabalho na associação, mas considerava que os mais novos (no sentido de idade) deviam encarar este serviço como algo temporário até conseguirem um trabalho melhor.

Para muitos dos associados, estar na associação era temporário, mesmo que estivessem ali há mais de dez anos. Este era o caso de dona Maria, sempre que eu chegava ao local ela tinha um novo plano para montar um negócio próprio ou de conseguir outro emprego: um vizinho que tinha prometido fazer uma churrasqueira para ela vender espetinhos na rua, ou então, a possibilidade de voltar a trabalhar de cozinheira em algum restaurante. Ela tinha preferência pela primeira opção, embora me falasse com orgulho do tempo em que foi cozinheira. Afirmava que ali, na associação, estava melhor, pois trabalhava só oito horas por dia e, se precisasse sair para resolver assuntos pessoais não corria o risco de perder o emprego, apenas não receberia pelas horas não trabalhadas. Desta mesma opinião compartilhavam muitos dos integrantes, que se consideravam relativamente satisfeitos com o que conseguiam de dinheiro a cada quinzena, pois o valor que recebiam pela venda do material equivalia ou superava as expectativas de salários de empregos que estavam ao alcance deles: “O salário é bom. (Riso) Melhor do que trabalhar de empregada doméstica. Trabalhar por um salário por mês, aqui tu ganha, num mês aqui, tu ganha o dobro” (entrevista com Andréia para o vídeo *Das quinzenas às coisinhas*).

Dentro da associação, todos cobravam, uns aos outros, o trabalho, afinal, quanto mais conseguissem juntar, mais receberiam no fim do mês. Essa pressão, muitas vezes, causava alguns transtornos. Alguns dos integrantes da associação tinham um ritmo muito mais acelerado do que os outros e acabavam considerando que os demais faziam “corpo mole para o serviço”. Os outros, embora se defendessem das acusações, acabavam por reconhecer que o integrante que mais implicava com o ritmo do trabalho, muitas vezes, era o responsável pelo aumento dos ganhos após sua entrada na associação.

Na ASMAR, cada membro exercia uma função diferente, no entanto, não fixa. Estas diferenciações faziam parte, até certo ponto, da organização hierárquica legal para uma associação, mas também carregavam pesos simbólicos específicos que iam além da mera hierarquia burocrática. Assim, cabia à coordenadora da associação, senhora Margarete, frequentar reuniões na Prefeitura, nas entidades religiosas ou realizar palestras nas escolas. Também, era ela que fazia contatos com entidades sociais para que estas se tornassem doadoras de material reciclável e realizava a maioria dos trâmites bancários. Mesmo não

estando mais na diretoria, estes contatos com pessoas externas à associação eram intermediados por ela.

Os pagamentos de pequenas dívidas no comércio, a compra de alimentos ou de outras coisas que associação necessitava, eram feitos pelo Seu Zé, motorista do caminhão. Dos homens que permaneceram na associação, apenas ele comentou ter participado, uma ou outra vez, de reuniões na prefeitura junto com a Margarete. Nessas ocasiões, tentavam conseguir algum tipo de apoio, mas relatou que, no resto dos “projetos” (referindo-se a cursos de formação, a encontros promovidos por movimentos de catadores ou pela Igreja católica), ele não ia. As mulheres costumavam participar dos encontros de formação ou de outras iniciativas da prefeitura e da comunidade religiosa.

Márcia, 26 anos, sonhava voltar a estudar e fazer faculdade de Educação Física, ela era uma espécie de “contadora” da associação. Estava sempre junto com a coordenadora na hora de receber pela venda dos materiais da quinzena e era responsável por fazer as contas para ver quanto cada um receberia. Era vista, pelos demais integrantes, como alguém que sempre estava reclamando do rendimento do trabalho, mas também como uma das responsáveis pelo aumento do lucro da ASMAR depois que retornou à associação. Ela mesma admitia que pressionava para aumentarem o ritmo de trabalho, mas considerava que era para o bem de todos.

O Telefone (um orelhão que se localizava na entrada da associação) era atendido pela Vera. Ela era quem anotava os endereços das pessoas que tinham material para doar. Era também uma das integrantes mais ouvidas sobre os assuntos do galpão quando a coordenadora e a Márcia não estavam. Além disso, era quem mostrava o funcionamento do trabalho para quem ia conhecer a atividade de reciclagem da ASMAR. Também participava regularmente de fóruns e de seminários sobre reciclagem junto com a coordenadora. Em alguns momentos da pesquisa, por divergências internas, ela se manteve menos presentes nessas atividades, limitando-se a separar o material na mesa.

Dona Maria, uma senhora de 59 anos, era a responsável pelo almoço, por volta das dez e meia da manhã, ela ia para a cozinha. Tinha certo *status* garantido, em parte pela idade, em parte pelo tempo que estava dentro da associação, quase 12 anos. Não se envolvia muito com as questões da administração e mantinha um relacionamento que evitava grandes atritos com os colegas. Às vezes, acho que trazia, para o cotidiano de trabalho, a altivez de mãe, avó, esposa, chefe de família. Era com seu trabalho ali e com alguns “bicos” por fora que mantinha

o marido (que na época não tinha conseguido se aposentar por invalidez após ter caído de moto e quebrado o pé), os três filhos e as duas netas, menores de 4 anos.

De uma maneira geral, os associados criavam meios de se diferenciar um dos outros, de segregar um outro integrante, principalmente, se este opunha resistência aos interesses dos colegas. Durante o tempo de minha permanência na associação, uma das senhoras que entrou tentou se impor aos demais, em todos os sentidos, tentando ser vista como quem trabalhava melhor, como quem possuía suposta moral mais elevada e tinha inteligência superior aos demais, pois, no passado, chegara a ser dona de um mercado. Estas atitudes a levaram a conquistar uma permanente antipatia de todos os associados, que culminou em várias trocas de ofensas e no afastamento dela do local.

Entre os indivíduos de uma mesma associação existem diferenças, que são percebidas por eles. Porém, estas diferenças não são restringidas ao grupo. Eles consideravam que sua associação se sobressaía às demais porque tinha uma forma de divisão dos bens, que era igualitária e justa, já que todos receberiam o mesmo valor por cada hora trabalhada, assim, quem faltasse ao trabalho não ganharia “nas costas” dos outros. Os trabalhadores que estavam nas ruas ou nos lixões eram vistos como “coitados” que estavam mais expostos à fome e às intempéries do tempo.

[...] lixo eu acho aquelas pessoas que eu vi esses dias no Gugu. Eu chorei junto, coisa triste, trabalhando no meio do lixo, no meio dos bichos, caminhando, coisa mais horrível aquilo lá em São Paulo. Coisa mais triste você vê as pessoas catando não reciclável, lixo mesmo, pra come. Carne, comida dentro do lixo. [...] coisa mais horrível aquilo, eu cheguei chorar junto com Gugu, mais horrível de ver aquilo [...] aquilo ali que eu acho horrível (Márcia, em entrevista concedida para o vídeo *Das quinzenas às coisinhas*).

De qualquer forma, o início do trabalho com o lixo é descrito, pelos integrantes da associação, como um momento difícil. Muitos só chegaram a esse trabalho depois de terem tentado várias outras formas de “ganhar dinheiro”. Não era fácil admitir que estavam trabalhando com uma coisa que também aprenderam a manter longe de si: o lixo. No começo de suas atividades, não consideravam o trabalho bom, bem como tentavam ocultar, de seus vizinhos e de alguns familiares, o tipo de trabalho que realizavam. A fala de Dona Maria é bastante ilustrativa para evidenciarmos isso:

Eu sempre fui uma pessoa assim... Realista. Assim de ... que eu entrei aqui, tá eu me apavorei, não vou dizer que não, porque eu me apavorei. Bá! É lixo né. Mas... eu não sabia nada e aí as gurias, as colegas mais velhas daqui me ensinaram. E eu peguei o jeito direitinho e também fui gostando, sabe. Fui gostando, só que, não precisa sair Simone, fui gostando né...e hoje eu posso ensinar para os meus filhos que isso aqui não é lixo, né.

Joci, ao ser interrogada sobre qual tinha sido sua primeira impressão ao trabalhar ali, ela disse ter se “apavorado”. Relatou que, nos primeiros dias, chegava em sua casa e lavava as mãos com álcool e achou que não aguentaria, sentava-se na “pontinha” das cadeiras e comia toda “desconfiada”. Como precisava do trabalho, “aguentou” mais um tempo, até que foi percebendo que não era “assim”, foi encontrando várias “coisinhas”, começou a se “enturmar” com o pessoal e gostou dali.

Vera também falou que, no início, tinha preconceito e considerava que todo mundo tem. Ela ficava “meio assim”, mas com o tempo, como precisava, foi gostando das pessoas e encontrando um monte de coisas que fizeram sua vaidade aumentar:

Então eu me sinto mais... Parece que aquilo ali mexeu comigo. Por mais que as pessoas falem que é lixo, que é reciclável, mas me deixou mais o que... eu fiquei mais vaidosa, por incrível que pareça. Eu me arrumo mais, eu boto brinco, eu vejo as revistas da moda, daí eu mudei o meu estilo de roupa, o meu estilo de pensar.

Rememorar o início parecia abrir uma possibilidade para mostrar como são iguais a todo mundo, pois, no começo, eles também sentiram nojo. Porém, também permitia, ao ressaltarem as coisas boas encontradas nesse trabalho (as amizades travadas, os objetos que podiam utilizar ainda e o dinheiro que recebiam ao fim da quinzena), que encontrassem meios de valorizar seu trabalho diante de outros. Mesmo assim, Vera lamentava não ter carteira assinada. Também disse que percebia que as pessoas que vinham, pela primeira vez, à associação sentiam nojo. Via, nas crianças do colégio, e mesmo nos universitários que vinham visitá-los e conhecer o trabalho, o medo de tocar nos materiais.

Nesta associação (ASMAR), minha inserção em campo foi muito mais intensa e prolongada. Como disse anteriormente, as primeiras visitas a ela datam de 2003. Por conta disso, consegui uma aproximação pessoal que facilitou, mais tarde, em 2007, com que os associados aceitassem, sem resistência, que meu colega e eu fizéssemos imagens deles, quando realizamos a filmagem para o documentário “Das quinzenas às coisinhas”,

mencionado anteriormente. Assim, as pessoas sentiram-se muito mais à vontade para falar diante da câmera. Perguntas feitas a elas nas entrevistas filmadas eram respondidas e, muitas vezes, os indivíduos faziam outros *links* e seguiam nos relatando experiências pessoais e de trabalho, sobre as quais não nos lembraríamos de perguntar.

Embora a relação com as câmeras tenha sido bastante produtiva, nesta associação, a imagem, inicialmente, não se configurou como uma moeda de troca. Os associados demoraram a dar importância ao que estávamos fazendo. Segundo eles, muitos alunos já haviam passado por lá e nunca levaram o trabalho final, como tínhamos dito que faríamos. Só quando devolvemos a edição das imagens a eles, as quais passaram a usar com êxito na divulgação de seu trabalho, foi que meu colega que trabalhou comigo na produção do vídeo e eu passamos a ser vistos pelo trabalho que realizávamos. Até então, pareciam entender que nós fazíamos algum tipo de trabalho voluntário e que íamos ajudá-los prestando nossa mão de obra para aumentar seus lucros. Sempre nos agradeciam, ao final do dia, pela “ajuda” que dávamos na realização das atividades dentro do galpão.

As organizações internas, como pude perceber depois de entrar em contato com outras associações, variam muito. É por esse motivo que descreverei, separadamente, cada uma das associações, já que o cotidiano de trabalho presente nelas está muito atrelado à forma como cada uma está organizada. Como mostrarei na sequência, o ritmo de quem busca o lixo com um carrinho, sem uma rota determinada, tentando a sorte em cada lixeira, é muito diferente do ritmo de quem está em um caminhão e só vai a locais predeterminados e onde sabe que reservaram material para sua associação.

3.2 Associação de Reciclagem Seletivo Esperança (ARSELE)

Saí do centro da cidade, a pé, em direção à rua em que a ARSELE se localizava. Durante todo o caminho, pensava acerca de como parte daquelas ruas me lembravam uma

cidade de interior, semelhante às redondezas da cidade onde nasci, em São José do Ouro, pequeno município da região nordeste do estado. Muitos cachorros transitavam junto às pessoas, havia pequenos estabelecimentos comerciais, pessoas conversando em frente a suas casas. Quanto mais me aproximava do local, mais carroças e trabalhadores com o lixo eu encontrava.

Avistei o número do prédio da ARSELE do outro lado da rua onde eu caminhava, em um imóvel de apenas um andar, mas bastante comprido. Ao atravessar a rua, vi que se tratava de uma madeireira. Perguntei, então, a um senhor que arrumava o cavalo na sua carroça, se ele sabia onde ficava a ARSELE, este me respondeu que ficava na parte de trás do prédio. Agradei e fui atravessando o grande terreno vazio para contornar o prédio. Este tinha o formato de “L”. A parte menor fica com a frente para Av. Borges de Medeiros e é onde se localiza a madeireira. A ARSELE está localizada bem no meio da outra parte e tem toda a sua extensão decorada com diferentes logotipos, entre eles, está o dos 150 anos de Santa Maria, o da UNIFRA e o da Associação.

Entrei por uma das portas, na frente da qual havia um cavalo (com carroça) parado. Uma senhora que estava sentada trabalhando na beira da porta foi quem me disse que a associação era ali. Ela é dona Terezinha, coordenadora da associação, justamente a pessoa que eu estava procurando. Falei quem eu era e que tinha ido até ela por indicação da Irmã Lourdes, feita em uma entrevista realizada há alguns dias antes. Ela autorizou-me a ir à ARSELE sempre que eu quisesse.

A ARSELE existe há nove anos e, há cinco, está instalada no antigo depósito da estação férrea graças a iniciativas de ocupação do Movimento Nacional da Luta pela Moradia³⁶. O movimento havia feito a ocupação na área dos depósitos da Antiga estação ferroviária, hoje Bairro Salgado Filho, e a comunidade que se formou necessitava de uma renda. Dona Terezinha e uma de suas filhas, Magda, fizeram parte do grupo que formou a

³⁶. “Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) foi criado em julho de 1990, no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 13 estados. Materializou-se depois das grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos, deflagradas principalmente na década de 80. Entre vários organismos, teve como apoiadores a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Cáritas, Central de Movimentos Populares. Hoje também tem parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e vínculo com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). O objetivo central do MNLN é a solidariedade pelo espaço urbano, numa luta orgânica e única em conjunto com o MST - além da terra, luta pelo lote, pela casa, saneamento e demais necessidades da população. O movimento está organizado em 15 estados: Pará, Acre, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Tocantins, Paraná, Paraíba e Rio Grande do Sul” (Disponível em <http://mnlm-rs.blogspot.com>). Em Santa Maria, o movimento é responsável por toda a ocupação da Santa Marta e, agora, da Nova Santa Marta, a primeira, com loteamentos já devidamente regularizados e, a segunda, em processo de ocupação.

ASMAR em 1992. Por conta dessa experiência, pensaram em formar uma associação de reciclagem para a comunidade. Inicialmente, a associação funcionou na casa da Magda e depois na casa de dona Terezinha. Juntamente com lideranças do Movimento da Luta pela Moradia, passaram a requerer o prédio, onde se encontram atualmente, mas o mesmo estava cheio de adubo de uma empresa privada. A prefeitura se comprometeu a liberar o galpão para eles, mas os integrantes do movimento ocuparam o local antes que todo o adubo fosse retirado, com medo de que o destino dele não fosse o prometido. Pressionaram, então, a prefeitura para que assinasse a liberação. O Contrato foi feito por cinco anos, vence em 2010, quando será necessária nova liberação.

Posteriormente, com verbas de projetos de Extensão da Universidade Franciscana de Santa Maria (UNIFRA) e de parcerias com a Igreja Católica e com diversas instâncias do poder público, todo o prédio foi reformado. Além disso, foi montada uma cozinha (com fogão e forno industrial) e uma sala de recreação para as crianças. Com essas verbas também foram adquiridos materiais de trabalho para a Associação, que conta com dois carrinhos de transportar carga, desses em formato de “L” de apenas um eixo, duas prensas, uma mesa grande com esteira, e um equipamento com umas varetas altas de ferro que serve para empilhar os fardos. A infra-estrutura do local também conta com televisores, aparelho de DVD e computadores.

A quantidade de lixo que chega até a associação é bem pequena se comparada ao volume de material da ASMAR, por exemplo. Dona Terezinha atribui à instalação dos contêineres a redução da quantidade lixo. Segundo ela, antes, eles conseguiam muito mais. Como a coleta é feita por indivíduos com carroças nas ruas e em pouquíssimos lugares fixos, a implantação dos contêineres acabou tendo uma influência direta. Os trabalhadores levam muito mais tempo para conseguir retirar o lixo de dentro dos contêineres, além disso, muitas pessoas que antes separavam o lixo para entregar diretamente a eles, ou mesmo para pôr na rua, deixaram de fazer isso. Pode-se dizer que sofreram com perdas de “clientes”.

O lixo que chega até a associação é depositado no chão e cada trabalhador vai separando o material ali, às vezes, arcado para alcançar o lixo, às vezes, sentado. Quando eu chegava ao local, alguns dos associados estavam tomando o café da manhã em uma mesa posta no centro do galpão. Nessas ocasiões, tive a oportunidade de conversar com outros integrantes além de Dona Terezinha. Quando iniciei minhas visitas, sempre estavam no local, Fernando e Magda. O primeiro era um senhor de meia idade que começou a trabalhar na associação depois de ter perdido o emprego na fazenda em que trabalhava no interior do

município vizinho, Itaara. Depois que o proprietário dessa fazenda faleceu, os filhos venderam a propriedade e, assim, o Senhor Fernando perdeu seu emprego. Algumas semanas depois de eu ter iniciado meu campo, esse senhor deixou de ir à associação devido à redução do trabalho e do dinheiro ganho com a seleção do material reciclável. O número de associados diminuiu de 23 para 8 depois da implantação dos contêineres.

O galpão era constituído por três espaços. No centro, estavam os materiais a serem separados, a cozinha e os banheiros. A cozinha foi montada com verba do Programa Fome Zero³⁷ e hoje é restrita apenas às famílias dos trabalhadores da associação. Em um dos lados do galpão, encontravam-se os sacos com o material já separado, os quais ficavam no local até que atingissem uma quantidade suficiente para fazer um fardo. A parte frontal desse segundo espaço tinha uma divisória de madeira, construída após minha inserção no local. Nessa parte, ficavam duas senhoras que trabalhavam com costura e com vários tipos de artesanatos de diferentes materiais. No outro lado, encontravam-se a sala da administração, a sala de informática e a sala de aula das crianças em idade pré-escolar, onde alunas e professores da pedagogia da UNIFRA desenvolviam um projeto que oferecia aulas para os filhos dos associados.



Ilustração 11: Fotos da parte interna da ARSELE, espaço onde se separa o lixo e espaço onde se realizam aulas de Street Dance (de esquerda para direita). Fonte: acervo pessoal de Simone Lira da Silva

³⁷ Fome Zero é um Programa do Governo Federal Brasileiro criado em 2003 com o objetivo de combater a fome e garantir segurança alimentar aos brasileiros. Ele desenvolve um conjunto de políticas públicas contra a fome.

O hábito de tomar chimarrão³⁸ é bastante cultivado dentro da associação. A cuia passa por todo o galpão de mão em mão. Também é uma característica da associação uma grande quantidade de cachorros que vivem dentro do galpão. Um deles, amarelo, enorme, que eles chamavam de Alemão tinha verdadeira “paixão” por Dona Terezinha. Ela contou-me que ele chegou muito machucado, de fato, ainda era possível ver uma cicatriz na parte de dentro de uma das patas traseiras. Eles tiveram de levá-lo ao “médico”. Segundo ela, era por isso que ele tinha “acessos” de euforia ao vê-la, ou seja, “por gratidão”. A maioria desses cachorros foi encontrada abandonada na redondeza e passaram a ser tratados pelos integrantes da associação e a conviver com eles, inclusive na sua rotina de trabalho. Também eram comuns as conversas sobre cães que fugiam e passavam a noite fora ou que estavam com algum problema de saúde.

O material coletado na associação era vendido a cada trinta dias. A produção ficava em torno de 15 fardos por mês. Durante as visitas que fiz ao local, pude perceber que a associação não se restringia ao trabalho com o lixo, embora este tenha sido seu objetivo inicial. A ARSELE não é exatamente uma associação que visa proporcionar renda monetária para catadores de reciclável. Dona Terezinha me contou que ela era sustentada pelos filhos, e a Magda, sua filha, casada, tinha ajuda do marido nas despesas. Assim, no final do mês, o que a associação conseguia com a venda do lixo era usado para pagar as contas e, se sobrasse algum valor (30 a 50 reais), ela dava para os que estavam precisando mais.

O local também era, muitas vezes, procurado por quem tinha intenção de montar algum tipo de trabalho. Este foi o caso de Márcia e Marizete, duas senhoras que estabeleceram seu negócio de costura e artesanato nas dependências da ARSELE. Antes disso, elas trabalhavam na garagem da casa de uma delas, mas o local era pequeno. Vieram para a associação após conhecer o senhor que trabalhava na oficina de artesanato da ARSELE, o Tito, em uma das feiras que elas e ele participaram. Ele as convidou para trabalhar no galpão. Elas então arrumaram um espaço dentro da associação, onde instalaram suas máquinas de costuras e colocaram seus produtos a mostra.

³⁸ Chimarrão é uma bebida muito popular na região sul do país e também em alguns dos países vizinhos. É servida num recipiente denominado de cuia, feito de uma planta chamada de “porongo”, dentro da qual se colocam folhas moídas de Erva Mate, planta cientificamente chamada de *Ilex Paraguariensis*.



Ilustração 12: Artesanatos da oficina da ARSELE. Fonte: acervo pessoal de Trícia Andrade Cardoso

Também em uma das ocasiões em que eu estava no local, chegou um homem de pele e olhos claros. Ele estava desempregado e pensando em montar uma cooperativa de produção de pães. Sua intenção, ao ir até a ARSELE, era conseguir apoio de Dona Terezinha para dar seguimento a seus planos. Passou boa parte do tempo especulando sobre a cozinha e sobre os equipamentos que dispunham.

Dona Terezinha dizia que os custos de manutenção do galpão eram arcados com dinheiro conseguido com a venda dos materiais recicláveis. Não exigia que as outras pessoas que usavam o galpão para outras atividades dividissem as despesas, porque ela tinha de dar oportunidade dos outros crescerem. Eles ajudavam com o que queriam e com o que podiam. Além das despesas com a manutenção do galpão, havia também a despesa com a alimentação. No local, funcionava uma cozinha criada com verba do “Projeto Fome Zero”, como disse antes, na qual também era gasto parte do dinheiro da venda dos materiais recicláveis na compra de alimentos, pois o alimento enviado pelo referido Projeto não era o suficiente.

Dona Terezinha era uma figura central dentro da associação. Como coordenadora, era ela quem ia às reuniões com o *Projeto Esperança/Cooesperança*, com Projeto Catando Cidadania e com qualquer outra entidade que pudesse fornecer algum tipo de apoio. Estava sempre atenta a oportunidades de enviar algum projeto relacionado à associação para locais de onde poderia conseguir verbas para os associados. Dentro da associação, quando eu chegava, sempre era direcionada a ela. Além dela e das pessoas que já mencionei acima, tive algumas conversas com dois meninos que foram enviados à pela Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE-RS)³⁹ por terem suas penas revertidas em trabalho social. Com um deles, consegui interagir um pouco mais porque, em uma das ocasiões em que eu estava fazendo filmagens no galpão, ele disse que não queria ser filmado. Então, eu disse a ele que não precisava temer a mim eu nem à colega Trícia Andrade Cardoso, que me auxiliava na coleta de imagens, pois não faríamos imagens dele, mas, se quisesse, poderia tirar algumas fotos que considerasse importante para mostrar o Galpão. Ele aceitou e fez algumas fotos com a nossa máquina.

Como a dona Terezinha, a presidente da associação via-me como quem tinha feito o vídeo da ASMAR, assim, desde o início disse que gostaria que fizesse um da ARSELE também. Nas primeiras visitas que fiz ao local, tentei persuadi-la a desistir da idéia, expondo minhas dificuldades e limitações de realizar este tipo de trabalho, mas, com o tempo, percebi que talvez pudesse fazer algo vantajoso tanto para mim quanto para eles. Nessa associação, o uso da câmera foi um importante recurso interativo e também serviu como moeda de troca. Foi através desse recurso e da “desculpa” de que, no final, as entrevistas poderiam resultar em um documentário da associação, que consegui fazer entrevistas mais individuais com Tito e com as duas senhoras que trabalhavam na oficina de costura e artesanato.

Com o passar do tempo, cada vez mais passei a ser vista como quem fazia fotos e vídeos para a associação. Em algumas ocasiões, chegaram a me chamar para cobrir determinados eventos da associação. O registro dessas atividades, quando enviado em anexo aos projetos para concorrerem a editais nos quais disputavam verbas, parecia aumentar as chances de êxito. Em uma dessas ocasiões, pediram-me para registrar as aulas de ginástica e de Street Dance, que eram dadas, à noite, às pessoas da comunidade, com auxílio dos

³⁹ A FASE é a unidade responsável pela execução das Medidas Sócio-Educativas de Internação e de Semiliberdade, determinadas pelo Poder Judiciário, a adolescentes autores de ato infracional, no Rio Grande do Sul. Foi criada com a Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002, e com Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social, de 6 de junho de 2002. Esta lei e este decreto consolidou o processo de reordenamento

professores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Nessas ocasiões, conseguia me sentir bem mais à vontade dentro da associação, era como se eles achassem uma função para mim ali. Como disse dona Terezinha quando me apresentou à professora de ginástica e de dança, “Ela é a menina que faz os vídeos para nós”.

Nesta ocasião conheci algumas pessoas da comunidade e tive um pouco mais de acesso aos vínculos que a associação estabelece com estas pessoas, em especial, com os jovens, como aparece em trechos de meu diário de campo do dia 10 de setembro de 2009:

No fim da tarde chuvosa e fria de hoje, fui a ARSELE para fazer as gravações das atividades desenvolvidas pelos professores do PELC de Santa Maria. Embora meu foco fosse fazer as imagens que tinham me pedido, acabei tendo um dia bastante produtivo para ver a relação da ARSELE com a comunidade onde ela se gerou. Quando cheguei ao local, dona Terezinha não estava. Segundo duas senhoras que trabalhavam nas próximas a porta ela teria ido a uma reunião no centro da Cidade.

Fiquei por ali com elas, me apresentei e perguntei se estavam a tempo trabalhando na associação, de onde tinha vindo todas as roupas que separavam. A senhora mais velha disse que estava na associação a algum tempo, mas não vinha todos os dias e que não lembra de ter me visto antes. Já a moça mais nova disse que freqüentava a associação antes de ter o seu bebe, pois depois que ganhou ele quase não saiu mais de casa. [...] As duas mulheres separavam uma enorme caixa de roupa que haviam sido doadas na associação. Elas colocaram tudo em dois sacos grandes de lixo. Também havia uma caixa com muitos calçados [...]

A senhora mais jovem estava com as chaves do galpão e tinha recebido da dona Terezinha o poder para coordenar as atividades durante a tarde. Ela já tinha feito os meninos que estavam trabalhando ali nesse dia enfardarem todo o papelão e estava pedindo para que eles limpassem o galpão quando cheguei (...) ela era filha de dona Terezinha.

[...]

Dona Terezinha chega de uma reunião, me cumprimenta e vai procurar um papel que precisava para mostrar a professora da UNIFRA. Vim a saber depois que elas estava tentando pleitear verba em um “projeto do estado”. [...]. Quando ela chegou, eu estava tomando mate com as duas senhoras. Depois outra conhecida do pessoal da ARSELE juntou-se a nós. Ela passava por ali para ver se dona Terezinha queria apostar jogo do bicho. [...]

Logo em seguida chegou uma senhora com intimação para entregar a um dos meninos sobre o qual tinham a informado que estava trabalhando na associação. Dona Terezinha confirma e pergunta por ele às outras duas mulheres. Elas dizem que um senhor dizendo ser pai dele esteve ali e pediu para que ele que precisava lhe falar, então elas o liberaram para sair mais cedo. Dona Terezinha nos conta que tinha recolhido ele da rua a alguns dias e que nem sabia que ele tinha família ali. Contou que ele está abrigado em sua própria casa e embora brigue muito com (Aponta para um dos meninos e diz) “um dos meus filhos”, ela o manterá lá até que não faça nada contra eles. Diz ter percebido que ele não era um mal menino, mas que estava precisando de alguém que o encaminhasse. A senhora que estava com os papéis diz que assim ficava mais sossegada sabendo que ele estava ali, pergunta se poderia deixar a intimação. Dona Terezinha diz que sim.

[...] A senhora classificou os feitos deles como coisas de pouca importância que ela sabia que ele já tinha cumprido, mas que precisava se apresentar perante os fóruns para dizer isso, caso contrário ainda poderia ter sérios problemas. Dona Terezinha diz que ela entregava o documento e se fosse preciso levaria ele até o fórum.

[...] Dona Terezinha passa a me contar que já deve de ter abrigado mais de 20 meninos durante toda a sua vida. Alguns ela nunca mais soube o paradeiro, outros casaram ou deram um rumo a vida e aparecem de vez em quando. Diz não se arrepender e me conta que o Monra, rapaz que puxa o carrinho na rua o qual não tive oportunidade de ver, mas com quem eu iria sair se fosse filmar a rua, ela também tirou da rua.

Na época todo mundo tinha medo dele. Ela colocou ele dormir em sua casa sem saber nada sobre quem ele era ou o que já tinha feito e suas filhas ainda eram solteiras e moram na casa dela. Diz não se interessar por quem é a pessoa ou que fez antes, sempre irá ajudar e vai até na polícia buscar se for preciso, desde que andem na linha com ela. Este menino já está trabalhando na associação a quase dez anos e a trata “como a mãe que nunca teve”. Diz que muito desses meninos só precisam de um pouco de acolhimento e sentimento de pertencer a uma família.

[...] Depois disso a conversa seguiu com os meninos que a essa hora tinham se juntado a nossa roda de chimarrão. Um deles aponta os outros dois que estavam ali já tinham passagem pela Case e que no fundo todo mundo já fez alguma “merda, não tem quem não faça”. Chega também uma moça que estaria interessada em montar aulas para alunos em idade de creche, dona Terezinha a informa sobre os projetos em andamento e verbas que estão visualizando. O pessoal começa a se aprontar para ir para casa e, no caso dos meninos a se arrumarem para a aula de Street Dance.

[...] Os meninos estavam alvoroçados por conta da aula de dança, foram para casa trocar de roupa. Lizandro, que mora no local tomou banho, arrumou o seu quarto, limpou o banheiro e bateu os tapetes. Eu fiquei esperando os demais alunos junto com a professora. Como estava chovendo venho só uma mulher para a aula de ginástica. Pedi a ela se eu poderia tirar as fotos que dona Terezinha tinha pedido. Disse que sim.

[...]

A professora deu aula para sua única aluna. Depois as meninas da dança começaram a chegar. Para minha surpresa, apenas as meninas fazem aula de Street dance. Os meninos ficavam do lado de fora olhando. Quando a professora fechou a porta por causa do frio que aumentava com a chegada da noite, uma das meninas foi lá e abriu novamente dizendo para a professora deixar aberto. Parecia que queriam deixar que eles a vissem, bem como acompanhar o que se passava do lado de fora. A interação entre eles do lado de fora e elas dentro do prédio era intensa. Com muita frequência a atenção delas estava mais voltada para o lado de fora que para a dança a ponto de saírem no meio da coreografia e irem lá fora atrapalhando todo o grupo e obrigando a professora a recomeçar tudo. (...) (Diário de campo do dia 10 de setembro de 2009).

Trago estes relatos porque não consigo descrever os trabalhos desenvolvidos com o lixo dentro da associação sem as relações que estes possuem com as outras atividades que o espaço fornecia: aulas de *Street Dance*, o emprego para menores que saíam da FASE, oficina de artesanato, ginástica, recreação infantil, bem como com o lugar utilizado para organizar festividades de grupos que faziam parte da associação ou tinham alguma parceria com esta. Embora o nome da associação estivesse diretamente ligado às atividades de seleção dos materiais recicláveis, ela parecia ser muito mais que um simples espaço de geração de renda

para alguns indivíduos da comunidade. Até porque, como disse anteriormente, o dinheiro conseguido com a venda dos materiais, às vezes, mal dava para pagar as despesas do local. Nas conversas com a coordenadora do projeto, ela demonstrava uma preocupação muito grande com o todo, de forma que tentava reverter, para todas as atividades, as verbas conseguidas.

Não cheguei a fazer as atividades de coletar o material na rua com os integrantes dessa associação. Na ocasião em que perguntei para dona Terezinha se ela achava que eu poderia acompanhar o pessoal que puxava o carrinho na rua, ela respondeu que sim, bastava eu pedir. No entanto, isso nunca aconteceu, nos dias em que eu estava na associação ou eles não iriam para a rua ou já tinham saído. O mesmo aconteceu com a ideia que ela deu de filmar a vila onde eles estavam morando e de entrevistar alguns moradores que fizeram parte do início da ocupação desse lugar. Embora tivesse dito que, se ela quisesse, poderíamos fazer isso naquele mesmo dia, ela ficou de ligar para uma outra pessoa, o tempo passou e eu tive de ir para casa. Nas visitas seguintes, as coisas não se organizaram de maneira que nós pudéssemos fazer isso, também não insisti porque não queria desfocar muito de meu objeto, que eram as relações e identidades vinculadas ao trabalho com o lixo.

Na associação que passarei a descrever na sequência, as parcerias são mais limitadas. As redes de contato incentivadas pelo colégio e Centro Social Marista de Santa Marta, que foi o criador da Associação de Recicladores Pôr do Sol, lhe têm prestado assistência até hoje.

3.4 ARPS - Centro Marista – Associação de Recicladores Pôr do Sol

Inicialmente, meu contato com esta associação se restringiu à assistente social da Escola e Centro Social Marista Santa Marta. Como a associação recebe apoio estrutural do referido centro, grande parte das decisões e ações são pensadas pela assistência social dali. O número de telefone para contato com a associação é o da assistência social da escola, por causa disso, marquei entrevista com a mesma. Combinei de entrevistar a assistente social no dia em que ela, normalmente, fazia visita à associação. Contudo, depois de me fornecer algumas informações, disse-me que achava melhor eu voltar na outra semana, pois tratariam de assuntos íntimos dos associados, os quais, talvez, se sentiriam constrangidos em falar em

minha presença, já que não me conheciam ainda. Ela disse que falaria a meu respeito e de que eu gostaria de acompanhá-los, por um tempo, nos trabalhos que realizam.

A nova Santa Marta é uma área de ocupação que existe desde dezembro de 1991. Segundo SCHERER (2005), a ocupação ocorreu como uma reivindicação para a solução dos problemas de moradia (ibidem, p. 3) e a Escola e Centro Social Marista Santa Marta foi instalada na região central da Vila Por do Sol em 1998, vindo a fornecer vagas para várias crianças da ocupação. Como já existe há quase dezoito anos, a ocupação possui algumas casas de alvenaria com pátios bem demarcados, mas outras não passam de pequenos barracos de apenas um cômodo e chão de terra. Consegui pegar um ônibus que foi até a entrada do bairro e subi todo um morro, a pé, por uma avenida asfaltada, mas bastante empoeirada. Todas as demais ruas são de cascalhos ou de terra batida, algumas tão estreitas que mal dá para perceber que se trata de uma rua. Imagino que a avenida por onde subi seja asfaltada porque é por ela que se tem acesso ao antigo lixão da Caturrita e à empresa Tecnoresíduos, para onde são levadas as cargas de lixo coletadas na cidade de Santa Maria atualmente.

A estrutura do Centro Marista surpreendeu-me, principalmente, para o que se espera encontrar em um local de invasão (ou de ocupação, como preferem chamar os moradores do local). Perguntei aos rapazes que ficam na entrada do colégio, em um guichê, onde poderia encontrar às assistentes sociais. Responderam que eu seguisse o corredor até o fim, descesse até a parte inferior do ginásio, onde se localiza a sala da Assistente Social. A estrutura do colégio conta com um pavilhão de dois andares de salas de aula, refeitório e banheiros. Em anexo, está o ginásio com quadra poliesportiva e palco e, do lado de fora, duas quadras de futsal, campo de futebol, praça para recepção dos moradores e uma cozinha comunitária do Projeto Fome Zero.

Através da assistente social Larissa, fiquei sabendo que a ARPS é um projeto de geração de trabalho e renda apoiado pela Escola e Centro Social Marista Santa Marta. Segundo ela, o projeto do Centro mantém estrutura física (galpão) com maquinário e disponibilidade de assistente social para acompanhamento e assessoria da ARPS. Os Irmãos pagam também as contas de água e luz da mesma. O lucro não era revertido para o centro, era dividido, em partes iguais, pelo número de associados mais um, a quantia extra era destinada a um caixa da associação e serviria para comprar lâmpadas ou para soldar algum equipamento. A renda variava entre 110 e 160 reais por mês para cada associado. A ARPS tem seis anos de existência, surgiu por iniciativa do irmão Pedro, que não trabalha mais na Santa Marta. Ele percebeu que muitos dos alunos tinham pais catadores e que enfrentavam

várias dificuldades nas ruas. Por iniciativa dele, o Centro Marista montou e tem ajudado, desde então, na elaboração das normas e da burocratização da associação. A rotatividade dos associados é muito grande, segundo a assistente social, a maioria deles não gosta de se ver como catador e, muitas vezes, saem da associação por pequenas discordâncias.

Para fazer parte da associação, na época, o indivíduo tinha de ir até o centro falar com a assistente social Larissa, que levava o nome do “candidato” aos associados e estes decidiam se aquela pessoa poderia ser aceita. Quando havia necessidade de mais integrantes, comunicava-se o “candidato” para que este começasse a trabalhar. Não existia um número máximo de associados, o que define a demanda de trabalhadores é a quantidade de material recebido para fazer a seleção. Dentro da associação, era feita a seleção dos materiais e a prensagem dos mesmos, que eram revendidos para atravessadores. A associação desenvolvia também alguns papéis educativos junto à comunidade, como o de ir até as escolas e estabelecimentos comerciais, devidamente uniformizados, para orientar sobre a coleta seletiva. O uniforme, segundo Larissa, vinha contribuindo para uma melhor receptividade dos trabalhadores junto à comunidade, mas também colocava em evidência que aquele indivíduo estava trabalhando com o lixo, e isso nem sempre era do gosto dos trabalhadores.

A Associação participava de alguns encontros de catadores. Durante a pesquisa, estavam em negociação para fazer parte de uma rede de associações do Estado. A intenção era fazer a venda dos materiais coletivamente na cidade de maneira a ter um poder maior na hora de negociar o valor do lixo. Ao fim das negociações, a ARPS e a ASMAR conseguiram se tornar membros, sendo que a ARPS conseguiu verba para fazer o piso do Galpão, que era de terra batida. A formação dessa rede estava sendo estimulada e financiada por uma entidade chamada Vesol. Procurei informações na internet sobre a Vesol, mas não encontrei nada online. As associadas não souberam me explicar o que era essa entidade. Por telefone, entrei em contato com a assistente social Larissa para pedir informações sobre o que seria a Vesol. Ela encontrava-se de férias, no período em que a procurei, final do mês de janeiro de 2010, por conta disso ficou de me passar essas informações por email assim que pudesse. Dessa forma não consegui estes dados a tempo de por nesse trabalho.

Segundo Larissa, não participavam de nenhum projeto com a irmã Lourdes, nem com o poder público municipal. Desconhecia a existência da Federação das Associações de Reciclagem do Rio Grande do Sul (FARRGS). O único convênio que a associação possuía com a prefeitura era para receber, uma vez por semana, a coleta do material reciclável

realizada pela PRT, mas, no início de 2009, a prefeitura cortou o convênio alegando que a ARPS não tinha CNPJ.



Ilustração 13: Fotos da ARPS. Fonte: acervo pessoal de Simone Lira da Silva

A ARPS já chegou a ter dez associados e não existiam separações entre trabalhos de homens e de mulheres. Hoje mantém em torno de 4 mulheres e, por iniciativa da Assistente Social, pretende-se que o grupo continue só com mulheres. As atuais associadas consideraram a ideia boa. Segundo Larissa, as mulheres são mais persistentes e têm maior interesse nos cargos de liderança. Além disso, essa medida evitaria que entrassem casais na associação, os quais poderiam se envolver em intrigas amorosas caso um dos pares se envolvesse com outro associado. Por conta desse tipo de acontecimento, a associação quase foi fechada. Quando se decidiu que ela voltaria ao funcionamento, foram estabelecidas novas regras, entre elas, a de que os interessados em se associarem, primeiro, deveriam passar pela assistente social. Todas as associadas têm suas funções e algum tipo de responsabilidade além de buscar o lixo nas ruas e selecioná-lo.

As integrantes chegavam ao galpão por volta das 8h e 30 min. A associação possui alguns pontos fixos de coletas, geralmente colégios e comércios dos bairros mais próximos, mas, na maioria dos dias, a rotina consiste em sair pelas ruas em “zigzag”, procurando material de lixeira em lixeira. O Trajeto varia: como existem outras pessoas procurando por materiais recicláveis nas ruas, sempre que viam outro trabalhador com o lixo a frente, mudavam o trajeto, pois provavelmente ele já havia retirado tudo o que poderia ser reciclado. Às vezes, o carrinho, uma armação de metal cercado por uma tela de plástico, sustentado com um único eixo de rodas e puxado a mão, enchia apenas no trajeto da vila Santa Marta, assim,

as trabalhadoras retornavam à associação. Outras vezes, era necessário percorrer outros bairros para conseguir completar a carga. Percorrer o trajeto podia levar até três horas e meia.



Ilustração 14. Trabalhadoras da ARPS percorrendo as ruas do bairro de Santa Marta, local conhecido como Alto da Boa Vista. Fonte: acervo pessoal de Simone Lira da Silva.

O trabalho consiste em ir de lixeira em lixeira apalpando as sacolas. Quando percebem que há algum produto interessante, fazem pequenos furos nos sacos e retiram as garrafas, latas ou outras embalagens recicláveis. Basicamente pegavam apenas papel, papel-caixinha, papelão, garrafas *pets*, potes de plástico, caixas de leite e latas. As Roupas que eventualmente eram encontradas passavam por uma “revisão” antes de serem postas no carrinho. As trabalhadoras só pegavam o que consideravam que poderia ser usado por uma delas ou por alguém da família. As sacolinhas plásticas não eram muito cobiçadas por essa associação, faziam fardos apenas das que vinham como embalagem do lixo que recolhiam na rua, mas as associadas não se detinham em pegar as sacolas na rua. Todas as associadas saíam juntas, uma puxando o carrinho e as outras se distribuindo pelas lixeiras próximas e coletando o material em um saco para depois despejá-lo no carrinho. Os materiais mais cobiçados eram os metais como panelas, latas e galões, as garrafas *pet*, papelão, papel branco, papel caixinha, caixas de leite e embalagens de amaciante, de margarina e outras de material plástico de consistência semelhante.

Participar dessa nova rotina de trabalho foi, inicialmente, desconfortável. Tive vergonha de mexer nas sacolas de lixo. Tinha medo da reação que as pessoas teriam quando me vissem mexendo e abrindo o lixo delas. Uma senhora chegou a dizer, para a filha de uma das associadas, que não queria que retirassem o lixo da lixeira dela. Estranhei o trabalho também por considerá-lo mais perigoso, em vários momentos, estivemos muito perto de sermos atropeladas, com carros e ônibus parando para que a carroça pudesse ser retirada do local. Porém, em algumas ocasiões, esta atividade era uma oportunidade única de visualizar a rotina romântica e pitoresca dos moradores da vila, cujas ruas percorríamos. Ouvíamos (talvez apenas eu ouvisse, dada a minha pouca familiaridade com estes sons) gritos das crianças que brincavam nos quintais fechados de arame farpado ou de madeira. Sentíamos (ou sentia), com o primeiro sol depois de dias de chuva, o cheiro de amaciante exalado das roupas que decoravam varais de pequenas casas.

Em outra ocasião, saí da associação e fui junto com elas para o Colégio Marista. Ele tinha recebido doação de máquinas de caça-níquel apreendidas e elas podiam retirar as peças que pudessem vender. Chegando ao local, dirigimo-nos à assistente social Larissa. Fiquei meio sem saber se entrava junto, mas como ela me convidou, entrei. Larissa falou que estava negociando com a UFSM, mais especificamente com alunos da engenharia mecânica, a possibilidade de eles construírem um carrinho para a ARPS. Os alunos teriam ido até ela para oferecer seus conhecimentos, em troca a associação deveria entrar com os materiais

necessários para a confecção do carrinho. Eles iriam, naquela data, na parte da tarde, conversar com ela novamente. Os estudantes também estavam dispostos a serem intermediários para conseguir que a universidade enviasse os materiais de recicláveis para a ARPS.

Após esta rápida conversa Larissa encaminhou-nos para a sala onde estavam as máquinas, recomendando que se fizesse o mínimo de barulho possível, porque estava acontecendo uma reunião na sala ao lado. As mulheres, nesse dia, ficaram bastante desapontadas com as máquinas que tinham causado tanta euforia quando saíram da associação. Esperavam por mais partes de metal, mas na verdade, elas eram de madeira e extremamente pesadas e difíceis de manusear para retirar as pequenas peças que podiam ser recicladas.

Participei também da rotina de separar o lixo dentro da associação. Em um desses dias eu tinha chegado um pouco mais tarde e as mulheres já tinham saído para a rua. Na associação, estava a Marisa, que, com sua gravidez bastante adiantada, não podia mais puxar o carrinho na rua. Ficamos separando o material que havia sido recolhido no dia anterior. Na ARPS, não havia uma mesa nem uma esteira onde o lixo pudesse ser depositado. Pegávamos o material recolhido na rua e o que se encontrava no chão de entrada da associação e levávamos para seus respectivos sacos, onde ficariam até serem prensados. Dei várias voltas pelo galpão tentando encontrar os sacos nos quais eu deveria colocar os objetos que havia selecionado. Os sacos, quando cheios, tinham altura maior que a minha, assim, não tinha como saber, sem ficar na ponta dos pés, o que os sacos continham. Aos poucos, fui me acostumando com a distribuição dos materiais e já fazia a tarefa sem maiores perguntas. Também ali, entre elas, tive dificuldade de entender o que era lixo e localizá-lo no galpão. A separação não tinha muitas categorias. Cada saco continha um tipo de material: papel branco, caixinha de leite, leiteiro branco (potes plásticos como embalagens de iogurte), leiteiro colorido (potes plásticos como embalagens coloridas de amaciante), *pet* branco, *pet* colorido, plástico transparente, embalagem plástica tipo resina e papel misto. No papel misto, elas colocam o papel colorido, o papel caixinha, jornais, revistas e todos os outros tipos de papéis que encontravam. Nesse dia, encontrei uma caixa com várias cartas, cartões de natal, exames. Alguns desses documentos pareciam ser bem velhos, datados do início do século. Alguns dos papéis usados nas cartas eram bem bonitos e alguns envelopes tinham ilustrações. Senti muita vontade de abrir e ver do que se tratavam, mas tive vergonha.

Nessa associação, nunca me solicitaram que eu tirasse fotos, mas como tinha dificuldades de estabelecer um diálogo muito prolongado com as senhoras, pedi a elas que me deixassem registrar o trabalho, as saídas à rua e também que me permitissem filmar uma entrevista para facilitar meu trabalho. Elas aceitaram, gravei então um pequeno roteiro de respostas a dúvidas que surgiam quando eu estava escrevendo meus diários. Como sempre levava as imagens para que elas vissem e me dissessem o que eu poderia usar no meu trabalho, elas pareciam gostar de se ver nas fotos e/ou filmagem.

Entre as questões que tinha dúvida, estava a maneira como elas faziam para vender o lixo e quem eram as pessoas que compravam. Como nas demais associações, vendiam sua produção para atravessadores. Segundo elas, existiam muitos atravessadores em Santa Maria, mas vendiam mais para dois deles que estavam pagando melhor no momento. Também formulei outras questões para obter mais informações sobre a situação da associação, sobre as verbas recebidas, as parcerias travadas com outras associações e com o poder público, para as quais nem sempre obtive respostas.

Era o uso da imagem que me permitia momentos para questionar as associadas sobre aspectos mais pontuais do trabalho, que eu não conseguia entender apenas acompanhando o cotidiano de trabalho delas. Contudo, isso não era extremamente eficaz, não sei se porque elas concentravam mais atenção em estar diante da câmera que nos assuntos sobre os quais eu perguntava, ou, se devido ao apoio da assistência social dos Maristas, as associadas sentiam-se menos obrigadas a tomar conhecimento dos assuntos burocráticos que envolviam associação e sobre os quais eu também tinha interesse.

Além dessas dificuldades, a timidez de ambas as partes, associadas e pesquisadora, também dificultou que se aprofundassem questões relacionados a maior especificidade desta associação: ser composta unicamente por mulheres. Gostaria de ter trazido mais dados, dessas associadas, relacionados aos papéis sociais de mãe e de esposa, os quais certamente teriam proporcionado uma rica descrição do cotidiano da mulher pobre em Santa Maria. Acredito que isso poderia ser alcançado se dispusesse de mais tempo para a pesquisa. Nos últimos campos, consegui adentrar um pouco mais nesse universo, assistindo ao batizado do filho de uma das associadas.

Outra questão que tive dificuldade de ter acesso foi quanto à posição da prefeitura sobre o a implantação do sistema de coleta de lixo em contêineres e sobre como estavam pensando o trabalho dos indivíduos que coletavam o lixo nas ruas. Nos primeiros contatos feitos com a Secretaria de Proteção Ambiental, em janeiro de 2009, seu diretor geral pediu um

tempo para que pudesse se organizar, pois não estava interado das decisões tomadas porque haviam assumido a administração recentemente. Disse que o ideal era eu entrevistar o secretário, mas que isso, naquele momento, também seria difícil, já que o mesmo tinha assumido o cargo provisoriamente. Além disso, alegou que esta secretária poderia vir a ser extinta e isso impossibilitaria a continuidade do trabalho deles com os trabalhadores com o lixo. Voltando ao setor alguns meses depois, o diretor geral, com quem havia conversado anteriormente, tinha assumido o cargo de secretário, mas não pôde me receber e pediu para que sua secretária me encaminhasse à secretaria de Assistência Social, que teria um envolvimento mais direto com o grupo de trabalhadores com o lixo. Tentei argumentar que não queria o contato com os trabalhadores com o lixo e sim falar com os responsáveis pelo serviço de limpeza urbana, mas não obtive sucesso.

Através das associações, fiquei sabendo que estas mantinham contato com a secretaria de proteção ambiental na tentativa de garantir que o caminhão que fazia a coleta seletiva na cidade levasse a carga para as associações como havia sido definido. Esta relação não era muito tranquila, presencie várias vezes as reclamações das associações pelo fato de o material não estar chegando ou então vindo em pequenas quantidades.

4 NEGOCIANDO IDENTIDADE: A REFLEXIVIDADE E A AGENCY DERIVADAS DOS SABERES E PRÁTICAS COTIDIANAS

Este capítulo se destinará a uma análise dos dados expostos anteriormente. Depois de ter descrito um pouco da diversidade que é possível encontrar entre os trabalhadores com o lixo, explorarei melhor as negociações das identidades desse grupo. Lembrando que, por identidade, entendo o sentimento de pertencimento que tanto é experimentado pelo indivíduo como é atribuído externamente a ele devido aos papéis sociais que o mesmo assume no seu cotidiano. Como os papéis sociais possíveis para cada indivíduo são muitos, as identificações assumidas também são múltiplas e se organizam de forma hierárquica, mas extremamente dinâmica. A importância atribuída a uma das suas identidades muda dependendo do lugar, das circunstâncias ou dos outros atores sociais diante dos quais o indivíduo se encontra.

Entendo que essa identidade acha-se em relação dialética com a sociedade e, assim como Berger e Luckmann (1985, p. 228) descreviam, a identidade uma vez cristalizada, pode ser mantida, modificada ou remodelada pelas relações sociais. Segundo Woodward (2000, p. 41), a definição da identidade ocorre do reconhecimento de uma diferença entre um “nós” e um “eles” e são os sistemas classificatórios resultantes dessa diferença que dão sentido ao mundo social e constroem significados. Além disso, a identidade deve ser concebida como um processo de subjetividade do “eu”. Para Goffman (2007), todo o indivíduo, ao encontrar-se na presença de outro, tenta controlar o tipo de impressão que irá passar a esse outro. Assim, as ações dos indivíduos são resultantes da interação face-a-face, ou seja, da influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros quando em presença física imediata (ibidem, p. 23).

Para Schutz (1979), a interpretação do significado do outro e de seus atos exige uma auto-interpretação do observador, para tanto, recorre-se às experiências já interpretadas pela própria vida consciente de cada um (ibidem, p. 56). O sentido que cada indivíduo atribui ao outro estará intimamente ligado ao tipo de conhecimento que sua experiência lhe fornece. No caso dos trabalhadores com o lixo, entendo que, tanto a construção de um sentimento de pertencimento a um grupo quanto o conhecimento das implicações que este pertencimento reserva para o indivíduo, eram fornecidos pela experiência social acumulada por este indivíduo.

O que estou chamando de conhecimento, aqui, talvez se aproxime muito da definição de subjetividade dada por Ortner (2007, p.380), que a entende como uma “consciência cultural e historicamente específica”. Para ela, o termo consciência não exclui as dinâmicas inconscientes presentes, por exemplo, no inconsciente freudiano ou no habitus bourdiano, mas significa que a subjetividade é mais que estas coisas. A palavra consciência pressupõe que, no nível individual, assim como Giddens entendia, os atores sempre são “sujeitos cognoscentes”, possuem algum grau de reflexividade e conseguem penetrar nos meios pelos quais são formados. No nível coletivo, a palavra consciência, assim como usada por Marx e por Durkheim, refere-se à “sensibilidade coletiva de um conjunto de atores socialmente inter-relacionados” (Ibidem).

Consciência é, nesse sentido, sempre ambigualmente parte das subjetividades pessoais das pessoas e parte da cultura pública, e essa ambiguidade segue durante muito do que vem a seguir. Em alguns momentos, estarei abordando subjetividade mais no sentido psicológico, em relação aos sentimentos, desejos, ansiedades, intenções e assim por diante, mas, em outros momentos, estarei focando em formações culturais de larga escala. (ORTNER, 2007, p. 380-381)

Esta subjetividade, segundo a autora, era a base da *agency*, portanto indispensável para o entendimento de como os indivíduos tentam agir no mundo. Para Ortner (2007, p. 380), *Agency* é moldada “enquanto desejos intenções específicas dentro de uma matriz de subjetividade – de sentimentos, pensamentos e significados”. Entendo que era a partir de suas vivências anteriores que os trabalhadores com o lixo alcançavam os sentidos possíveis de serem atribuídos a si e ao seu trabalho e montavam, portanto, a sua matriz de subjetividade. Ao fazerem isso, eles dispunham de recursos reflexivos para agenciar com os outros pertencimentos em que estavam inseridos, como melhor convinha em cada situação que se encontravam. Afinal, eles não eram só trabalhadores com o lixo, eram também mãe, pai, moradores “da periferia”, universitários, desempregados, jovens, pessoas com problemas na justiça. Estes papéis sociais tinham graus variados de importância, aceitabilidade ou possibilidade de fornecer benefícios junto a certas instancias sociais, por conta disso, a decisão de tornar público cada um deles era sempre relacional e contextual.

Para Berger e Luckmann, os papéis sociais só passam a existir quando ocorre uma tipificação socialmente objetivada (ibidem, p.103). A identidade, também, é tipificada e disso depende a orientação e o comportamento na vida cotidiana (ibidem, p. 229). Nesse sentido,

poderíamos considerar a situação precária e a falta de um reconhecimento para os trabalhadores com o lixo como um dos responsáveis pelo não reconhecimento da atividade socialmente. Devemos lembrar que oficialmente trabalhar com o lixo não é uma profissão, portanto não havia um nome pelo qual eles pudessem ser identificados, e esta identidade formava-se sob sentido dúbio do lixo, ora visto como objeto a ser rejeitado, ora como objeto cobiçado e valioso. Tentarei discutir este ponto mais adiante.

Por hora, é importante deixar claro que estes trabalhadores com o lixo negociavam suas identidades através do conhecimento que dispunham sobre o mundo social em que deveriam interagir e do tipo de relações que travavam em seu cotidiano de trabalho. Relações estas que envolvem mais que indivíduos ou lugares, eram também geradas na influência mútua entre o *self* e os papéis ou status sociais adquiridos através de suas relações familiares e de trabalho. Segundo Stryker & Burke (2000, p.294), as teorias identitárias devem considerar a recíproca relação que se estabelece entre o *self* e a sociedade no momento em que o indivíduo toma suas decisões. Entendo que o estabelecimento da identidade de trabalhador com o lixo se constituía mediante um movimento ordenado entre a subjetividade do eu e o meio social.

Tanto esta subjetividade do eu quanto os significados sociais atribuídos ao trabalhador com o lixo pareciam passar por três instâncias que levavam ou permitiam o que estou dizendo ser uma forma de negociar a identidade de trabalhador com o lixo. A primeira dessas instâncias, responsável por criar a necessidade de negociar, são os atributos negativos dados ao lixo e, por conseguinte, a quem trabalha com ele. As outras duas instâncias, adesão a princípios da economia solidária e sentimento de grupo criado pela socialização para o trabalho, fornecem meios de ressignificar o lixo e o trabalho com este, permitindo que o indivíduo crie argumentos para valorizar sua categoria.

Negociar identidades não significa necessariamente ocultá-las, mas sim refere-se ao movimento de fazer o outro, diante do qual se encontra, perceber o indivíduo por características além das implícitas na identidade mais aparente em um dado contexto. Também pode ser a tentativa de construir outros significados para uma categoria social vista negativamente pela sociedade. Antes de explorar mais detalhadamente esta questão, iniciarei descrevendo como percebia, no cotidiano de trabalho com o lixo, a presença de atributos negativos conferidos aos trabalhadores. Atributos estes que os próprios trabalhadores com o lixo também compartilhavam ou, pelo menos, tinham conhecimento deles.

4.1 Estigma: percebendo os sentidos do lixo no trabalho com ele

“Eu tenho orgulho do que faço”. Muitas vezes escutei esta frase, principalmente, nas entrevistas filmadas, contudo, sentia que existia muito mais por trás dessa afirmação. Seria preconceito da pesquisadora para com o trabalho com o lixo, que a impedia de percebê-lo como algo possível de se ter orgulho? Se fosse apenas isso, por que eu teria este preconceito? Contudo não achava que meu preconceito pudesse justificar tudo o que percebia em campo. Afinal, por que alguns trabalhadores relatavam que quando iniciaram na atividade passaram por um período de sofrimento até entender que precisavam afirmar este orgulho? E por que as pessoas se espantavam tanto com a presença de um trabalhador com o lixo dentro de um contêiner

Embora existisse um forte movimento de afirmação ou de valorização do trabalho com o lixo perante a sociedade, isso não significava que os associados desconhecessem o lugar que a cidade destinava a eles nas hierarquias sociais. Dona Marisete, senhora que trabalhava na oficina de costura, cujo espaço foi fornecido pela ARSELE por mais ou menos um ano, dizia não haver preconceito com quem trabalhava na “reciclagem”, “...mas, assim como tem os que respeitam o trabalho, tem também os que não respeitam”, e concluía: “a gente conhece o povo”.

Sentada em uma lata, separando o material depositado no chão da ARSELE, Magda, após conseguir se desfazer um pouco da timidez perante a câmera, contou-me que o preconceito existia. Ela dizia o perceber na forma como algumas pessoas que chegavam até a associação os olhavam. Segundo ela, com os meninos que “catavam” na rua, isso era mais forte, porque as pessoas às vezes os chamavam de “lixeiros”. Na maioria das vezes, os trabalhadores não demonstravam ter conhecimento do preconceito que existia para com seu trabalho, pelo menos não em um discurso direto sobre como o preconceito se estabelecia.

Enquanto eu separava o material reciclável na esteira com dona Terezinha, ela comentava sobre a situação das associações após o início das atividades da Tecnoresíduos. Com um mover de olhos e cabeça, que proporcionava, a suas palavras, um ar de suspeita, perguntava-me porque alguns estabelecimentos comerciais passaram a entregar o seu lixo para a empresa e não para as associações. O argumento, segundo ela, de que a empresa mantinha um funcionário dentro do estabelecimento, devidamente identificado, não era suficiente, afinal as associações também podiam fazer isso.

O tempo de permanência dos membros dentro das associações era outro fator que mostrava o descrédito que muitos deles tinham para com o trabalho em si. Apesar de algumas associações terem integrantes com mais de dez anos de trabalho ou que faziam parte delas desde sua formação, a rotatividade era visível em todas elas, em especial na ARPS. Apenas duas associadas que estavam na ARPS quando comecei minha pesquisa nessa associação, em 2009, continuaram até minha última visita. As demais entraram, saíram e até retornaram durante este período.

Outra situação que evidenciava o conhecimento dos associados sobre os sentidos atribuídos ao seu trabalho eram as brincadeiras usando termos pejorativos para se referirem uns aos outros (colegas de trabalhos), termos como “lixeira”. Pareciam, nesse momento, querer brincar com o sentido de uma palavra que, pronunciada por outra pessoa em um outro contexto, ofenderia a qualquer uma deles. Estes tipos de percepções sobre trabalhadores com o lixo se estendem para além dos que executam o trabalho, afetando também sua família. Carine, integrante da ARSELE, quando questionada se já tinha sofrido preconceito, disse que não, mas que seu filho brigava no colégio quando os outros meninos o chamavam de “filho de catadora de lixo”.

Nos jornais da cidade, os trabalhadores com o lixo são citados ora vinculados à sujeira e desorganização do trânsito urbano, ora elogiados pelo trabalho de reciclagem que tanto tem contribuído com o meio ambiente. Jonathas, assistente administrativo, na coluna *Opinião* do jornal *Diário de Santa Maria*, de oito de maio de 2009, denunciava a atitude de duas senhoras que ele havia escutado reclamarem dos “catadores de material reciclável” por terem feito uma “sujeirama” com lixo que elas tinham posto em frente a suas casas. Para ele, a atitude das senhoras era sinônima de comodidade, pois, se elas tivessem depositado o lixo reciclável em sacolas separadas, os trabalhadores com o lixo não precisariam abri-las para retirarem o que iriam levar.

Também na coluna *Opinião* do referido jornal, de nove e dez de maio de 2009, a estudante de Jornalismo, Franciele Bolzan, criticava o novo método de coleta de lixo através de contêineres porque atrapalhava o trânsito, custava caro e tornava bastante comum a cena “nada agradável” de ver “catadores” dentro dos contêineres recolhendo “restos”. Podemos retomar aqui também os exemplos, já citados no texto, do jornal *A Razão*, sobre a circulação de carroças de catadores no centro da cidade se envolvendo em acidentes ou estacionando na calçada de pedestre. Se os significados atribuídos ao trabalho com o lixo derivam dos significados delegados ao lixo, não é difícil de entender porque se identificar ou ver alguém

que identificamos como diretamente ligados ao que é rejeitado pela sociedade em geral causa desconforto. Tanto para quem está executando a tarefa quanto para quem os vê fazer, o trabalho com o lixo é marginalizado e visto como a última coisa a ser feita antes de roubar. Carine, integrante da ARSELE, disse que tinha orgulho do que fazia porque era melhor do que roubar.

Com tantos sentidos negativos envolvendo os trabalhadores com o lixo, sentido dos quais eles tinham conhecimento e também compartilhavam, a declaração “com orgulho” poderia ser compreendida enquanto um movimento de afirmação usado por estes indivíduos para ressignificar o estigma que estar próximo ao lixo impunha a eles. Criava-se uma idealização da situação de trabalhar com o lixo que se acreditava torná-lo mais aceito na presença do outro.

É inegável que os parâmetros, dos quais se parte para definir estes trabalhadores, estão intrinsecamente ligados às noções de sujo/limpo, ordem/desordem. Por conta disso, visualizo, no sentido atribuído ao trabalho com o lixo, a inconstância, própria de categorias dúbias. Assim como o lixo é cobiçado por quem ganha com o seu comércio e rejeitado por quem o descarta de sua casa, seus trabalhadores também vivenciam experiência semelhante, de um lado, o recente reconhecimento da importância de sua atividade, de outro, o histórico de desprezo.

Proponho, a título de exercício interpretativo, pensar a criação de uma identidade de trabalhadores com o lixo em um momento liminar. Turner (1974) define que a principal característica da liminaridade é a ambiguidade e a não vinculação a qualquer classificação pré-estabelecida (ibidem, p.17). Para o autor:

os atributos de liminaridade, ou de persone (pessoa) liminares são necessariamente ambíguos, uma vez que essa condição e estas pessoas furtam-se ou escapam a rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. As entidades liminares não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial (TURNER, 1974, p. 117).

Também segundo este autor, “a liminaridade, a marginalidade e a inferioridade estrutural são condições que freqüentemente geram mitos, símbolos, sistemas filosóficos e obras de arte” (TURNER, 1974, p. 156), e estas formas culturais poderão resultar em reclassificações periódicas da realidade e do relacionamento do homem com a sociedade

(ibidem). A condição de liminaridade e marginalidade originam mitos que levam ou irão se constituir no próprio estigma, no caso dos trabalhadores com o lixo, estes mitos os vinculam como criminosos ou espalhadores de sujeira.

Dona Terezinha considera que as pessoas em condição de miséria são levadas ao crime, em grande parte, devido a estas vinculações.

As pessoas pensam que catador é marginal... não pensam que a gente é pessoa né. Porque por pior que seja o currículo da pessoa para traz, antes de tudo é um ser humano. Muitas vezes, é por isso que a sociedade, a sociedade em si ela... faz com que a marginalidade aumente por tu tratar outra pessoa como marginal. A tua classe social não permite que tu se um cidadão da sociedade então é muito difícil, as pessoas respeitarem a periferia em si, não só o catador, mas a periferia em si. O jovem da periferia é maltratado pela sociedade, é maltratado pela própria policia em si, né não respeita. É... usa calça larga, é periférico, é marginal. Se for negro pior ainda. Então enquanto não existir um respeito das autoridades por a periferia não...O menino já cresce ali vendo a polícia chamar de vagabundo, ah, eu já sou vagabundo... (balança os ombros), né (Dona Terezinha, 21/05/2009).

Para Goffman (1982, p. 14), o estigma, de fato, impõe uma atenção sobre o indivíduo, que tende a afastá-lo dos demais indivíduos que encontra e destruir a possibilidade de que seus outros atributos recebam a devida atenção. Além disso, o indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre sua identidade, o que confundirá seus sentimentos identitários (ibidem, p. 16). Sendo assim, negociar se faz necessário, é preciso sobreviver apesar dos estigmas. Todos agem assim em algum momento: modificamos nossos corpos, ocultamos nossas profissões ou o bairro onde moramos etc. Outra estratégia para lidar com o estigma é atribuir a terceiros a culpa de estarem exercendo o trabalho com o lixo ou mesmo de muitas das pessoas que se encontram em situação semelhante as suas seguirem o caminho do crime. Dona Terezinha, novamente, é quem nos dá um exemplo disso quando diz que:

O poder público, se eles se preocupassem em manter o pessoal trabalhando, ganhando seu próprio dinheiro, não existia essas maldades que tá existindo agora tem por ai. Porque muita gente rouba para comer, né. Claro que a maioria agora, é por causa dessas drogas brabas que tem ai... (Dona Terezinha, 21/05/2009)

Como o estigma é sempre um motivo de grande esforço para ocultar a identidade (GOFFMAN, 1982. p. 113), a busca por uma identidade com o lixo se torna permeada de conflitos, e os trabalhadores com o lixo também recorrem a reclassificações, ou a atribuição de outros sentidos para suas atividades. A necessidade de ter que trabalhar com o lixo faz com que, mesmo que estes trabalhadores tenham considerado isso extremamente desagradável, no início de sua atividade, re-signifiquem seu posicionamento com relação ao que é sujo. Partindo dessas ressignificações, conseguiam entender para si mesmo e tentar comunicar para a sociedade que não trabalhavam com lixo, mas com material reciclável. Muito do que encontravam junto ao lixo podia, com um pouco de criatividade, voltar a ser usado em suas casas. Seu trabalho proporcionava vantagens ao meio ambiente e, por conseguinte, para a sociedade em geral e, talvez o que assumisse maior importância para eles, esta ocupação proporcionava alimento e abrigo para seus filhos.

É com esse sentimento que muitos começam a se organizarem em associações e sindicatos, elegendo seus representantes para falar à sociedade. É neste contexto que se forma o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCMR) e as mais diversas articulações entre cooperativas ou associações dos trabalhadores com o lixo e os poderes religiosos ou políticos da sociedade. Estas iniciativas buscam visibilizar, positivamente, o trabalho. Delas também surgem metáforas como “profetas da natureza”, com as quais se tenta dar significados ou classificar o grupo. Além disso, muito timidamente, tais iniciativas têm ajudado na reivindicação dos direitos de trabalhadores com o lixo e na sua valorização na sociedade. São estes novos sentidos que ajudam os associados a admitirem mais seguramente as vantagens desse tipo de trabalho principalmente a flexibilidade proporcionada por não se ter um patrão ou um chefe. Em especial, para as mulheres que precisavam cuidar da família, uma maior flexibilidade de horário podia ser interessante quando tinham de cumprir suas obrigações de mãe: ir a reuniões nos colégios, levar um filho ao médico, dentista, etc. Muitas vezes, nas visitas a ASMAR, as integrantes chegavam mais tarde por estarem cumprindo com obrigações familiares desse gênero.

Uma das grandes responsáveis por disseminar, entre os trabalhadores com o lixo, valores positivos sobre seu trabalho é a Economia Solidária. Seus princípios dão organização e estabilidade às associações, além de mostrar aos trabalhadores com o lixo outras tantas formas de vivenciar e negociar sua identidade na sociedade. Também permite que os indivíduos criem argumentos cada vez mais consistentes para valorizar seu trabalho. É sobre

como esta economia tem sido caracterizada e aplicada nas associações de trabalhadores com o lixo que pretendo discutir na sequência.

4.2 Os usos feitos pelos trabalhadores com o lixo dos ideais e das formas organizacionais propostas pela Economia Solidária

As associações que são objeto desse estudo desenvolvem-se derivadas de um conjunto de ações e modos de trabalho que vêm sendo chamadas de economia solidária. Segundo informações obtidas em entrevista com um dos agentes fomentadores da Economia Solidária em Santa Maria e região, a primeira pessoa a começar a pensar sobre a economia solidária e as formas ou o propósito do trabalho que deveria ser desenvolvido por ela foi Albert Tévoédjre. Suas ideias estão no livro “A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade”, publicado pela primeira vez em 1978, em Paris.

Fui presenteada com este livro, o qual veio acompanhado de uma cartilha que contava a história do *Projeto Esperança/Cooesperança*, do desenvolvimento dos *Projetos Alternativos Comunitários* (PACs) e de uma *Economia Popular Solidária* (EPS), todos em Santa Maria. Segundo esta cartilha, o *Projeto Esperança/Cooesperança* teria surgido após estudos e seminários sobre este livro, realizados em 1982, no terceiro congresso da Caritas/RS. Em grande parte, ele teria sido resultado dos esforços do bispo diocesano de Santa Maria, na época, Dom José Ivo Lorscheiter, que, com base nesse livro, desafiava a Caritas a criar projetos que visassem a solucionar os problemas sociais.

A apresentação da terceira edição do livro, publicada em português justifica a nova edição devido aos importantes trabalhos que este tem inspirado, e cita como exemplo o *Projeto Esperança/Cooesperança* de Santa Maria, RS. O mesmo busca delimitar os limites do crescimento e defende que a simplicidade de estilos de vida é, na verdade, a finalidade do crescimento pessoal e social. Tévoédjre (2002) defende que a solidariedade permitiria a união dos povos em função de um enriquecimento coletivo e descreve os meios para se chegar a um “contrato de solidariedade”, através do qual a unidade se daria democraticamente. Para o autor, esta solidariedade iniciaria entre os pobres e excluídos em geral, que deveriam buscar por força e dinamismos, necessários para criar projetos e formas de trocas justas, reconhecidas e exercidas mundialmente.

Para Gaiger (2004), é possível visualizar na bibliografia acadêmica, e também entre os pontos dados como significante pelos sujeitos que promovem a economia solidária, oito características que comporiam o conceito modelo que seu grupo de estudos⁴⁰ tem chamado de Empreendimento Econômico Solidário (EES). São elas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (ibidem, p. 11). As combinações dessas características permitem, a meu ver, uma diversidade de possibilidades na forma de ação das associações e cooperativas criadas dentro desses princípios, o que torna os rumos a serem seguidos pela economia solidária difíceis de serem definidos.

Segundo Addor (2006, p.3), alguns teóricos consideram que é importante para a sobrevivência da economia solidária a interação com empresas capitalistas, enquanto que outros, mais comprometidos ideologicamente, veem essa atitude como contrária ao caráter alternativo a que se propõe a economia solidária. Singer (2000) entende que a economia solidária é, sim, um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo e que o caráter híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias é apenas aparente, pois na realidade, a economia solidária constitui uma síntese que supera ambos. (ibidem, p. 13). Já segundo Souza (2000), as organizações surgidas da economia solidária estão em ampla expansão e desenvolvimento. Para o autor, essas iniciativas também transformam mentalidades, gerando ganhos como a melhora da “auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos” (ibidem, p.10).

Na cidade de Santa Maria, uma das principais representantes ou propagadoras dos ideais da economia solidária é a religiosa Irmã Lourdes Dill, que diz em entrevista que a economia solidária consiste em um novo “jeito de trabalhar em grupo”. Para ela, a economia solidária é:

⁴⁰ Refiro-me ao grupo Economia Solidária (Ecosol), do programa de pós graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. O Grupo de Pesquisa mantém o Seminário de Estudos sobre Economia Solidária, e seu website ecosol (<http://ecosol.org.br>), criado em 2000; foi responsável pelo lançamento da Revista Economia Solidária e Ação Cooperativa, com três números até o momento e pelo lançamento da revista eletrônica La Otra Economía, co-dirigida com o Programa de Mestrado em Economia Social, da Universidad Nacional de Gral. Sarmiento, Argentina, no âmbito da Rede Latino-americana de Investigadores em Economia Social e Solidária, além da publicação de livros com os trabalhos de seus pesquisadores.

[...]um trabalho coletivo, com os resultados compartilhados. Não tem dono, não tem patrão, mas todos são autogestionados. Então as pessoas trabalham junto, produzem juntos, comercializam junto, fazem a formação integrada. E é um novo modelo econômico, nós temos o sonho que é certo que nós não vamos colher, mas os outros que vão colher, que vêm depois de nós, que é um novo modelo econômico que quer contrapor ao capitalismo selvagem que está aí. (Irmã Lourdes, entrevista do dia 23/01/2009).

De fato, é possível perceber nas práticas cotidianas de empreendimento das economias solidárias da cidade e região uma busca pelo trabalhar em conjunto. No 17º aniversário do feirão colonial, por exemplo, realizado nos prédios do Centro de Referência da Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, local que tem abrigado as feiras coloniais organizadas pela economia solidária toda a semana, em Santa Maria, estavam presentes grupos que vendiam produtos bastante diversos. Esta é uma forma que estes encontraram para comercializar sua produção por um maior valor.

Encontravam-se, no 17º aniversário do feirão colonial, cooperativas de agricultores, artesãos e indústrias caseiras de geleia, licor e outros produtos alimentícios. Na prática da lógica da economia solidária, não é incomum que seus participantes também forneçam apoio a outros grupos excluídos, como os índios e trabalhadores com o lixo. Nessa ocasião, em uma área coberta que liga um pavilhão ao outro, os índios Kaingang montaram seu acampamento e também colocaram seus produtos à venda, e trabalhadores com o lixo, que fazem parte de um grupo de Coral, vieram apresentar-se no local. E tanto os Kaingang quanto os trabalhadores participaram da reunião na qual se discutiu a agenda dos trabalhadores com o lixo dentro da programação do *Projeto Esperança/Cooesperança*.

Contudo, nem sempre o entrosamento entre diferentes grupos é visto de maneira positiva pelos indivíduos. A presença dos índios, embora tivesse forte apoio da Irmã responsável pelo *Projeto Esperança/Cooesperança*, sofreu algumas resistências por parte dos demais grupos. Claro que essas resistências não eram reveladas claramente, muitas vezes, restringiram-se a sussurros (feitos ao pé de meu ouvido) sobre o descontentamento de terem que dividir o mesmo espaço com eles, mas isso não os impedia de reproduzirem o discurso de busca pela união entre todos.

Além disso, também podemos perceber que, em Santa Maria, a ideia de trabalho coletivo e em rede não exclui os laços com formas de mercados ou empresas capitalistas. Em alguns casos, estes empreendimentos também compartilham das mesmas táticas de competitividade do mercado capitalista como uma maneira de conseguirem sobreviver em

meio a este universo. Muitos dos Empreendimentos Econômicos Solidários criam uma série de estratégias para convencer o seu cliente a comprar.

A agricultura familiar faz uso do argumento de que se está proporcionando uma produção sem agrotóxicos, o que é mais saudável e contribui para a preservação do meio ambiente. Além disso, o consumidor, por estar negociando diretamente com quem o produziu, pode certificar-se de que as informações sobre o produto são verdadeiras. Já no caso das associações de trabalhadores com o lixo, é possível perceber em algumas delas pelo menos um dos seguintes artifícios que visam a maximizar o lucro: pesquisa por melhores preços, de forma a estimular a concorrência entre os atravessadores; seleção apenas dos produtos que têm um melhor preço ou, então, que podem ser comercializados pelo atravessador com quem estão fazendo as vendas; uso do argumento de proteção ao meio ambiente, para estimular a doação de material por parte da sociedade.

Nas três associações em que realizei a pesquisa, tive oportunidade de presenciar a rotatividade na escolha de atravessadores. Na ASMAR, isso ocorreu mais de uma vez, já que o tempo durante o qual mantive contato com esta associação foi bem maior. A senhora Margarete, integrante da ASMAR, era quase sempre a responsável por trazer propostas mais lucrativas de compra do lixo. Segundo dona Terezinha (ARSELE), nos últimos anos, um dos atravessadores com os quais as associações mais faziam negócios estava se fortalecendo bastante, e os outros atravessadores menores revendiam para ele o material comprado delas, de maneira que o preço que pagavam para quem fazia a seleção era bem menor. Dessa forma, a venda para estes últimos só era feita por quem separava em casa e não tinha como prensar, estocar grandes quantidades de material reciclável, nem como transportar, com melhores preços, até este atravessador. Por conta disso, a estratégia de explorar o mercado visando ao aumento dos lucros com a venda dos materiais ficava bastante limitada.

Outra estratégia bastante usada pelos associados era concentrar seu trabalho na busca e separação apenas dos materiais que tinham melhor preço ou que tinham um comprador certo. Em muitas ocasiões nas quais eu realizei a separação dos materiais junto aos trabalhadores, era orientada a pôr no “lixo” determinado material que eu sabia dispor de meios para ser reciclado, pois tratavam-se, em sua maioria, de algumas variedades de plásticos secos e de copos descartáveis. Esta atitude pragmática, no entanto, nunca me pareceu entrar em contradição com o discurso segundo o qual eles estavam ali executando um trabalho que acreditavam contribuir para amenizar a poluição do meio ambiente. Ao que parece, os

trabalhadores não se apercebiam de que estavam jogando para a natureza resíduos de difícil decomposição e que poderiam ser reciclados.

Entendo que estas são estratégias legítimas e necessárias para estes grupos conseguirem se sustentar nesse trabalho. Além disso, os autores Derksen & Gartrel (1993) verificaram em seu estudo com a população da província de Alberta, no Canadá, que não basta os indivíduos compartilhem ideias ou sentimentos em prol do meio ambiente para que tenham comportamentos que favoreçam a reciclagem. Até mesmo a simples separação do lixo era feita em lugares onde não existiam programas eficazes de reciclagem. No entanto, as pessoas mostravam-se preocupadas com este problema. A conclusão a que eles chegam é de que a preocupação com o meio ambiente não tem efeitos diretos no comportamento de reciclar, a não ser que os indivíduos estejam em contextos favoráveis à realização da reciclagem (Ibidem, p. 439). No caso dos trabalhadores com o lixo pesquisados por mim, suas preocupações com o meio ambiente só têm influência em seu trabalho de seleção se for possível vender os materiais coletados a um preço minimamente compensatório.

Apesar de usarem estratégias para a obtenção de lucro que nem sempre condizem com uma posição de proteção ao meio ambiente e nem mesmo com os ideais da economia solidária, é por meio dessa última que a atividade de trabalhador com lixo tem ganhado terreno político e econômico e proporcionado recursos para que cada vez mais estes trabalhadores possam expor suas identidades sem receio. Contudo, a forma como o indivíduo irá demonstrar ou não sua identidade de trabalhador com o lixo dependia do grau de conhecimento e de articulação argumentativa que possuía acerca dos discursos de proteção do meio ambiente e de geração de renda, sustentabilidade e autogestão. Quanto mais instruído dentro do trabalho na associação, mais articulação para mostrar o trabalho à sociedade este indivíduo possuía. Este conhecimento envolvia a familiaridade com a rotina de trabalho, com as técnicas de reciclagem e com os processos químicos usados pelas indústrias para transformar cada material e dados sobre a situação dos trabalhadores com o lixo em diversos lugares do país e do mundo, bem como sobre as políticas sociais que envolviam estes trabalhadores.

Depois de pensar sobre todas estas formas de influência e atuação da economia solidária, perguntava-me como poderiam pensar em economia solidária se muitos de seus princípios se esvaíam no cotidiano de trabalho? Se, em alguns casos, este era apenas um meio encontrado pelas pessoas para poderem inserir-se no mercado de trabalho? Talvez este seja o

objetivo último desses empreendimentos: dar oportunidade de competir no mercado para aqueles que, de outra forma, estariam à margem dele.

Nesse sentido, a pergunta e a resposta feita pela irmã Lourdes, após descrever como o mundo globalizado e com grandes inovações tecnológicas não chega até as periferias, podem ser esclarecedoras. Diz ela: “...então, qual é o papel da economia solidária? É ajudar a pensar e incluir aqueles que estão lá [referindo-se aos lugares onde a globalização e as tecnologias não chegam]”.

Fica claro, partindo do exposto, que devemos perceber duas instâncias bastante distintas: a dos órgãos promotores dessa economia e a dos indivíduos que passam a trabalhar em um Empreendimento Econômico Solidário. As primeiras incluiriam quem de fato tem promovido e assessorado o desenvolvimento da economia solidária, dando apoio financeiro e ideológico para a formação desse tipo de empreendimentos. Icaza (2004, p. 20-21) faz uma relação das organizações desse tipo atuantes no Rio Grande do Sul, a qual denomina de organizações de referência. Entre elas, encontram-se a Caritas, que é uma entidade vinculada filosoficamente a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que tem forte influência em Santa Maria. A autora refere-se a alguns programas específicos desenvolvidos por determinadas universidades e prefeituras, e que auxiliam diretamente a economia solidária. Em Santa Maria estes programas não existem, mas tanto a prefeitura quanto as universidades da cidade acabam estabelecendo algumas parcerias que vêm a beneficiar o trabalho associativo.

Durante o trabalho de campo, acompanhei o apoio da Caritas e como atua, principalmente por meio do *Projeto Esperança/Coesperança*, o qual fornece conhecimento sobre como trabalhar de forma associativa. Este projeto também era responsável por inscrever as associações em editais nacionais e internacionais que fornecem apoio financeiro para trabalhos relacionados à reciclagem ou associativos e criar espaços e oportunidades nos quais trabalhadores podem ter momentos de recreação e promoção da autoestima, como o coral dos Catadores e a Oficina de papel descritos anteriormente.

A prefeitura de Santa Maria não mantém nenhum vínculo direto com as associações de trabalhadores com o lixo. No início de minha pesquisa, em 2004, momento em que a cidade estava sob a administração do Partido dos Trabalhadores, havia um movimento de incentivo à coleta reciclável e à organização de trabalhadores com o lixo, dentro de associações devidamente regularizadas junto ao poder público. Chegou-se a fazer uma tentativa de levantamento de quantas associações existiam na cidade e de quantos trabalhadores com o

lixo percorriam de forma autônoma as ruas da cidade. Os números não eram exatos e o incentivo para que novas associações fossem formadas não proporcionou resultados efetivos. A ideia era que a empresa responsável pela coleta de lixo destinasse os materiais recicláveis para as associações. Isso ainda é feito, mesmo com todas as mudanças no formato de coleta, após a implantação dos contêineres, no entanto, a quantidade de material que chega até as associações é insignificante se comparado à quantidade que cada uma consegue recolher por meios próprios, mesmo as que fazem isso com um carrinho. Além disso, ao final de 2009, muitas dessas associações não mais recebiam este material porque a prefeitura passou a considerá-las irregulares. Somente a ARSELE e a ASMAR ainda tinham seu CNPJ regularizado.

Já as universidades da cidade seguidamente desenvolvem projetos de extensão junto às associações. Nem sempre estes visam ao incentivo à economia solidária. Há projetos da engenharia (UFSM) que buscam desenvolver carrinhos mais adequados para o trabalho de puxar os materiais recicláveis até a associação; das Ciências da saúde, que promovem eventualmente projetos de orientação ou mesmo de tratamento de determinadas especialidades, além de e outras áreas que fornecem cursos diversos, nem sempre procurados pelos associados. Em alguns casos, esse envolvimento pode ter um caráter mais permanente, como é o caso da UNIFRA com a ARSELE. Mediante projetos de extensão dessa universidade, foi conseguida verba para toda a reforma e compra de equipamentos para a associação. Também era mantida até o início de 2009 uma sala recreativa para crianças, onde trabalhavam alunos do curso de pedagogia dessa universidade.

A outra instância dos empreendimentos econômicos solidários são as pessoas que trabalham dentro de uma associação. Nesse caso, é necessário considerar que os motivos que as levaram a trabalhar de forma associativa podem ser de ordem bastante distinta dos motivos de quem propaga ideais da economia solidária. No caso de trabalhadores com o lixo, o desemprego prolongado é um dos principais motivos. Contribui para isso o fato de que a maioria desses trabalhadores tem uma escolaridade muito baixa, o que dificulta a inserção deles em outros setores da economia. Sendo assim, estes iniciam o trabalho dentro de uma associação como forma de subsistência. A adesão aos princípios da economia é feito gradualmente.

Na entrevista com a Irmã Lourdes, ela relatou que muitos grupos têm procurado voluntariamente o *Projeto Esperança/Coesperança* para auxiliar na montagem de suas associações. Isso seria um indício de que a ideia de trabalho coletivo não era algo que estava

sendo imposto de cima a estes grupos. Eles já tinham tomado conhecimento de como funcionava um trabalho coletivo e compreendido as vantagens de se trabalhar dessa forma. No entanto, a Irmã também reconhece que a implantação desse novo modelo econômico enfrenta algumas resistências, principalmente a de uma opinião formada dentro de valores individualistas. Para que se consiga superar isso, é necessário que o lado coletivo seja trabalhado, e isso é um processo.

Além de inicialmente estes indivíduos não estarem totalmente comprometidos com o coletivo do qual passaram a fazer parte, também temos que lembrar que o cotidiano de trabalho nem sempre é favorável para que todos os princípios de um Empreendimento Econômico Solidário sejam postos em prática. Os indivíduos, em certas circunstâncias, necessitam buscar artifícios para poderem dar continuidade a seus trabalhos. Entendo que há um padrão ou um ideal a ser seguido pelos empreendimentos dessa ordem, mas este padrão tem uma ampla margem entre o tipo ideal e o que não poderia ser aceito de forma alguma.

Dessa forma, quem está inserido nas associações ou nos grupos que trabalham por estes princípios não está preso a uma única forma de ação, o que pode resultar em organizações bastante diversas. Entendo que conflito ou não comprometimento com alguns ideais característicos do conceito de Empreendimento Econômico Solidário não se configura, necessariamente, como um desvio da conduta dos indivíduos que se tornam parte deles. Além de ser, em muitos casos, a única maneira de continuarem existindo, é também uma demonstração de que estes grupos estão conseguindo se autogerir, bem como manter sua autonomia diante da sociedade e das organizações de referência a partir da qual se formaram.

No que se refere aos ideais democratas e de igualdade, por exemplo, é muito difícil de fazer com que eles não sejam atingidos no cotidiano de trabalho. Nas associações de trabalhadores com o lixo, os indivíduos referiam-se a esses princípios alegando que seus estatutos estabeleciam para todos os mesmos direitos de voz e de participação nas diretorias e na divisão dos recursos conseguidos. Na prática, no entanto, como vimos, nem todos participam das decisões.

Isso se deve ao fato de que as pessoas traçam distinções entre si, as quais conferem *status* a alguns dos membros, designando-os como mais capazes para determinadas tarefas. Muitas hierarquias legitimavam-se a partir dessas diferenciações e desses *status*, e a igualdade resumia-se ao fato de que todos tinham direito a uma parcela da divisão do montante conseguido com a venda dos materiais recicláveis. Isso acontecia em parte porque os indivíduos enxergam-se como diferentes, em parte porque muitos não gostam ou não querem

exercer o seu direito de voz ativa dentro da associação, bastando, para eles, que os ganhos sejam compartilhados de alguma forma que considerem justa para consigo.

Mas como os indivíduos aprendiam a fazer parte desse universo econômico e entender suas regras? Como sabiam em que momento acionar o discurso de igualdade? Na sequência, pretendo discorrer sobre como se dava o aprendizado, pelos indivíduos das associações, do exercício de seu trabalho, do compartilhamento do sentimento de grupo junto aos demais associados e, por outro lado, da reafirmação de suas diferenças em relação aos colegas de trabalho. Além disso, de como se instruíam para lidar com a homogeneização imposta pela sociedade ao trabalhador com o lixo ou mesmo ao indivíduo pobre. Este terreno, dado pelo pragmatismo do trabalho, era fértil para que o indivíduo pensasse em si mesmo e em sua condição de trabalhador na sociedade.

4.3 Trabalhar com o lixo: pensar, conhecer e agir sobre o lixo e seus sentidos

A forma como fiz a pesquisa nas/das associações proporcionou-me passar por parte do exercício de aprendizagem pelo qual aqueles trabalhadores já teriam passado um dia. Descobri que os associados não aprendiam somente a “fazer” papel, a “fazer” o lixo do caminhão, a “fazer” o material que vinha dos colégios ou de algum outro órgão público; eles também aprendiam a operar a rede de trocas de objetos encontrados no lixo, as maneiras de portar-se diante de quem os doava, o modo como o trabalhador com o lixo estava sendo tratado em diferentes lugares do mundo, bem como o quanto seu trabalho tinha adquirido importância em um mundo que produz enormes quantidades de lixo. Para que houvesse coesão dentro do grupo, estes últimos aprendizados eram de extrema importância.

Muito desse conhecimento era técnico e passado por intermédio de cursos disponibilizados por indústrias de reciclagem interessadas em uma melhor qualidade do material coletado e por iniciativas da economia solidária, da universidade e da prefeitura. Nem todos participavam dos cursos, mas quem o fazia, aos poucos, ia repassando as informações para os demais. A instrução dos colegas não tinha um caráter de aula, ela acontecia em comentários informais sobre o assunto, quase sempre iniciados por uma circunstância qualquer do trabalho que fazia o indivíduo lembrar o que aprendera. Os demais,

por sua vez, também repassavam as informações para outros colegas, quando estas se faziam pertinentes em algum trabalho que estavam executando.

Em algumas vezes, quando tentava auxiliá-los na atividade de separar o material ou “fazer” o material que chegava até a associação, um dos trabalhadores explicava-me como eu deveria executar a atividade, e complementava tal explicação com outras explicações técnicas que a justificavam. Dizia que tais coisas tinham sido aprendidas em um curso em que estavam presentes alguns integrantes da associação e, não raro, pedia para que alguém ajudasse a complementar as explicações as quais estava tentando passar-me, até porque quase sempre este era considerado o mais apto para falar do assunto.

Ter este conhecimento, além de ser uma forma de legitimar o indivíduo na associação, distinguindo-o dos demais colegas pelo conhecimento que possuía e que fazia questão de demonstrar, também servia de parâmetro de distinção entre as associações de trabalhadores com o lixo. A característica de buscar especializar-se, aliada à de realizar as atividades e refeições em comum na associação, eram descritas positivamente como qualidades da ASMAR que a diferenciava das demais associações da cidade.

Os membros de cada associação tendem a construir uma imagem de sua associação baseados em comparações desta com as demais. No dia em que fui apresentada pela assistente social Larissa às integrantes da ARPS, tive a oportunidade de presenciar a conversa delas sobre uma reunião que tinham feito junto a ASMAR e a ARSELE no dia anterior. As associadas aproveitavam-se da presença da assistente para tirarem dúvidas sobre as decisões tomadas no dia anterior a respeito da formação de uma rede entre as associações. Uma das integrantes falou que ela entendia a Margarete (integrante da ASMAR) por não querer ceder o caminhão uma vez por semana para as demais associações. Está certo que o caminhão era o grande responsável pela quantidade de lixo que a ASMAR conseguia, mas eles também tinham estabelecido os pontos fixos de coleta e trabalho para hoje conseguirem os sete mil reais por mês.

Isso oportunizou às associadas refletir sobre a condição atual de cada uma das associações. Elas compararam o quanto cada uma estava conseguindo com a venda do material por mês e os recursos estruturais e técnicos que tinham a seu dispor para realizar o trabalho etc. Ao final, chegaram à conclusão de que o pouco material que a ARPS consegue justifica-se pelo fato de que eles estavam recém começando, por morarem mais afastados do centro onde se tem os melhores lixos e em maior quantidade e, além disso, por ser bastante difícil percorrer a região onde elas estão com um carrinho puxado à mão.

Também é possível visualizar o sentimento de fazer parte de uma associação, quando seus trabalhadores diferenciam-se dos demais indivíduos que trabalham sozinhos nas ruas, como no exemplo já citado no capítulo três dessa dissertação, em que uma integrante da ASMAR descreve, penalizada, a situação de quem trabalha com o lixo nas ruas ou dentro de um lixão. Nesta associação, este sentimento de se considerarem em um *status* melhor do que o dos demais trabalhadores com o lixo era mais visível, mas a associação também criava discursos sobre uma identidade de trabalhador com o lixo que integrava todos os que se ocupavam dessa atividade na cidade ou fora dela.

Já a participação em fóruns ou outros eventos que reúnem trabalhadores com o lixo e indivíduos que têm debatido ou se preocupado com o assunto criava nesses trabalhadores um sentimento de pertencimento a um grupo muito maior do que o da sua associação. Nesses momentos, eles tomavam conhecimento das possibilidades de tornar a atividade cada vez mais estável, bem como tinham noção das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores com o lixo em diferentes lugares do mundo.

As associações eram lugares de construção da identidade não só como membro de uma determinada associação ou como trabalhador com o lixo, mas também de identidades referentes a outras posições que estes indivíduos ocupavam socialmente, em especial a de pobre. Em alguns casos, este sentimento poderia originar-se das relações ou identificações anteriores à formação da associação.

Na ARSELE, a identidade de pobre ou de periferia e a de associado pareciam ser inseparáveis. Segundo dona Terezinha, quando houve necessidade de criar-se um meio de geração de renda para os moradores da comunidade que fica no terreno atrás da associação, e que se originou através do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a comunidade quase toda foi mobilizada e comprometeu-se com o trabalho. Existe entre os associados mais do que simples laços de trabalho; existe todo um sistema de troca que fazia com que mantivessem relações bastante estreitas mesmo com quem não estava diretamente ligado à associação, mas mostrara participação na formação da comunidade local. Em grande parte, isso tem relação com o forte vínculo que a ARSELE com a “comunidade” que a originou e a mantém.

Porque aqui dinheiro quase não se ganha, a gente veve aqui uns pelos outros, um dependendo do outro. Se, vamos supor, eu tô em casa sem gás, a gente faz uma correria aqui, um vende uma latinha, outro tem um troco, dá e faz uma vaca e compra. A comida também é tudo dividido, apesar que é pra quem não tem um companheiro que ganha...quem tem alguém trabalhando, eles mais ajudam nós do que... (Dona Terezinha 21/05/2009)

Além disso, a ARSELE era vista como uma solução para muitas pessoas que precisavam trabalhar e não conseguiam. Dona Terezinha considerava que o trabalho realizado pela ARSELE ajudava. Ele proporciona trabalho para o jovem que não tinha experiência, para “a pessoa que já tinha passado dos trinta”, perdeu o emprego e não tem escolaridade para entrar novamente no mercado de trabalho, e também para o indivíduo que saiu da prisão ou cumpre sua pena em regime semiaberto. Para ela, este era um trabalho que dava prazer e “mesmo que a gente aqui é uma família, todo mundo se entende, todo mundo briga, todo mundo se acerta e tudo trabalha pra uma causa só que é erguer cada vez mais isso aqui.”

Contudo, não era só a ideia de um “nós” que este cotidiano de relações estabelecia entre os associados. As comparações permitiam distinções entre seus membros, das quais muitas vezes originavam-se hierarquias entre os grupos ou entre os indivíduos. Isso nos remete às divisões de trabalho descritas no capítulo três, as quais também serviam para legitimar as ações e o peso das opiniões de cada um dos integrantes do grupo.

O que definia a autoridade de cada voz dentro dos grupos era o tempo de trabalho com o lixo (nesse caso, reivindicado com orgulho), a escolaridade, a influência que tinham junto a grupos externos e a própria capacidade de se impor diante do grupo. Nem sempre essas hierarquias eram explícitas; consistiam mais em uma maneira preestabelecida de portar-se diante do outro, e que resultava no comprometimento de alguns membros com determinadas atividades e, conseqüentemente, sua maior autoridade em relação aos assuntos referentes a essa atividade. As regras desse tipo de convívio social não estavam escritas em nenhum lugar e nem eram transmitidas oralmente, mas adquiridas diariamente. Quanto mais experiente o indivíduo tornava-se na arte de ser parte e fazer o trabalho com o lixo, mais habilidoso tornava-se para lidar com estas regras.

Também estavam implicadas nessas relações agentes externos à associação, como os atravessadores, a imprensa, Universidades, Prefeitura, Igreja Católica, produtores ou doadores de lixo, empresa responsável pela limpeza urbana, trabalhadores que exercem sua atividade de coleta de lixo independente de associações, e até mesmo os interesses acadêmicos da pesquisadora. De maneira geral, estes agentes podem tanto estar em conflitos explícitos quanto manterem relações amistosas em virtude de benefícios mútuos que poderiam conseguir em conjunto.

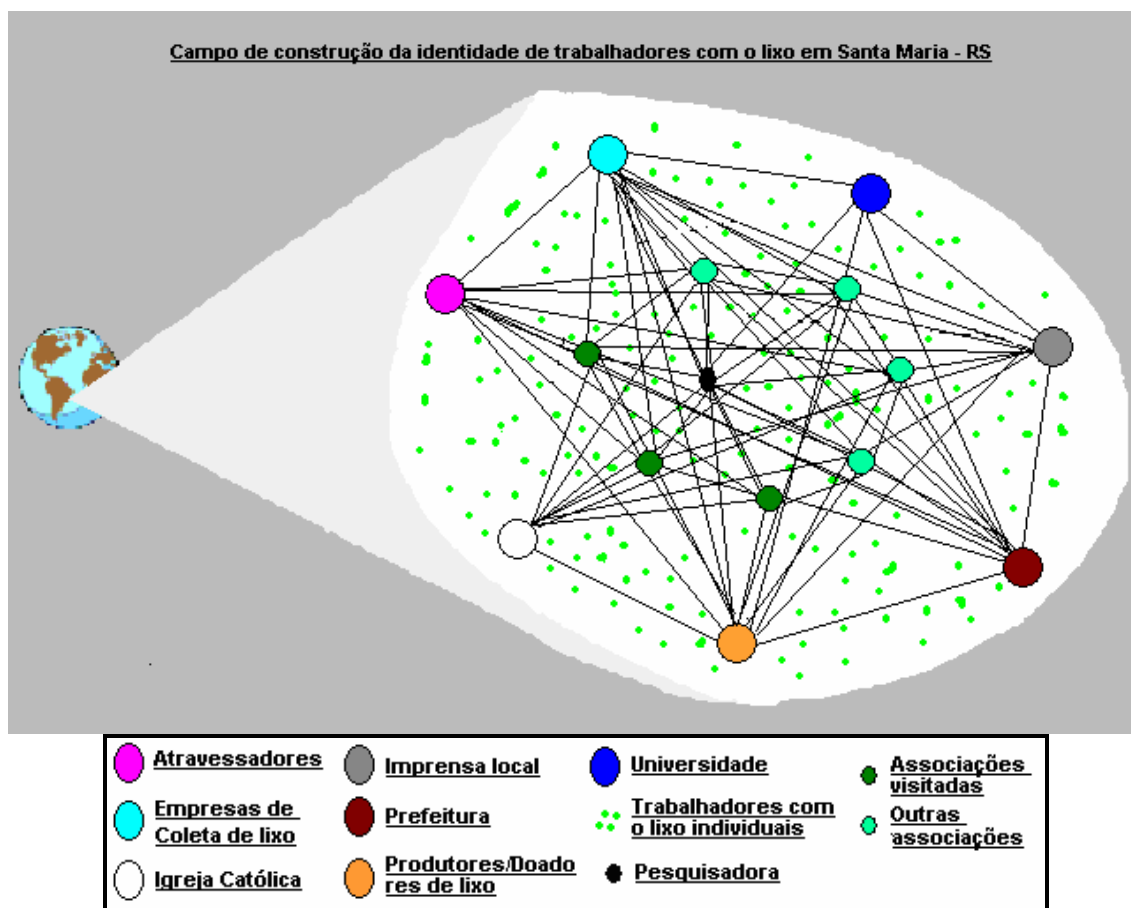


Ilustração 15: Figura elaborada por Simone Lira da Silva

Além desses agentes que consegui reproduzir graficamente, deve-se acrescentar o espaço da cidade e a economia solidária, os quais, como descrevi em outro momento do texto, mantém forte diálogo com esta população. A cidade é o local em que estes indivíduos constroem suas trajetórias e na qual encontram o material de seu trabalho. No entanto, sua influência sobre o grupo deve-se à atuação dos demais agentes que estão representados graficamente e a como estes se apropriam ou modificam a cidade em prol ou não dos trabalhadores com o lixo. Já a economia solidária é o valor que, muitas vezes, dá sustento e orientação para a organização dessas pessoas.

Entendo que em todas estas relações o que estava em pauta eram pequenos fragmentos de *status* que o indivíduo poderia conseguir e, por conseguinte, certo poder perante os demais envolvidos nessa interação. Sempre que estabelecia distinções entre si e os demais membros das associações ou da sociedade em geral, ele estava buscando colocar-se em uma posição superior ou, então, que minimamente lhe permitisse sentir-se mais confortável. O mesmo acontecia quando buscava associar-se a outros indivíduos que trabalhavam com o lixo ou

então à ideia que favorecia seu trabalho. Em qualquer um dos casos, essas agregações permitiam que ele se colocasse diante de agentes sociais sobre os quais não conseguiria ou poderia ter influência individualmente.

Estas eram, mais ou menos, as relações e a disputa de poderes nas quais os trabalhadores com o lixo se inseriam: um legítimo campo de luta entre estes agentes, os quais possuíam forças de várias intensidades ou eram submetidos a outras tantas, dependendo das posições em que cada um se encontrava ou das formas que cada agente escolhia para se representar. A importância disso está em notar o tipo de subjetividade que este campo permitia construir e as *agency* acionadas pelos indivíduos a partir desta subjetividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disposições das informações no texto foram intencionalmente pensadas de forma a permitir ao leitor conhecer inicialmente as limitações do método utilizado na pesquisa e ter uma visão geral de como os trabalhadores com o lixo atuavam na cidade e de como eram suas interações com os demais indivíduos que moravam em Santa Maria. No capítulo em que descrevi as associações, concentrei-me em mostrar o cotidiano de trabalho e as diversidades de atuações que os agentes fazem. Só depois de o leitor estar de posse dessas informações foi que tentei sugerir a ele como se davam o que estava se entendendo por negociações de identidade.

Nessa dissertação, tentei mostrar a diversidade de agentes envolvidos no trabalho com o lixo e retirar (ao menos analiticamente) esse trabalho do isolamento a que a sociedade o reserva. Ao contrário do que parece, ele não é apenas problema de quem trabalha com o lixo e, sim, está intimamente ligado a nossas vidas e a diversos setores da sociedade. Para além de cada trabalhador, estão também as associações, a prefeitura, as universidades, os meios de comunicação, o comércio e as pessoas em geral que doam ou simplesmente produzem o lixo.

É importante ressaltar também que esta ocupação de difícil aceitação social representa, para boa parte de seus integrantes, uma forma “digna” e “honesta” de sobrevivência. Se, por um lado, o exercício do trabalho com o lixo tem uma imagem que estigmatiza, por outro, é um artifício usado na defesa contra acusações, como a de ser “ladrão” ou “vagabundo”. É difícil suportar a ideia de que alguém sobreviva de “restos” ou os reutilize para outra coisa, por isso quando o indivíduo admite que trabalha com o lixo, em geral se apoia em discursos que valorizam seu trabalho, como o de proteção ambiental, de pobre trabalhador honesto e de que exerce um trabalho solidário. Conseguir dizer que trabalha com o lixo, que utiliza determinados objetos descartados pela sociedade para vender ou que dá outros usos a objetos encontrados no lixo e levados para suas casas só é possível quando o trabalhador está envolto por uma atmosfera favorável, quando toma conhecimento de que determinados lugares e pessoas valorizam esta reutilização e observam sua atitude de dar um novo uso, como algo criativo, às coisas.

Nesse sentido, iniciativas como as proporcionadas por organizações que pretendem enquadrar-se nos ideais de economia solidária são de extrema importância porque permitem que os trabalhadores com o lixo se vejam por outro ângulo que não o do estigma que lhes é

posto por determinados setores sociais. ARSELE, ARPS e ASMAR são associações de trabalhadores com o lixo em que os discursos da economia solidária e de proteção ao meio ambiente têm cada vez mais feito parte de seu cotidiano e têm auxiliado em suas legitimação diante da sociedade.

Contudo, reafirmo que esta abordagem não exclui a percepção da marginalidade em que estes indivíduos são postos, nem a situação de exploração a que grandes empresas de reciclagem e atravessadores os submetem, aproveitando-se de sua mão de obra barata. Por mais que estes trabalhadores vejam no trabalho com lixo certa libertação do regime de trabalho tradicional, isso não os isenta de continuarem a ser oprimidos pelos baixos preços que as grandes empresas do setor de reciclagem estão dispostas a pagar pela mercadoria conseguida com seu trabalho, o lixo.

As peculiaridades de cada uma das associações descritas permitem interpretações únicas para pensar seus respectivos grupos de trabalhadores e rotina de trabalho. Além disso, os programas públicos criados no intuito de prestar assistência a essas associações não podem ter um caráter único, mas devem antes levar em consideração as carências e o espaço que cada uma disponibiliza, para um maior aproveitamento dos discursos destinados à mesma.

O leitor deverá ter percebido que, consciente ou não, a negociação das identidades entre estes trabalhadores aparece como uma estratégia de sobrevivência. Contemplam uma maneira de fazer, ser, identificarem-se e ressignificar o trabalho com o lixo que proporciona ganhos materiais e emocionais aos seus trabalhadores. As complexas relações que se estabelecem entre os agentes que fazem parte do campo de interações do trabalho com o lixo mostra-nos que se identificar como trabalhador com o lixo envolve processos de reconhecimento e de autorreconhecimento que não findaram com a pesquisa. Daí porque toda a declaração de identidade é múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada mais como um a busca do que como um fato (Agiar, 2001, p. 10).

Por fim, é importante ressaltar que o recorte adotado para descrever o grupo está intimamente ligado aos limites impostos pelo tipo de interação que se estabeleceu entre a pesquisadora e seus informantes. Além disso, o conteúdo trabalhado neste texto também é fruto dos métodos empregados na pesquisa. Cada um deles, observação, entrevista ou análise documental, proporcionou à pesquisadora um ângulo diferente para realizar o estudo.

Sendo assim, tenho convicção de que o assunto não se esgotou, em parte devido às limitações de tempo e espaço a que está institucionalmente atrelada uma dissertação, em parte porque este é um objeto vivo e mutante. No momento em que escrevo estas últimas linhas, a

prefeitura está em processo de quebra do contrato com a empresa PRT e iniciando um contrato com outra empresa, a qual poderá dar um rumo totalmente diferente para as questões levantadas nesse texto. Além disso, o recorte temático pelo qual optei é apenas um entre os vários possíveis para se descrever o mundo do trabalho com o lixo. Salienta-se que o mesmo ainda poderia ter sido descrito por meio de dados econômicos, pelas relações de gênero e raciais que permeiam o trabalho informal e pelas formas de socialização que as sociabilidades propiciadas por este meio são capazes de fornecer aos indivíduos que dela fazem parte.

BIBLIOGRAFIA

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robison. **Fotoetnografia um estudo de Antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarinca, 1997.

ADDOR, Felipe. Desafios da Economia Solidária no Brasil: uma sistematização da literatura existente. In. IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EDUCAÇÃO, POLÍTICA E INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA NESOL, 4., v. 1, 2006, São Paulo. **Anais do IV Encontro Internacional de Economia Solidária: Educação, Política e Integração da América Latina**. São Paulo: USP, 2006. disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Princ%3%A Dpios%20da%20Economia%20Solid%3%A1ria/Desafios%20da%20Economia%20Solid% C3%A1ria%20no%20Brasil%20uma%20sistemiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20literatur a%20existente..pdf>. Acesso em: 18 mai. 2009.

AGIER, Michel. Distúrbios Identitários. **Revista Mana**. v. 7, n. 2, Rio de Janeiro. 2001.

AMARAL, Daiane dos Santos. **“Aqui é bom de vender” – uma análise do fluxo itinerante dos Kaingang em Santa Maria**. Monografia (graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da. **Antropologia e imagem**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006.

BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro. Zahar, Editores, 1977.

BEIER, A. L. **Masterless Men: The Vagrancy in England 1560-1640**. New York: Methuen, 1985.

BERGER, Peter E.; LUKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERTHIER, Héctor Castillo. Garbage, Work and Society. In. **Waste Manage Res** 2007: 25: 234–240. Disponível em <http://www.yildiz.edu.tr/~kanat/3/guzelMak.doc>. Acesso em: 20 jan. 2010.

BOSI, Antonio de Padua. A organização capitalista do trabalho “informal” o caso dos catadores de recicláveis. **RBCS**. Vol. 23, n. 67, p. 101-116 junho/2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/08.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Renato Ortiz (Org.). São Paulo: Ática, 1983.

BUARQUE, Cristovam. Prefácio: da diáspora a modernidade. BURSZTYN, Marcel & ARAÚJO, Carlos Henrique. **Da Utopia Urbana à exclusão: vivendo nas ruas de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997.

BURSZTYN, Marcel & ARAÚJO, Carlos Henrique. **Da Utopia Urbana à exclusão: vivendo nas ruas de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997.

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua: Nômades, Excluídos e Viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CABRAL, Maria Sueli. **Trabalhadores do Lixo: uma pedagogia da desordem.. Dissertação**. (Mestrado Faculdade de Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br>. Acesso em: 16 de jul. 2007.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Diálogos olhares e Etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 36, p. 7 jul/ dez de 2005. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2242/1381>. Acesso em: 10 out. 2010.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade sócio ambiental perspectivas para a educação Corporativa**. São Paulo: Senac, 2001.

DERKSEN, Linda e GARTREL, John. The social contexto of Recycling. **American Sociological Review**. v. 58, n. 3, p.434, jun. 1993. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2095910>. Acesso em: 15 jan. 2010.

DEVOS, Rafael Victorino. **Uma “ilha assombrada” na cidade: estudo etnográfico sobre o cotidiano e memória coletiva a partir da narrativa de antigos moradores da ilha Grande dos Marinheiros, RS.** Porto Alegre, RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

ECKERT, Cornélia. A cultura do medo e as Tensões do Viver a Cidade: Narrativa e Trajetória de Velhos Moradores de Porto Alegre. **Illuminuras.** Porto Alegre: v.3, n. 6, 2002. Disponível em: <http://www.iluminuras.ufrgs.br/artigos/2002-06-cultura-do-medo.pdf>. Acesso em: 18 out 2009.

FAHMI, Wael Salah. The impact of privatization of solid waste management on the Zabaleen garbage collectors of Cairo. In **Environment & urbanization.** v. 17, n. 2, p. 155, October 2005. Disponível em: <http://eau.sagepub.com/cgi/content/abstract/17/2/155>. Acesso em: 15 jan. 2010.

FAURE, Alain. Un Peuple dans sa ville ou le cours d'une longue recherche. In.: **Genèses** n. 42, p. 92, p. 92-105, mars 2001. Disponível em www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=GEN_042_0092. Acesso em: 20 nov. 2010.

FEITOSA, Débora Alves. **Cuidado e sustentação da vida a interface da educação popular no cotidiano de mulheres recicladoras.** Tese (doutorado em educação) – Programa de Pós graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 2005.

FONSECA, Claudia Lee Williams. Clochardet Dames de Charité. Um Etude de Cãs Parisens. **Etnologie francaise**, v.16, n.4, p. 391-399. Paris, 1986.

FONSECA, Cláudia. Anonimato e o Texto Antropológico: Mazelas Éticas da Etnografia em “casa”. In. MONTEVIDÉU: PARTICIPAÇÃO NA MESA REDONDA ORGANIZADA POR EOPOLDO J. BARTOLOMÉ E MARIA CATULLO: TRAYECTÓRIAS Y DIVERSIDAD: LAS ESTRATÉGIAS EM INVESTIGACIÓN ETNOGRÁFICA: UM ANÁLISIS COMPARATIVO. **Anais da VI Reunión de Antropologia Del Mercosur “Identidad, Fragmentación y Diversidad.** Montevideo: Universidad de la República, 2005.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra Etnografia de relações de Gênero e violência em grupos populares.** 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas prisões**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio (org). **Sentidos e Experiências da economia Solidária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação da Cultura**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Antony. **Mundo em descontrole o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do eu na Vida Cotidiana**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma notas sobre a deterioração da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1990.

ICAZAR, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sentidos e Experiências da economia Solidária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

IUNG, Bruna Pinheiro. **O universo dos “malucos-beleza”: um estudo antropológico sobre arte, sobrevivência e estilo de vida dos artesãos da Praça Saldanha Marinho, em Santa Maria**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana. **RBCS**, v.17, n. 49, p. 11-29, jun. de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>. Acesso em: 10 out 2009.

MAGNI, Claudia Turra. **Nomandismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MAGNI, Claudia Turra. O uso de fotografias na pesquisa sobre habitantes de rua. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 141-149, jul./set. 1995. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a11.pdf>. Acesso em: 01 ago 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

MARTINS, Cintia Helena Backer. Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas sócias econômica, sócias ambientais e políticas na perspectiva do empoderamento. **Teses FEE**. Porto Alegre, n. 5, set. 2004. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/download/teses/teses_fee_05.pdf. Acesso em: 16 jul. 2007.

MARTINS, Clitia Helena Backx. “Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade ocupacional”. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE FGTAS/SINE-RS DIEESE SEADE-SP PMPA FAT, v. 5, mar. 2005, p. 65-78. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov/sitefee/download/mulher/2005/artigo.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2007.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva forma e razão de trocas nas sociedades arcaicas. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MICHELOTTI, Fernando Canto. **Catadores de “lixo que não é mais lixo” um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização coletiva do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) PPG/ Sociologia Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. Carrinheiros: Cotidiano e Itinerários Urbanos de Catadores de Lixo da Vila Cruzeiro em Porto Alegre. **Iluminuras**. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, v. 4, n. 7, 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/viewFile/9159/5257>. Acesso em 13 jan 2007.

NOVAES, Sylvia Caiuby (org). “Imagem em foco nas Ciências Sociais.” **Escrituras da Imagem**. São Paulo: Fapesp Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. “O trabalho Antropológico: olhar, ouvir, escrever”. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, v.39, n.1 1996.

OLIVEN, Rubem George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

OLIVEN, Ruben. **Antropologia de grupos Urbanos**. Petropolis: Vozes, 1985.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e Crítica Cultural. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a15v1328.pdf>. Acesso em: 20 jan 2010.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Espetáculo da Rua**. 2. ed. Porto Alegre: Ed da Universidade / UFRGS, 1996.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho e ECKERT, Cornélia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SCHERER, Mauricio de Freitas. **Nova Santa Marta: uma evolução histórico-espacial**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Departamento de Geociências, Grupo de Pesquisa em Educação e Território, 2005.

SCHULTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **Retrato em branco e negro: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo. Companhia das letras, 1987.

SEMINÁRIO TEUTO – BRASILEIRO. **Lixo como instrumento de resgate social**. Porto Alegre: AEBA, 1989.

SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo”. **Escrita da História Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Simone Lira. **Das “Quinzenas” às “Coisinhas”:** Pesquisa Etnográfica na Associação de Seleccionadores de Material Reciclável em Santa Maria – RS. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

SINGER, Paul. Economia Solidária um modo de produção e distribuição. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SNOW, David e ANDERSON, Leon. **Desafortunados um estudo sobre o povo de rua**. Petrópolis, RJ:Vozes, 1998.

SOBRINHO, José A. **Transforme o lixo em dinheiro**. 4. ed. São Paulo: Mimeograph, 1951.

SOUZA, Andre Ricardo. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Paul Singer e Andre Ricardo de Souza (org) São Paulo: Contexto, 2000.

STRYKER, Sheldon e BURKE, Peter J. The Past, Present, and Future of an Identity Theory. In.: **Social Psychology Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 284-297, Dec., 2000, Published by: American Sociological Association. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2695840>. Acesso em: 14 de ago. 2008.

TÉVOÉDJRÈ, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos: A transformação pela sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, E.P. **Costume em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Campanhia das Letras, 1998.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual Estrutura e Anti-estrutura**. Trad. : Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974.

VELHO, Gilberto. Unidade e fragmentação em sociedades Complexas. **Dois conferências**. Rio de Janeiro. Câmara de Estudos Avançados/ FCC/ UFRGS, 1992.

WACQUANT, Lôic. **Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença introdução teórica e conceitual. **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Introdução. **Italianidade no Brasil Meridional a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS**. Santa Maria: editora UFSM, 2006.

Documentos pesquisados

Jornal *A Razão*. Santa Maria. 16 fev. 2007.

Jornal *A Razão*. Santa Maria, 5 e 6 de jan. 2008.

Jornal *A Razão*. Santa Maria, 14 de fev. 2008.

Jornal *A Razão*. Santa Maria, 29 e 30 de mar. 2008.

Jornal *A Razão*. Santa Maria, 2 de abr. 2008.

Jornal *A Razão*. Santa Maria, 5 de jun. 2008.

Jornal *A Razão*. Santa Maria, 21 de out. 2008.

Jornal *A Razão*. Santa Maria, 3 de dez. 2008.

Jornal *A Razão*. Santa Maria, 8 de dez. 2008.

Jornal *A Razão*. Santa Maria, 8 de jan. 2009.

Jornal *A Razão*. Santa Maria, 7 de jan. 2009.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 25 e 26 de mar. 2006.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 15 de jun. 2006.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 16 e 17 jun. 2007.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 30 jun. e 1 jul. 2007.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 24 e 25 de dez. 2007.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 29 e 30 de março de 2008.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 16 e 17 de ago. 2008.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 24 de nov. 2008.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 9 de dez. 2008.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 15 de dez. 2008.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 5 de mar. 2009.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 8 de mai 2009.

Jornal *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, 9 e 10 de mai 2009.

Vídeo *Das quinzenas as coisinhas*. Santa Maria, Direção de Renan Nunes Paz e Simone Lira da Silva. 18 mim.

Site Consultados

<http://eau.sagepub.com/cgi/content/abstract/17/2/155>

<http://ecosol.org.br>

<http://maps.google.com.br/maps?client=firefox-a&rls=org.mozilla:pt-BR:official&hl=pt-BR&tab=wl>

<http://mnlm-rs.blogspot.com>

<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2242/1381>

<http://www.arazao.com.br/sobre/expediente/>

<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br>

<http://www.champagnat.org/pt/220100000.htm>

<http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-reciclagem/chorume.php>

<http://www.fee.rs.gov/sitefee/download/mulher/2005/artigo.pdf>

http://www.fee.tche.br/sitefee/download/teses/teses_fee_05.pdf

http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Santa+Maria

<http://www.forumsocialmundial.org.br>

<http://www.iluminuras.ufrgs.br/artigos/2002-06-cultura-do-medo.pdf>

<http://www.jstor.org/stable/2695840>

<http://www.maristas.org.br>

http://www.mncr.org.br/box_1/sua-historia

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Princ%C3%A9pios%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria/Desafios%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Brasil%20uma%20sistematiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20literatura%20existente..pdf>

<http://www.prt.com.br/home.jsp>

<http://www.rbs.com.br/midias/index.php?pagina=jornal>

http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/mapa_divisao_urbana.pdf

<http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a15v1328.pdf>

<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>

<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/08.pdf>

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/viewFile/9159/5257>

http://www.suapesquisa.com/o_que_e/chorume.htm

<http://www.yildiz.edu.tr/~kanat/3/guzelMak.doc>

<http://www6.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a11.pdf>

www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=GEN_042_0092